

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

PRISCILLA ALVES JUVINO COUTO

**MULHERES E POLÍTICA: PERCEPÇÕES E ATUAÇÃO POLÍTICA DAS
VEREADORAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

PRISCILLA ALVES JUVINO COUTO

MULHERES E POLÍTICA: PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO POLÍTICA DAS
VEREADORAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Linha de Pesquisa: Cidadania, Instituições Políticas e Gestão Urbano-metropolitana, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Alberto Borsani Cardozo

Campos dos Goytacazes

2012

FICHA CATALOGRÁFICA
Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

005/2012

C871 Couto, Priscilla Alves Juvino

Mulheres e política : percepção e atuação política das vereadoras de Campos dos Goytacazes / Priscilla Alves Juvino Couto -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

122 p.

Orientador: Hugo Alberto Borsani Cardozo

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2012

Bibliografia: f. 91 - 96

1. Mulheres na política. 2. Feminismo. 3. Sufragismo. 4. Participação Política. 5. Vereadoras – Campos dos Goytacazes (RJ). I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 305.43329

PRISCILLA ALVES JUVINO COUTO

MULHERES E POLÍTICA: PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO POLÍTICA DAS
VEREADORAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Linha de Pesquisa: Cidadania, Instituições Políticas e Gestão Urbano-metropolitana, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política, sob a orientação do Prof. Dr. Hugo Alberto Borsani Cardozo.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Hugo Alberto Borsani Cardozo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof^ª. Dra. Fátima Cecchetto
Fundação Oswaldo Cruz

Prof^ª Dra. Lana Lage da Gama Lima
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof^ª Dra. Wania Amélia Mesquita Belchior
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Ao Conselheiro, Aquele que projetou, criou, sustentou e capacitou-me para que esse trabalho e muitos outros pudessem ser realizados.

À minha família querida, esposo amado e amigos mais que estimados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter idealizado e sustentado toda a caminhada que percorri. Sou grata por seus propósitos em minha vida e pelo amor a mim devotado.

À minha família, Maria de Fátima Alves Juvino (mãe), Antonio Juvino da Silva (pai), Johan Alves Juvino (irmão) e Fábio Alves Terra (primo) pelo incentivo e apoio à minha vida profissional e por acreditarem em mim.

Ao meu esposo, Helan de Siqueira Couto, por sua paciência, dedicação e amor nos momentos mais críticos do meu trabalho. Obrigada por estar ao meu lado e me fazer enxergar a saída quando eu mesma não a via.

Sou grata ao meu orientador, Dr. Hugo Borsani, que acompanhou toda esta trajetória, dando-me assistência, inclusive aos fins de semana.

Aos meus queridos amigos Anízio Pirozzi, Elaine Borges e Mara de Oliveira, que me acompanham e me estimulam desde a faculdade. Vocês são amigos incríveis e acrescentaram muito à minha vida.

Aos colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, que contribuíram para meu crescimento acadêmico.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, pelas participações e contribuições ao meu processo de amadurecimento intelectual. Vocês têm a minha admiração.

À banca examinadora, as professoras Dra. Fátima Cecchetto, Dra. Lana Lage, e Dra. Wania Mesquita, por aceitarem o convite de leitura e avaliação deste trabalho. Obrigada pela contribuição inestimável a este trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a percepção das atuais vereadoras de Campos dos Goytacazes sobre a condição da mulher na política e na sociedade brasileira em geral, as políticas públicas para a mulher e a representatividade da mulher no espaço político. Paralelamente estudou-se a atuação política das mesmas, verificando de que modo a cultura política, a ideologia, a identidade partidária e/ou a religiosidade, estão presentes em suas ações e decisões políticas. Para que isso se torne possível, realiza-se um estudo, através de análise de entrevistas, documentos e pesquisa bibliográfica, em um momento em que a mulher ganha mais espaço no cenário político brasileiro.

Palavras-chave: Mulher na Política; Gênero; Movimento Feminista; Sufragismo; Campos dos Goytacazes; Representação Política; Dominação masculina.

ABSTRACT

This present work has the purpose to analyze the perception of the current councilors of Campos dos Goytacazes about the feminine condition in the Brazilian society, such as the public policies for women and the representation of women in political space. In parallel, we studied the political activity of the same, checking how the political culture, the ideology or party identification and religion, are present in their political behavior. So this to be possible, we carried out a study, through interviews' analysis, documents and literature research, in a moment of history in which the woman earns more space within the Brazilian political and regional levels.

Keywords: Women in Politics, Gender, Feminist Movement; Suffragism; Campos dos Goytacazes; Representatives; Male Domination.

LISTA DE ABREVIATURAS

APIC - Associação de Proteção à Infância de Campos.

CMB - Centro da Mulher Brasileira.

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito.

DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.

DEM - (Partido) Democratas.

FBPF - Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

FEB - Força Expedicionária Brasileira.

FMB - Federação de Mulheres do Brasil.

IPU - Inter-Parliamentary Union.

MFPA - Movimento Feminino pela Anistia.

NUWSS - National Union of Women's Suffrage Societies.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDT - Partido Democrático Trabalhista.

PFL - Partido da Frente Democrática (extinto).

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PR – Partido da República.

PRF - Partido Republicano Feminino.

PRN - Partido da Reconstrução Nacional.

PSB – Partido Socialista Brasileiro.

PT - Partido dos Trabalhadores.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

WSPU - Women's Social and Political Union.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados e Senado Federal.....	24
Quadro 2: Intenção de voto no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, conforme o tamanho do Município e o sexo do eleitor.....	43
Quadro 3: Trabalhos aprovados das vereadoras campistas referente às proposições 2009-2010.....	74

ÍNDICE

Introdução	12
Capítulo 1: A Luta das Mulheres por Cidadania e Inclusão Política.	15
1.1 Movimentos feministas e o sufrágio	16
1.1.1 O voto para as mulheres: as pioneiras no movimento	16
1.1.2 Mulheres brasileiras em movimento: o sufrágismo no Brasil.....	19
1.2 Manifestações Femininas no Brasil pós-1945	24
1.3 Redemocratização e a Conquista das Cotas.....	29
Capítulo 2: O Papel da Mulher na Política	37
2.1 Cultura Política, apoliticismo e conservadorismo feminino	37
2.2 Dominação masculina e o conceito de gênero como forma de análise	44
2.2.1 Conceituando gênero e o <i>habitus</i>	47
2.2.2 Participação política da mulher e capital político	52
2.2.3 Perfis das parlamentares e suas bases	56
Capítulo 3: Percepção e a Participação Política das Vereadoras de Campos dos Goytacazes	62
3.1 Campos dos Goytacazes: breve histórico e inserção da participação formal de mulheres.	62
3.2 As Vereadoras Campistas em 2009-2012.....	65
3.3 Percepções e atuação das vereadoras campistas	70
Considerações Finais	88
Referências Bibliográficas	92

Anexos	98
6.1 Entrevista com a senhora Vereadora Odisséia Pinto de Carvalho.....	98
6.2 Entrevista com senhora Vereadora Maria da Penha de O. Martins (Dona Penha)	112
6.3 Entrevista com a senhora Vereadora Ilsan Viana	120

INTRODUÇÃO

O interesse pelos estudos das mulheres na política vem conquistando cada vez mais relevância nas últimas décadas, devido ao destaque que as mulheres têm conseguido atingir no cenário político global e nacional, tanto nos Legislativos quanto à frente dos Executivos. A atuação do movimento feminista e os princípios por ele defendido é um dos fatores de mudanças de ideias que estão ocorrendo na sociedade, inclusive a implementação de leis que estão contribuindo para reverter a situação subjugada das mulheres ao longo da história.

A relação entre a mulher e a política, especialmente neste século, está se destacando, crescendo e ganhando a atenção dos estudiosos da área das Ciências Sociais e afins. Afinal, a presença de mulheres no cenário político representa uma possibilidade de atendimento às necessidades e aos interesses da população feminina. A partir disso, vários são os argumentos que para justificar a importância da participação feminina nesses espaços. Entre estes argumentos destacam-se a crença da moralização da prática política, na qual a mulher tornaria o meio político mais honesto e ético; outro ponto está no fato de que a presença feminina na política formal levaria à inclusão, na agenda política, de temas que concernem a interesses femininos.

Nesses argumentos percebe-se que há uma ideia de divisão sexual dos trabalhos, nos poderes do Estado. Divisão esta que exclui as mulheres de adotarem um papel mais ativo nas *hard politics* e ao mesmo tempo levando a representante política a assumir uma postura de desvelo para com os esquecidos da sociedade, relacionando-as aos cuidados e à atenção populações mais fragilizadas, como as próprias mulheres, os pobres, os idosos, os portadores de deficiências e as minorias tradicionalmente excluídas dos benefícios de uma cidadania plena.

No decorrer da pesquisa, viu-se que esse discurso está quase internalizado às práticas das entrevistadas, porém, não é uma unanimidade. O interesse de investigar a forma feminina de fazer política e o modo como as representantes políticas percebem a política, motivou a realização deste trabalho. O intuito de identificar as práticas de

política de desvelo e de defesa feminina¹ na política do município de Campos dos Goytacazes também norteou esta pesquisa.

Neste trabalho analisa-se a atuação feminina no poder Legislativo do município de Campos dos Goytacazes, na representação das três vereadoras da gestão de 2009-2012. Através de entrevistas, foram identificados diferentes perfis de atuação política feminina² no município e se as mesmas produzem melhorias para a situação da mulher e da sociedade. Além disso, esta pesquisa busca analisar a percepção das vereadoras sobre a política e a condição feminina na sociedade brasileira.

É intuito deste trabalho analisar também os efeitos da presença feminina na política do município em relação à contribuição para as políticas públicas direcionadas às mulheres; assim como verificar de que modo a cultura política, a ideologia, a identidade partidária ou a religiosidade estão presentes na percepção e na atuação política das vereadoras.

Para responder às questões propostas, este trabalho foi dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo traz um breve histórico sobre a luta das mulheres pela conquista de sua cidadania, ou seja, como se deu a trajetória política feminina. Inicia-se essa jornada pelo movimento sufragista inglês (século XIX), perpassando pelo movimento no Brasil, seguindo até a atual situação da mulher no pós-constituente. Também foi realizada uma análise da ação afirmativa, a Lei de Cotas, que prevê diminuir as desigualdades de gênero na política brasileira.

O segundo capítulo tem o interesse de apresentar os elementos teóricos centrais que sustentaram esta pesquisa, definindo alguns conceitos necessários para a mesma.

Já no terceiro capítulo, são apresentadas as informações sobre o objeto deste trabalho, as vereadoras de Campos dos Goytacazes da gestão 2008-2012; assim como biografias e trajetória política, anterior à entrada na Câmara, das vereadoras Ilsan Maria Viana dos Santos (PDT), Maria da Penha de Oliveira Martins (DEM) e Odisséia Pinto de Carvalho (PT). Nesta mesma seção aborda-se ainda a análise dos dados coletados nesta pesquisa, assim como a identificação dos perfis das vereadoras.

¹ As práticas aqui citadas como “política do desvelo” e “defesa feminina”, tratam-se de tipologias de perfis políticos que serão utilizados nesse trabalho. As mesmas são desenvolvidas e explicadas nos próximos capítulos.

² Os perfis citados são denominados de representante mãe e representante advogada. Esses perfis são baseados em leituras de Luis Filipe Miguel, os quais serão detalhados mais adiante.

As entrevistas e a pesquisa da produção legislativa das vereadoras mostraram que há a coexistência de dois perfis políticos diferentes (mãe/ advogada), como já se esperava. Também foi identificado que os perfis resultam de um *habitus* formado durante a trajetória política e pelas bases eleitorais das vereadoras. Outro ponto a ser destacado é o fato de a vereadora do perfil advogada ter uma maior participação em proposições políticas ligadas à causa feminina, o que é o caso da vereadora Odisséia Pinto de Carvalho. Enquanto que as vereadoras do perfil mãe, Ilsan Maria Viana dos Santos e Maria da Penha de Oliveira Martins, possuem uma característica muito mais clientelista, voltando suas proposições para atendimento de suas bases eleitorais.

Do mesmo modo, viu-se que a presença feminina na política, quando comparada à masculina em relação à produção legislativa, não traz significantes benefícios para as mulheres, como espera a literatura feminista e o senso comum. Outras conclusões foram tomadas ao longo da pesquisa e estão relatadas ao longo deste trabalho.

Foi escolhido esse intervalo temporal pelo interesse em analisar a atuação das vereadoras durante a atual legislatura comunal, que apresenta a maior quantidade de vereadoras na Câmara de Campos dos Goytacazes, unido ao fato de ter uma mulher no Executivo, a prefeita Rosinha Garotinho (PMDB). Também optou-se por trabalhar apenas com as mulheres vereadoras, excluindo da análise a prefeita, devido ao fato de pertencerem a espaços de poder distintos.

1 A LUTA DAS MULHERES POR CIDADANIA E INCLUSÃO POLÍTICA.

Se hoje no Brasil mulheres são eleitas para integrar os poderes legislativos e dirigir os executivos nos âmbitos federal, estadual e municipal, isso é fruto do trabalho das pioneiras do movimento feminista que lutaram por uma cidadania para as mulheres. Inclusive o fato de, pela primeira vez, uma mulher ser eleita para a Presidência da República em 2010.

Nas últimas décadas, o eleitorado feminino passou a ser maioria no Brasil, cerca de 52% do total (DINIZ, 2001). Além disso, no ano 1997, foi aprovada a chamada Lei de Cotas (Lei 9504/97 “Art. 10, § 3º), que determina a cada partido político preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Porém, as mulheres eleitas representantes para cargos Executivos ou Legislativos (locais, estaduais ou federais) continuam sendo minoria, comparadas aos homens eleitos. A média de mulheres eleitas para as Assembleias Legislativas e Câmara Distrital no Brasil, nas eleições de 2010 chega a 12,85%, enquanto que os homens atingem 87,15%. Já para a Câmara dos Deputados, o percentual de mulheres eleitas é de 8,77% e o de homens eleitos chega a 91,23%. No Senado Federal, as representantes do sexo feminino ocupam 12,85%, enquanto que os homens 87,15

A partir de 1984, com as primeiras candidaturas a governos estaduais, verifica-se um crescimento considerável de candidaturas femininas a cargos Executivos e Legislativos (ver Araujo, 2001; Avelar 2002; Tabak, 2002). Apesar disso, a primeira mulher a ser governadora no Brasil foi Iolanda Lima Fleming (PTB), no Acre, quando o governador Nabor Júnior deixou o cargo em 1986 para disputar o Senado, ela se tornou a primeira mulher a governar um estado brasileiro. Mas somente em 1994, Roseana Sarney (PFL), do Maranhão, se tornou a primeira governadora eleita do país. Roseana Sarney pertence a uma tradicional família política do nordeste e é filha do ex-presidente José Sarney (PMDB). As primeiras mulheres a serem eleitas senadoras foram Júnia Marise (PRN-MG) e Marluce Pinto (PTB-RR), em 1990.

A próxima subseção trará como se deu a luta feminista para que direitos fossem alcançados e mulheres conseguissem entrar no cenário político, até então considerado terreno restrito aos homens.

1.1 Movimentos feministas e o sufrágio

Hobsbawn (2003) explica que o crescimento do movimento de mulheres se deu, em grande parte, no pós - Revolução Industrial. A necessidade latente das indústrias de conseguir mão de obra levou a inserção de mulheres no mercado de trabalho europeu. Essa mudança alterou o rumo do padrão da sociedade, visto que ela adicionava um papel a mais em suas funções: além de filha, esposa e mãe, a mulher também assumiria a função de trabalhadora³.

No início do século XX, houve um aumento da entrada de mulheres no Ensino Superior, em busca de profissões com melhores remunerações como, em particular as profissões liberais. Respaladas Por uma educação formal, as mulheres começaram a galgar um maior espaço, gerando um momento propício para o florescimento de movimentos femininos, em busca de direitos civis e políticos (HOBSBAWN, 2003).

Lúcia Avelar (2001) afirma que outras transformações na sociedade também foram importantes para essa mudança da mentalidade feminina (p. 11):

Destacam-se entre essas mudanças, o surgimento de novos tipos de família, a ruptura dos padrões familiares patriarcais, as novas formas de produção no mundo do trabalho com impacto sobre as relações sociais, as conquistas das mulheres ao longo do século XX e o amadurecimento de uma consciência feminista, mudanças estas que acabaram por solapar estruturas seculares sobre as quais de assentava a dominação masculina em todas as esferas da vida pública e privada.

E é com essa nova mentalidade que as mulheres saíram em busca de melhores condições de vida e começaram a questionar seus papéis na sociedade. São essas mulheres que iniciaram o movimento feminista.

1.1.1 Voto para as mulheres: as pioneiras no movimento

As origens dessas mudanças que afetaram a sociedade contemporânea podem ser observadas na Inglaterra do século XIX, que foi o palco do surgimento dos movimentos feministas. Isso se deu através de manifestações públicas e reivindicações para a conquista de direitos civis e políticos.

³ A mulher já trabalhava muito antes da Revolução Industrial em varias funções e contribuía para a economia familiar, como afirma a vasta historiografia das mulheres. Porém, este período histórico e econômico foi fundamental para uma mudança cultural na sociedade ocidental e um passo importante para a posterior emancipação da mulher.

O desejo pela conquista do sufrágio feminino ficou conhecido como a primeira onda do movimento feminista e as mulheres pioneiras nessas reivindicações ficaram conhecidas como as *suffragettes* (sufragistas). Segundo Zina Abreu (2002), as *suffragettes* inglesas, e posteriormente as americanas, se destacaram na luta do movimento feminista por terem a influência do pensamento político liberal, pois “tanto as teorias políticas liberais como as das feministas centravam-se no ‘individualismo’ e na ‘razão’, em oposição à estrutura, crenças, convenções e autoridade estabelecidas” (p. 456).

As *suffragettes* inglesas se destacavam pela forma acalorada de levantar a bandeira do sufrágio feminino, seja na sua forma constitucional, pela qual a WSPU—Women’s Social and Political Union – reivindicou várias petições ao parlamento inglês⁴, seja na sua forma militante que Abreu (2002) destaca (p. 462, 464):

Já as ‘*suffragettes*’ eram assim conhecidas por serem membros da também já referida WSPU—*Women’s Social and Political Union*, associação sufragista fundada em Manchester, em 1903, pelas Pankhursts: Emmeline (Presidente) e as filhas: Christabel, Sylvia e Adela. A WSPU adotou como lema “**DEEDS NOT WORDS**” [Ações não palavras], imprimindo à sua campanha de luta pelo Voto uma estratégia agressiva, que representava um desvio da estratégia de moderação e constitucionalidade da NUWSS [*National Union of Women’s Suffrage Societies*]⁵, que aguardava pacientemente pela boa-vontade dos políticos, estratégia que tinha dado provas de ser ineficaz. (...). Desde as primeiras edições, o seu jornal — *Votes for Women* —, fundado em 1907, estava repleto de imagens ‘militares’ e expressões ‘bélicas’, incitando à luta. Tinham como objectivo único molestar os políticos e o Governo até conseguirem o direito de Voto. Pela sua militância agressiva eram conhecidas como ‘*suffragettes*’.

(...). A obstinação do Governo e do Parlamento em não dar ouvidos às *Suffragettes*, as levou a adotarem táticas cada vez mais agressivas e violentas, sobretudo a partir de 1908, como vandalizar ou destruir edifícios públicos e privados, igrejas, museus, campos de golfe, etc., vários dos quais incendiaram ou destruíram com explosivos; partir vidraças, como escadas e janelas da própria residência do Primeiro Ministro, em 10 Downing Street, que as *suffragettes* Mary Leigh e Edith New estilhaçaram. Os prejuízos atingiram centenas de milhares de libras.

⁴ Podemos lembrar que quando deputado em 1866, John Stuart Mill defendeu a petição de sufrágio feminino junto a Câmara dos Comuns e conseguiu cerca de 3.000 assinaturas de mulheres para que a mesma fosse aceita. Apesar dos esforços, e de outras petições, a Câmara negou o pedido. ABREU, Zina. LUTA DAS MULHERES PELO DIREITO DE VOTO: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Universidade da Madeira. Revista Arquipélago – História, 2ª série, VI. p.459, 2002.

⁵ Grifo nosso.

Com isso, identifica-se o caráter diferenciado das britânicas em relação às norte-americanas e às brasileiras, pois as primeiras levaram às últimas consequências a luta pelo seu direito de votar e serem votadas. José Mauricio Domingues (2005) também identificou a importância desse movimento (p. 110):

Muitos movimentos, sobretudo ao longo do século XX, disputaram com o movimento operário em importância. Esse é especialmente o caso do feminismo, que, em uma “primeira onda”, teve caráter destacadamente político, com a liderança das *suffragettes* inglesas, em geral feministas de classe média que lutaram pela extensão do direito ao voto as mulheres no começo do século – desencadeando reações violentas que hoje evidentemente soam bizarras nos países que já atingiram certo nível de desenvolvimento de democracia. Uma “segunda onda”, na década de 1960, ampliou o espectro de questões e reivindicações do movimento feminista, com uma demanda mais geral por igualdade – no plano doméstico, no sexo, no trabalho – e por transformações na cultura e na própria forma de conceber os “gêneros, que passam a ser vistos, ao menos em grande medida, como uma “construção” social cujo caráter teria pouco de natural.

No entanto, essa luta incessante das feministas pelo direito ao voto e seu caráter considerado “agressivo” gerou discussões entre políticos e autoridades afins, a respeito do mérito ou não de dar o direito de votar às mulheres. Como diz Rachel Soihet (2002):

Autoridades, políticos em geral, juristas negam-se a considerar positivamente as pretensões de autonomia feminina. Respaldam-se, na ciência da época, sinônimo, naquele momento, de verdade absoluta. Apelando para tais convicções e para os prejuízos acarretados à família, já que este era visto como o seu espaço prioritário, buscam limitar as ações das mulheres, naturalizando determinações históricas e socialmente estabelecidas. Também, através de peças teatrais, de crônicas, caricaturas, e por diversas matérias na imprensa observa-se oposição ao seu atendimento, inclusive, através, da ridicularização das militantes.

Da Inglaterra, o movimento sufragista ganhou visibilidade na América, em especial nos Estados Unidos, onde recebeu uma nova roupagem, diferenciada das sufragistas britânicas. Essas ideias chegaram à América através das diversas convenções⁶ organizadas pelas WSPU e NUWSS, que influenciaram o pensamento feminista americano (ABREU, 2002).

No início da campanha americana pelo sufrágio feminino, estas seguiram os mesmos passos das inglesas, através do viés constitucional, buscavam a conquista do voto. As americanas também se uniram a outros movimentos sociais como a luta pela

⁶ A primeira delas foi a Women’s Rights Convention, realizada em Seneca Falls, Nova Iorque, em 1848. (ABREU, 2002. p. 458)

abolição da escravidão, e com isso aprenderam a se organizar, mobilizar e promover demonstrações públicas de reivindicações.

O apoio das mulheres aos escravos se deu por estas identificarem na destituição de direitos civis e políticos uma causa em comum (ABREU, 2002). No entanto, quando a 14ª Emenda à Constituição americana foi promulgada, e as feministas verificaram que a escravidão havia sido abolida e o direito à cidadania foi estendido aos ex-escravos, notaram também que esse direito agora se tornaria exclusivo aos homens⁷. Isso deixou as sufragistas americanas furiosas (ABREU, 2002), dando origem à associações como a *National Woman Suffrage Association* e a *American Woman Suffrage* numa forma de lutar pelos direitos das mulheres. Mas é com a fundação da *International Women's Suffrage Alliance*, em 1902 com sede em Londres, e presidida pela norte-americana Susan B. Anthony, que o movimento sufragista feminino ganha maior destaque internacional e força, através da organização de conferências internacionais (ABREU, 2002. p. 454).

Apesar da tendência militante das *suffragettes* inglesas, a mesma não teve tanta força nos EUA, pois as sufragistas americanas optaram pelo viés constitucionalista, seguindo os princípios jurídicos, de forma moderada e na esperança de, assim, conquistar a opinião pública e os parlamentares para as apoiarem no seu reclamo pelo direito ao voto. Essa característica norte-americana “pacífica” aqui identificada, irá se refletir no movimento sufragista brasileiro.

1.1.2 Mulheres brasileiras em movimento: o sufragismo no Brasil

O movimento feminista brasileiro teve seu início no século XIX e se focou na busca pelo voto feminino, seguindo exemplo de suas companheiras inglesas e norte-americanas. Celi Regina Jardim Pinto (2003) crê que “O feminismo daquele período esteve intimamente associado a personalidades. Mesmo quando apresentou algum grau de organização, esta derivava do esforço pessoal de alguma mulher que, (...) se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres” (p. 14).

Sabe-se que a iniciativa da luta das mulheres por seus direitos no século XX, sofre a influência de seu tempo, pois, neste período, há um crescente aumento de mulheres saindo de seus lares e sendo inseridas no mercado de trabalho (HOBSBAWN, 2003, p. 304), como já explicitado. A profissionalização feminina, a urbanização das

⁷ Pela primeira vez, segundo Abreu (2002), a palavra *male* vinha associada à palavra cidadão.

idades brasileiras, o surgimento de greves (em 1917) e a fundação do Partido Comunista (em 1922), somou para o que Celi Pinto (2003, p. 17) denomina “caldo de cultura”, essencial para o surgimento de novas formas de organizações da sociedade. Para a autora, o movimento feminista é uma dessas organizações que apareceram junto com as mudanças do século XX. No entanto, essa “organização” possuía um caráter muito mais complexo.

Ainda no fim do século XIX, com o advento da Primeira República do Brasil, um fato curioso se apresenta na Constituição de 1891, pois a mesma não excluía a mulher do alistamento eleitoral, pois à época, os constituintes não pensavam na figura da mulher como um indivíduo dotado de direitos e portanto seria irrelevante colocar a mulher na constituição. A partir dessa “brecha” na Constituição, muitas mulheres requereram seu alistamento para o voto, porém, de forma individualista, não ligada à causa feminista. Este é o caso da dentista gaúcha Isabel Matos, que se baseou na Lei da Constituinte que permitia o voto para portadores de títulos científicos. No entanto, foi uma conquista local isolada, que logo foi revogada quando a mesma tentou se alistar no Rio de Janeiro (PINTO, 2003).

Mas, um marco importante para as mulheres é a criação do Partido Republicano Feminino (PRF), em 1910, liderado pela professora Leolinda Daltro. Sua relevância se deve por ser um partido político criado por pessoas sem direitos políticos. O alvo do partido era a mobilização feminina. Em 1917, Leolinda organiza uma passeata pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, com a qual exigia a ampliação dos direitos políticos às mulheres (PACHECO, 2007). No entanto, o PRF não se limitava ao sufrágio, mas também lutava pela emancipação e independência da mulher. Maria da Glória Costa Pacheco (2007) afirma que a passeata surpreendeu a população carioca e influenciou políticos como Maurício de Lacerda, que chegou a apresentar para a Câmara um projeto instituindo o voto feminino. Apesar do projeto não ter sido discutido, sabe-se que o PRF teve notoriedade no meio político.

Dado o passo inicial pelo alistamento no século XIX e da luta do PRF, outras mulheres também iniciaram a odisseia pelo direito ao voto. Dentre elas, destaca-se o nome da Dr^a Bertha Lutz, que se tornou um ícone da trajetória feminina pelo sufrágio.

Bertha Lutz, na década de 1910, acabava de chegar de Paris, e trazia em sua bagagem não só o nome da família (pois era filha do renomado cientista Adolfo Lutz) e a carreira de bióloga formada na Sorbonne, mas também ideias para a campanha pelo sufrágio e algumas polêmicas para sua época, como a independência feminina

(AVELAR, p. 19, 2001). Bertha Lutz começou a exercer seu cargo de bióloga/naturalista no Museu Nacional, do qual ingressou através de um concurso público e mais tarde, formou-se também em direito, profissão essa que também lhe rendeu sucesso.

Após estar instalada no Brasil, Bertha Lutz funda uma organização pautada nos direitos femininos no Brasil, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, onde se reuniram feministas e sufragistas que almejava conquistas para as mulheres. (AVELAR, 2001). Segundo Maria Margaret Lopes e Lia Gomes Pinto de Sousa (2005) os contatos de militância vinham, em sua maioria, da própria comunidade científica (p.4):

Por exemplo Mrs. Porter, que assistira um discurso feminista de Bertha nos EUA, e a indica para participar de um evento da Buffalo Society of Natural Sciences em 1922. No Brasil, a antropóloga Heloisa Alberto Torres (1895-1977) – a “Dona Heloisa”, diretora do Museu Nacional de 1938 a 1955 - era também sócia da FBPF, ou ainda a médica Carlota Pereira de Queiroz, com quem Bertha compartilhou o projeto de um Museu da Infância.

Após voltar da Conferência Pan-Americana de Mulheres em Baltimore, em 1922, Bertha Lutz tem a ideia de fundar no Brasil a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). Esse plano teve o apoio de feministas norte-americanas, que já viviam a experiência das organizações. As sufragistas brasileiras que compunham a FBPF faziam parte da alta elite brasileira, composta por médicas, dentistas, artistas, funcionárias públicas e parentes de políticos, seguindo o exemplo de sua fundadora. Tal fato facilitava as reivindicações do grupo e o tornava independente de movimentos sociais e/ou partidos políticos (AVELAR, 2001).

No Brasil, o movimento sufragista feminino optou por seguir o caminho das feministas norte-americanas, e evitar algumas escolhas das feministas inglesas. Pode-se até mesmo supor que as brasileiras não eram adeptas ao radicalismo inglês, pois a forma “bem-comportada” (PINTO, p. 23, 2003) de Bertha Lutz funcionava e mostrava confiabilidade no cenário político brasileiro, o que favorecia a imagem do FBPF entre o eleitorado masculino. Também verifica-se que um alto grau de instrução e destaque acadêmico ajudava, pois, confrontava o mito da inferioridade feminina. Aliás, a educação era um ponto forte defendido por Lutz e as feministas da FBPF, porque estas acreditavam que através da educação supriria o único motivo de diferença entre homens e mulheres (LOPES e SOUSA, 2005).

Segundo Pinheiro (2007), esse cunho elitista da FBPF recebe as críticas de algumas autoras que estudam o feminismo desse período. Isso se deve ao fato dessa organização não ter o objetivo de romper com a ideologia patriarcal e de não questionar os papéis atribuídos às mulheres.

A FBPF foi uma das mais importantes organizações pelos direitos das mulheres no Brasil e que, inicialmente, estava voltada para o sufrágio. Diante disso, alguns políticos desse período, como o senador Juvenal Lamartine, se sentiram motivados para lutar pela causa no Congresso, apesar de também haver representantes contrários à causa⁸ (PINHEIRO, 2007). Por esse motivo, Juvenal Lamartine (governador do estado do Rio Grande do Norte) muda o código eleitoral, legalizando o direito de votar às mulheres deste estado (AVELAR, 2001, p. 19). Porém, os votos foram anulados pela Comissão de Poderes do Senado. Somente em 1928, as mulheres conseguiriam sua primeira vitória: a eleição da primeira prefeita do país, Alzira Soriano de Souza, em Lages – RN (Op. Cit, p. 20).

Apesar das insistentes lutas da FBPF (e de outras organizações feministas) desde a década de 1920, pelo sufrágio feminino, o mesmo só terá voz em 1932, quando é promulgado, através de um decreto do presidente Getúlio Vargas, o novo Código Eleitoral⁹ (AVELAR, p. 20). A partir deste, as mulheres brasileiras poderiam, enfim, votarem e serem votadas.

Aliás, com a Revolução de 1930, as condições para a realização das eleições e o exercício do voto mudaram. A elaboração do Código eleitoral de 1932, juntamente com a Constituição de 1934 reduziram a idade do alistamento eleitoral para maiores de 18 anos e este se tornou obrigatório. No entanto, permaneciam excluídos das eleições os analfabetos, os praças de *pret*¹⁰, os mendigos e os privados de direitos políticos (CHAIA, 2010).

Vera Chaia, em *A longa conquista do voto na história política brasileira* (2010), dialoga a respeito de algumas determinações deste código eleitoral de 1932:

⁸ Podemos citar como exemplo, dentre vários outros, o senador Muniz Freire que afirmava que: “Estender o direito de voto à mulher é uma ideia imoral e anárquica, porque, no dia em que for convertida em lei, ficará decretada a dissolução da família brasileira. A concorrência dos sexos nas relações da vida anula os laços sagrados da família”; ou ainda a fala do deputado Coelho Campos: “É assunto de que não cogito; o que afirmo é que minha mulher não irá votar” em *Vozes Femininas* (2007) de Luana Pinheiro.

⁹ Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

¹⁰ Ou praça de pré, que é uma denominação dada ao militar considerado de graduação inferior aos oficiais, pois eram contratados por dia de trabalho (de *pret*) e os Oficiais por contratos de três anos.

O Código Eleitoral de 1932 trouxe várias modificações: instituição do voto secreto; criação da Justiça Eleitoral – Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais –, centralizando o processo eleitoral nesses órgãos do governo; determinação de que os trabalhos de alistamento, a organização das mesas de votação, a apuração dos votos e o reconhecimento e proclamação dos eleitores seria feito pela Justiça Eleitoral. Com esse novo Código tentou-se moralizar o processo eleitoral e acabar com o controle pela política local, já que toda centralização se daria pela Justiça Eleitoral.

Já na eleição de 1934, a primeira após a conquista do voto para as mulheres, foi eleita uma deputada, Carlota Pereira de Queiroz, dentre 214 deputados federais eleitos. Há também a posse de Bertha Lutz em 1936, que era suplente do deputado Cândido Pessoa, que veio a falecer durante seu mandato. O fraco desempenho de candidaturas femininas nessa primeira eleição deveu-se a uma série de fatores como: pouca força do movimento feminista, o preconceito e o não envolvimento de mulheres de outras classes (BORBA, 1998. p. 155)

Após uma breve experiência eleitoral em 1934, as mulheres só votariam em 1946. Isso se deu porque o regime democrático foi interrompido pelo Golpe de Estado do então Presidente Getúlio Vargas, que deu origem ao chamado Estado Novo (1937-1946).

Durante o governo autoritário de Vargas, o Congresso foi fechado sob a alegação da existência de um plano comunista para a tomada do poder (Plano Cohen). O golpe fez estagnar os avanços da Constituição de 1934, substituindo-a por uma nova Constituição, com tendência fascista (que ficaria conhecida depois como "Polaca" por ter se inspirado na Constituição da Polônia) e, apoiada pelos militares e por grande parcela da sociedade alarmada pela ameaça comunista.

Ainda durante o Estado Novo, um dos principais acontecimentos na política externa, foi, sem dúvida, a II Guerra Mundial (1939-1945). Esse evento foi marcante para o governo Vargas, que enfrentava em seu seio uma grande contradição: ser economicamente dependente dos EUA e possuir forte identificação política com o fascismo alemão (D'ARAÚJO, 2000).

Outro fato relevante a ser considerado é a entrada do Brasil na guerra, através do envio de uma Força Expedicionária Brasileira, a FEB, e antes dela a Liga de Defesa Nacional que “possibilitou o ressurgimento da ação organizada das mulheres, no Rio de Janeiro e em muitos estados” (TABAK, 2002. p. 31). Tabak (2002, p. 31) afirma que a Liga de Defesa Nacional fazia campanha para obter dos agasalhos para os pracinhas até

os cursos para qualificação de enfermeiras. As ativistas que participavam da Liga se intitulavam Madrinhas da FEB.

Com o fim da II Guerra, havia surgido no Brasil um sentimento de esperança, visto que, com o fim da guerra, também se findavam os governos totalitários da Europa, enquanto que se afirmava a vitória da democracia no continente (TABAK, 2002).

No Brasil, com o fim do Estado Novo em 1945, foi formada outra Assembleia Constituinte e o exercício do voto feminino foi reestabelecido. Outros instrumentos democráticos que haviam desaparecido, como o pluralismo partidário, são retomados.

Com a volta do governo democrático, as mulheres voltam ao cenário político, sendo eleitas para câmaras municipais e também para as assembleias legislativas estaduais. No entanto, segundo Luana Pinheiro (2007), nenhuma das dezoito candidatas que concorriam a uma cadeira no Congresso Nacional, obteve êxito. Borba (1998) crê que isso pode ter ocorrido por causa do Estado Novo e pela repressão que o governo exercia sobre os cidadãos nesse período. Porém, isso parece não ser justificativa suficiente visto que houve uma grande participação feminina em várias causas nesse período.

1.2 Manifestações Femininas no Brasil pós- 1945

Mesmo tendo conquistado o direito de votar e ser votadas, a presença de representantes mulheres na Câmara e no Senado tem sido quase inexpressiva até a redemocratização dos 80 e continuou dessa forma até então. Analisando isso, averigua-se uma disparidade, visto que são 45 deputadas federais contra 468 deputados do sexo masculino e, no Senado as senadoras ocupam 10 das 81 cadeiras. A tabela 1 apresenta a quantidade de mulheres em ambas as câmaras legislativas desde 1934 até as eleições de 2010.

Quadro 1¹¹ Número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados e Senado Federal (continua na página 25).

Ano da Eleição	Câmara dos Deputados	Senado Federal
1934	1	0

¹¹Baseada na tabela elaborada por Pinheiro (2007) com adição de dados de 2010.

Fonte: Avelar (2001), TSE e sites do Senado e da Câmara.

Notas: * Eleições para 1/3 das cadeiras do Senado Federal.

** Eleições para 2/3 das cadeiras do Senado Federal.

1946	0	0
1950	1	0
1954	3	0
1958	2	0
1962	2	0
1965	6	0
1970	1	0
1974	1	0
1978	4	0
1982	8	0
1986	26	0
1990	29	2*
1994	32	4**
1998	29	2*
2002	42	8**
2006	46	4*
2010	45	8**

Porém, a baixa representação política feminina nas esferas formais não é sinônimo de falta de participação política da mulher brasileira. Fanny Tabak (2002) afirma que houve uma grande participação feminina ainda durante a ditadura de Vargas, como a criação do Comitê de Mulheres pró-Democracia em 1945 que pretendia levar a mulher brasileira a uma participação efetiva na democracia, assim como a conquistar “a igualdade de direitos em todos os ramos da atividade profissional, administrativa, cultural e política” (op. cit., p. 32). Outra participação feminina a ser considerada é a Associação das donas de casa contra a carestia, que realizou uma atividade de intensa cobrança junto aos órgãos públicos pelo abastecimento de gêneros alimentícios, visando defender aos interesses das mães de família (op. cit., p. 32). Há ainda o surgimento do Instituto Feminino do Serviço Construtivo que seria a semente para o nascimento da Federação de Mulheres do Brasil (FMB) em 1949.

Outras manifestações (como as convenções femininas) nos mostram que, apesar de não estarem no congresso nacional, as mulheres se mostraram ativas na participação

política não institucionalizada, indicando que elas continuaram por diferentes vias sua trajetória em busca de melhores condições de vida.

Em 1949, aconteceu a primeira Convenção Feminina do Distrito Federal (quando este ainda se situava no Rio de Janeiro), que foi realizada como homenagem ao dia 8 de março. A convenção buscava impulsionar as mulheres cariocas por procurar melhores condições de cidadania. Entre os temas abordados nessa Convenção cabe citar: direitos da mulher, proteção à infância e defesa da paz mundial. Entre as resoluções aprovadas pela Convenção, estava a mobilização para um Congresso Nacional de Mulheres e a criação de uma entidade feminina que, segundo viesse a centralizar no Distrito Federal as associações já existentes, sem que houvesse perda da autonomia de cada associação. Isso ocorreu com a formação da Federação de Mulheres do Brasil – FMB (TABAK, 2002).

A partir dessa primeira convenção, vários congressos organizados pela FMB contaram com a participação de donas de casa, operárias, funcionárias públicas, professoras, profissionais liberais, estudantes e camponesas (TABAK, 2002. p.34). Esses congressos e assembleias realizados nas décadas de 1940 e 1950 traziam ao debate questões do interesse feminino, mobilizando as mulheres em prol das necessidades da sociedade, como ocorreu na *Jornada de Protesto contra a Carestia e o racionamento de energia elétrica*, que em 1954 gerou uma comissão para tratar da carestia de vida, denominada Comissão Central para a Luta contra a Carestia. A comissão organizou uma passeata, desde a Câmara Municipal do Rio de Janeiro até a Prefeitura, instalou caminhões-feira em todos os bairros para coleta de abaixo-assinados contra a carestia e chamou a atenção do público através de programas de rádio e do jornal Momento Feminino, que teve papel fundamental nas organizações femininas (TABAK, 2002).

Na década de 70, se inicia uma nova era no movimento feminista, o que Celi Pinto chama de passagem do “feminismo bem-comportado, à moda Bertha Lutz, [para]¹² um novo feminismo malcomportado que começou a enfrentar questões consideradas tabus” (PINTO, 2003, p. 46).

Esse “feminismo malcomportado” tem a presença da advogada Romy Medeiros, que criou o Conselho Nacional de Mulheres (em 1949), para lutar por medidas institucionais a favor das mulheres. Romy Medeiros tinha boas relações com as elites

¹² Grifo nosso

governamentais, inclusive durante o regime militar, quando chegou a enviar ao então presidente Médici, um projeto de Serviço Cívico feminino na educação e na saúde (PINTO, 2003, p. 47). Antes disso, sua boa relação com a elite política possibilitou a apresentação de um anteprojeto de reforma do Código Civil (através do senador Mozart Lago), o que em 1962 transformou-se no “Estatuto da Mulher Casada” (Lei 4121/62)¹³. Esse estatuto trouxe uma conquista para a mulher brasileira, até então considerada incapaz, comparada aos silvícolas e às crianças, o que a tornava dependente da autorização do marido para praticar qualquer atividade em sua vida civil.

Em 1972, o Conselho Nacional de Mulheres organizou o I Congresso de Mulheres, que contou com a participação da vanguarda do movimento feminista da época, como Heleieth Saffioti e Carmem da Silva. Isso ocorreu durante a Ditadura Militar, o que trouxe alguns inconvenientes para Romy Medeiros, que foi interrogada por oito vezes no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) por reunir tantas mulheres envolvidas com a esquerda brasileira (PINTO, 2003, p. 48). Outras campanhas foram realizadas na década seguinte, tais como as de acesso das mulheres à carreira militar, a instituição de creches e o planejamento familiar, para citar apenas algumas.

O movimento feminista receberia um impulso a mais com o Ano Internacional da Mulher, em 1975, e a divulgação da Década e do Plano Decenal e Ação, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Centro da Mulher Brasileira (CMB) surgiu nesse mesmo ano, e se destacou pelo número de afiliadas e de atividades realizadas, como o trabalho com a divulgação dos objetivos da Década da Mulher e a obtenção de verbas públicas¹⁴ para manter uma sede no Rio de Janeiro e trabalhar em projetos de pesquisa.

Um fato que não se pode deixar de notar é a aceitação e mobilização das paulistas no movimento feminista, que se engajaram nas propostas da década da mulher, reivindicando direitos e denunciando discriminações contra mulher, como o caso do Tribunal Bertha Lutz. Esse foi criado para julgar todo o tipo de discriminação contra a mulher. Realizou o primeiro julgamento em 1982, de uma causa movida por uma operária tecelã, contra a empresa em que trabalhou por vários anos, e não foi devidamente remunerada pelo fato de ser mulher. Participaram da sessão, representantes

¹³ A lei contribuiu para a emancipação feminina em diversas áreas, permitindo que a mulher torna-se economicamente ativa, independentemente de seu marido para tomar decisões. Também dava o direito à mulher de compartilhar do pátrio poder sobre seus filhos, assim como, requerer a guarda dos filhos em caso de separação de seu cônjuge.

¹⁴ Segundo Tabak (2007) a verba vinha do Ministério da Educação.

sindicais, artistas, personalidades, trabalhadoras do campo e da cidade. O caso se tornou tão conhecido que inspirou um documentário, que leva o nome do Tribunal. Outra obra também das militantes paulistas é a Casa da Mulher, instalada em São Paulo, que dá assistência médica e jurídica, orientação profissional e psicológica, às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual (TABAK, 2002. p. 54).

No movimentado ano de 1975, o movimento feminista ainda se engajaria pela Anistia, considerado o primeiro movimento organizado de contestação à ordem vigente, após onze anos de ditadura (PINTO, 2003. p. 64). O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) nasceu um ano após a posse do presidente Ernesto Geisel, que colocou em sua pauta de governo uma política de distensão para uma via democrática. Isso gerou um sentimento de esperança do retorno das oposições ao cenário político, já que desde os Atos Institucionais (também denominado de A.I.) e, mais intensamente depois da aplicação da doutrina de segurança nacional (SKIDMORE, 2000. p.423), a resistência à ditadura militar foi inviabilizada de qualquer ação¹⁵.

O feminismo alcançou o status de movimento de grande respaldo nas décadas de 60 e 70, visto sua forte atuação nos mais variados países. Esse movimento formou uma forte consciência a respeito da importância da transformação da condição da mulher, legitimando, desta forma, o debate em torno da questão feminina (PINTO, 2003). É também neste momento, que o feminismo assume o caráter de um núcleo de resistências democráticas, orientado para reivindicações de ordem geral.

Após os inúmeros trabalhos e manifestações desenvolvidas pelas mulheres, vários grupos nasceram por todo o Brasil, demonstrando a força da organização existente na década de 1970. Dentre esses grupos destacam-se, devido sua intensa participação a favor da causa feminina: o Centro da Mulher Brasileira, a Sociedade Brasil Mulher e o Coletivo de Mulheres, fundados, respectivamente em 1975, 1976 e 1979 (TABAK, 2002. p. 55-56).

Isso nos mostra que, o movimento feminino organizado no Brasil não ficou estagnado depois de 1945. Ao contrário, houve expansão do mesmo, com surgimento de

¹⁵Durantes o governo do general Figueiredo em 1979, foi redigido o projeto de Anistia que ainda seria negociado entre os chamados militares linha-dura e a oposição. No entanto, quando foi aprovada a Lei de Anistia nº6.683, não agradou a todos os envolvidos, pois anistiava também os torturadores e restringia os presos políticos (SKIDMORE, 2000. p.424). Toda essa negociação requereu interesses por ambas as partes, e a pressão promovida pelo MFPA contribuiu fortemente para que essa Lei saísse do papel e trouxesse do exílio vários presos políticos. Após a Lei de Anistia, a reabertura política no Brasil foi “lenta, gradual e segura”, o que Geisel teria dito anos antes (op. cit. p.327). Apesar de o peso da repressão ter diminuído e o Estado de exceção ter sido defeito aos poucos, a população ansiava pela chegada da redemocratização

várias organizações femininas que uniram as brasileiras seja para lutar por seus direitos, seja para combater problemas da sociedade em que viviam (TABAK, 2007. p. 38). Essas manifestações somadas ao retorno popular do movimento feminista da década de 1970 causaram um efeito conscientizador nas mulheres. Esse foi um momento de autonomia e independência feminina. Seus protestos trouxeram novas perspectivas sobre os direitos sobre seu próprio corpo, sua sexualidade, a igualdade nas relações e a violência contra a mulher, dentre outros. No Brasil, com o fim do regime autoritário e o início da redemocratização, muitas mulheres que participaram desses movimentos, se envolveram na política, em busca de uma representação feminina no Estado (AVELAR, 2001).

Mesmo com esse forte empenho do movimento feminista brasileiro, entre 1946 e 1982, não há grandes alterações de representação feminina no Congresso Nacional, exceto pela presença de duas senadoras, a primeira senadora brasileira Eunice Michiles, em 1979 — que assumiu o cargo devido à morte do titular — e em 1982, Laélia de Alcântara, também suplente, assume outra vaga no Senado. A primeira senadora, Eunice, dedicou-se aos direitos das mulheres, como informação e acesso à anticoncepção e um debate considerável a respeito da descriminalização do aborto. Somente nas eleições do ano de 1990, houve a posse das cadeiras no Senado Federal na condição de titular. A conquista foi de Júnia Marise (PDT) e Marluce Pinto (PSDB). A baixa participação feminina nas instituições políticas representativas levou a algumas mulheres a lutarem por mais espaço na nova Constituição (BORBA, 1998, p.156).

1.3 Redemocratização e a Conquista das Cotas

Apesar das grandes mudanças ocorridas, ser mulher com atuação política ainda é uma atividade vista com preconceito, mesmo nos dias atuais em que o Brasil elege sua primeira presidente do sexo feminino. Ângela Borba (1998, p. 156) diz que “(...) nossos dicionários ainda registram prostituta como sinônimo de mulher pública, enquanto homem público é sinônimo de autoridade e político. O Parlamento e o mundo da política em geral — o Poder Executivo, o Judiciário, os partidos políticos e os sindicatos — são espaços hostis para as mulheres”.

Um exemplo de que a política não estava preparada para as mulheres é facilmente encontrado no caso da deputada Lúcia Arruda, eleita em 1983, que se depara com a situação de não haver banheiro feminino no plenário da Assembleia Legislativa

do Rio de Janeiro (BORBA, 1998. p. 157). A mesma teve de travar uma luta para que o único banheiro existente fosse repartido em dois.

Com a reabertura política e a volta do pluripartidarismo na década de 1980, as feministas buscavam um novo meio de inserir a mulher na política, visto que fazer denúncias de discriminação já não adiantavam mais ((BORBA, 1998. p. 157). Elas queriam participar do poder para elaborar propostas de políticas públicas que pautassem a condição real das mulheres.

Em 1982, no Rio de Janeiro, o movimento feminista apresentou o Alerta Feminista para as Eleições, o que inaugurou uma nova prática no país, e foi particularmente absorvida pelas comissões ou secretarias de mulheres do Partido dos Trabalhadores (BORBA, 1998. p. 158). Nesse documento havia uma análise da situação feminina no país e propostas como a necessidade de serem melhor representadas.

Queremos uma sociedade nova, com homens e mulheres livres e unidos numa relação baseada no amor, no companheirismo, na divisão das tarefas domésticas, em um mundo mais humano, mais solidário, mais feminino feminista¹⁶.

Essa visibilidade feminina trouxe alguns benefícios, como o aumento de mulheres eleitas, tanto para Câmaras de Vereadores quanto para a Câmara Federal e as Assembleias Estaduais em 1986 (op. cit. p. 158). Essa grande mudança, certamente se deu graças ao empenho e incremento do movimento feminista e, sua série de debates sobre a condição das mulheres.

Durante a segunda metade da década de 1980, há uma movimentação em torno da criação da nova Carta Constitucional (1988). As feministas acreditaram que sob uma nova Constituição e com um governo democrático implementado, o princípio da equidade seria estabelecido.

A Constituição Federal de 1988 teve a participação ativa de vários movimentos sociais. Borba (1998) afirma que durante a campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte as mulheres se organizaram a fim de propor aos vários candidatos, de diferentes estados, que aderissem às causas feministas.

¹⁶ Citação do documento realizada por Ângela Borba em: Legislando para as mulheres. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/uploads/Mulher_e_politica.pdf

A Bancada Feminina¹⁷ da Constituinte manteve essa organização ainda durante o estabelecimento do Congresso Constituinte, elaborando 30 (trinta) emendas sobre os direitos das mulheres (PINTO, 2003. p. 74). Para que as emendas fossem aceitas, havia a exigência da apresentação por três entidades legalmente constituídas mais 30 mil assinaturas de apoio.

Segundo Borba (1998, p. 159), as feministas foram às ruas recolher as assinaturas e, se uniram com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), elaborando a “Carta aos Constituintes”, na qual se encontravam as principais reivindicações feministas¹⁸. O CNDM se destacou neste processo, construindo uma rede de informação com o movimento feminista de vários estados, acionando as mulheres, quando necessário.

Após toda essa mobilização, o movimento feminista obteve várias conquistas para a mulher na nova Constituição, como por exemplo, no artigo 5º, inciso I, onde afirma que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Essa cláusula representou um avanço significativo para as mulheres, porque punia qualquer tipo de discriminação (BORBA, 1998. p. 159).

O que não houve foi o estabelecimento de ações afirmativas, o que garantiria algumas medidas que tentariam corrigir desigualdades históricas entre homens e mulheres. Se isso fosse feito, segundo Borba (op. cit. p. 159), “teria havido menos problemas em aprovar as cotas de mulheres nas listas de candidatos às eleições proporcionais”. No entanto, não se pode descartar as conquistas alcançadas com a nova Constituição (op. cit. p.159):

A Constituição de 1988 reconceituou a família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconheceu a união estável, confirmou o divórcio, ampliou a licença-maternidade, criou o direito à licença-paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para as empregadas domésticas e previu, ainda, a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica.

A conquista de novos direitos de cidadania para as mulheres repercutiu favoravelmente na elaboração das constituições estaduais e nas leis orgânicas municipais. Entretanto, muitos dos direitos garantidos na Carta Federal, nas estaduais e municipais carecem de regulamentação, o que os torna garantias formalmente conquistadas. Transformar em realidade esses direitos tem sido tarefa do movimento

¹⁷ A Bancada Feminina foi organizada pelas deputadas que, segundo Céli Pinto (2003), superaram suas divergências partidárias e resolveram se unir para lutar pelos direitos das mulheres.

¹⁸ Essa mobilização ganhou o apelido de “lobby do batom” por parte de alguns dos membros do Congresso

feminista e de seus aliados e aliadas nos Legislativos e nos Executivos.

Ainda com os novos direitos conquistados na Constituição e a organização de mulheres para garanti-los, não houve um aumento significativo na representação feminina nos vários níveis parlamentares e, esse crescimento permaneceu lento em toda a década de 1980 e início da década de 1990, levando as mulheres a repensarem esse quadro.

A redemocratização, apesar de ter sido uma grande conquista para o país, não atingiu as expectativas do movimento feminista. O descrédito na política, causado também pela alta corrupção e inflação dos anos 1990, assim como a crença (adotada pelo movimento feminista) de que a democracia está contaminada por um viés sexista, causava a sensação de que nunca haveria uma igualdade plena (TABAK, 2002).

As feministas e mulheres engajadas em causas afins buscavam outra forma de tornar relevantes as questões femininas e isso se daria através de mecanismos de ação afirmativa. Isso se deu após a participação do Brasil na IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, China, em 1995. Essa conferência recomendou aos países participantes a adoção de "ações afirmativas" para diminuir a desigualdade e a exclusão das mulheres, em especial na arena política (AVELAR, 2001). Alguns países europeus e a Argentina já haviam adotado essa prática na expectativa de aumentar a participação feminina na política.

Essa ideia foi adotada pela deputada Marta Suplicy (PT-SP), com apoio de mais de 30 deputadas, que propôs a implementação da ação afirmativa na forma da Lei de Cotas (Lei 9504/95 art. 10, § 3º)¹⁹ que previa preencher as vagas dos partidos ou coligações partidárias com o mínimo de 30% para candidaturas de cada sexo (AVELAR, 2001). Borba (1998, p. 160), afirma que no início da proposta, o projeto teve muitos “opositores e alguns argumentos se assemelhavam aos utilizados por aqueles que eram contra o sufrágio feminino, só que de forma menos explícita”. Segundo Marta Suplicy, muitos acabaram por votar favoravelmente por demagogia ou para evitar reações desagradáveis. A proposta foi recebida pelo relator da matéria, no entanto, houve uma redução de 30% para 20% e, com aumento de 100% para 120% do número de candidatos.

¹⁹ Retirada do relatório disponível em: <http://www.evirt.com.br/mulher/cap23.htm>

Embora, em 1995, a Lei de Cotas tenha sido recebida com resistências, ao serem debatidas em 1997 as regras para as eleições de 1998, houve um preenchimento de 25% das candidaturas (BORBA, 1998). Após as eleições de 1998, a proposta da Lei seria ampliada para no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo (AVELAR, 2001). Essa foi a forma encontrada para diminuir as desigualdades históricas entre homens e mulheres nos âmbitos de representação política.

Com as cotas implantadas, os resultados das mesmas se tornaram decepcionantes, pois nas eleições de 1998 a representatividade feminina não sofreu grandes modificações, apesar do aumento das candidaturas femininas de 1994, que passaram de 6,15%, para 10,35% em 1998. Na Câmara Federal, nas eleições de 1994 foram eleitas 32 mulheres de 513 eleitos para a Câmara dos Deputados. Isso significa que apenas 6,23% do total de candidatos eleitos, eram mulheres. Nas eleições de 1998, dos 513 eleitos, apenas 29 eram mulheres, representando um total de 5,63%²⁰. Fica então visível a diminuição da representação feminina na Câmara na primeira eleição após aprovada a Lei de Cotas.

Várias foram as teorias para explicar essa diminuição da representação de mulheres após aprovação da Lei de Cotas e que ficaram enraizadas no imaginário da população brasileira. Muitos acreditaram que a baixa experiência eleitoral do brasileiro contribuiu para isso (ARAÚJO, 2001). Já outros retomaram as teses de apoliticismo ou conservadorismo²¹ por parte das mulheres.

Porém, o que estudiosos como Avelar (2001), Tabak (2002), Miguel (2000) e Araújo (2001) constataram foi que esse evento se deu pelo fato de não existir regra ou penalização aos partidos em caso de não cumprimento da Lei de Cotas, visto que isso permitia o registro da chapa com o percentual inferior aos 30% no Tribunal Superior Eleitoral.

Outro fator que incidiria na baixa efetividade da Lei de Cotas seria que esta incide sobre o número de candidaturas em partidos, e não sobre as cadeiras ocupadas em parlamentos, câmaras, ministérios, ou demais cargos políticos, o que impede que o acesso das mulheres à arena política seja maior (MIGUEL, 2000).

Alguns autores afirmam que o sistema de listas interfere para esse resultado (RULE, W. & ZIMMERMAN, J. apud ARAÚJO, 2001). Por exemplo, no Brasil é

²⁰ Dados de Clara Araújo em: *Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil*. Rev. Estud. Fem. vol.9 no. 1 Florianópolis 2001.

²¹ Trabalharemos mais a fundo esse tema na próxima seção.

utilizado o sistema de lista aberta, que estimula uma maior competitividade entre os candidatos de um mesmo partido. Jairo Nicolau (2006) afirma que esse sistema em vigor no Brasil oferece duas opções aos eleitores: votar em um nome ou em um partido. Ele explica que:

(...) as cadeiras obtidas pelos partidos (ou coligações entre partidos) são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista. É importante sublinhar que as coligações entre os partidos funcionam como uma única lista; ou seja, os mais votados da coligação, independentemente do partido ao qual pertençam, elegem-se. Diferentemente de outros países (Chile, Finlândia e Polônia) onde os eleitores têm que obrigatoriamente votar em um nome da lista para ter o seu voto contado para o partido, no Brasil os eleitores têm a opção de votar em um nome ou em um partido (legenda). O voto de legenda é contado apenas para distribuir as cadeiras entre os partidos, mas não tem nenhum efeito na distribuição das cadeiras entre os candidatos.

No entanto, unindo essa competitividade a uma tradição patriarcal que reforça o poder individual do candidato do sexo masculino, há como resultado uma baixa participação feminina. Clara Araújo (2000) explica, de forma sucinta, o sistema de listas eleitorais (p.13):

Com variações que não são possíveis de detalhamento aqui, pode-se dizer que existem basicamente três tipos de listas. A lista fechada, na qual os partidos estabelecem uma hierarquia de seus candidatos e os eleitores votam na lista partidária como um todo, sem poder alterar sua ordem. Ou seja, vota-se predominantemente no partido e elege-se com base nas prioridades definidas pelo partido. A lista semifechada ou flexível, na qual é apresentada uma ordem de prioridades pelos partidos, mas esta pode vir a ser alterada pelos eleitores no momento de votação; e, por fim, a lista aberta, em que o partido só compõe um universo de nomes, sem prioridades formais, e o eleitor vota no nome de um único candidato, sem necessariamente ter que votar na legenda partidária. Essa última modalidade de lista existe atualmente em poucos países (...).

Pelo sistema eleitoral vigente no Brasil, chamado de “lista aberta”, assegurar a eleição de um determinado percentual de mulheres nos cargos legislativos pode ser mais difícil que em sistemas de “lista fechada”, onde a ordem dos candidatos já é preestabelecida pelo partido. Porém isso não seria totalmente impossível, ou pelo menos, poderia ter algum grau de previsibilidade, porque a eleição para os cargos legislativos depende em grande medida do apoio da máquina do partido, do financiamento que o próprio candidato tem capacidade de atrair, e do apoio público dos principais candidatos aos cargos executivos.

Com efeito, para Araújo (2001) a adoção de um sistema de lista semifechada ou fechada não mudaria o fato da baixa efetividade da Lei de Cotas no Brasil, visto que a

Finlândia possui um sistema de lista aberta similar e a participação feminina é alta nos espaços políticos²². Para a autora, é a cultura política brasileira que interfere no caso da participação política (ARAÚJO, 2001):

(...) isto ocorre não porque elas sejam mais apáticas do que os homens, e sim porque as suas trajetórias sociais e a sua situação estrutural frente às relações de gênero, aliadas às condições em que a política institucional e a competição eleitoral operam no país, não lhes oferecem um cenário favorável ou sequer animador.

Avelar (2001) sugere a formação de bases corporativas e a criação de núcleos eleitorais de mulheres, numa forma de pressionar um aumento de candidaturas femininas.

Em resposta a esses problemas gerados pela Lei de Cotas, foi projetada e aprovada na Câmara dos Deputados uma minirreforma eleitoral que estabelece novas regras e ações afirmativas para as mulheres. Sancionada pelo Presidente Lula e publicada em 29 de setembro de 2009, a Lei 12.034 avança na questão da ampliação da participação feminina no âmbito político.

Com a minirreforma, os partidos são obrigados a preencher as vagas, e o artigo passa a vigorar com a seguinte redação: Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Além disso, os partidos têm que destinar 5% do Fundo Partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. O que antes era dispensado. O partido que não cumprir essa disposição deverá, no ano subsequente, adicionar mais 2,5% do fundo Partidário para tal destinação. Além disso, devem reservar ao menos 10% do tempo de propaganda partidária para promover e difundir a participação política feminina. Essa alteração na Lei de Cotas entrou em vigor nas eleições de 2010 não permitindo uma análise comparativa para averiguar sua eficácia, por causa do espaço de tempo e de ter somente uma eleição como experiência.

A cultura política, o sistema eleitoral, e a religião interferem na questão da participação feminina. No caso da religião, esta serve de base na formação educacional da mulher no Brasil, reforçando a ideia de papéis sexuais distintos, relegando à mulher o papel subalterno, de esposa e mãe zelosa (AVELAR, 2001). Isso indicaria que só as

²² Nas eleições de 2007 a representação feminina nas câmaras baixas alcançou 42,0%. Na Suécia, que também possui 47% de representantes mulheres na câmara em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/343/politica_cotas_martins.pdf?sequence=3

ações afirmativas não resolvem o problema da baixa participação da mulher nos espaços públicos. Há problemáticas sociológicas que devem ser discutida a fundo para propor soluções mais adequadas à situação da mulher no Brasil. Uma análise sobre essas questões será realizada na próxima secção.

2 O PAPEL DA MULHER NA POLÍTICA

Como visto no capítulo anterior, bem antes da redemocratização e da aprovação das ações afirmativas, grupos feministas vinham conscientizando as mulheres brasileiras sobre seu papel na sociedade e nos espaços públicos. Especialmente nos anos 90, houve um aumento de interesse pelos estudos de gênero, na tentativa de explicar o fenômeno da ampliação dos espaços da mulher na vida política, assim como as relações de gênero. As motivações de estudar tais temas, segundo Pinheiro (2007), partiram de dois pressupostos (p.31):

O primeiro refere-se ao contraste observado entre o grau de inserção feminina em esferas da vida social – como na educação e no mercado de trabalho – e a sua escassa presença nas instâncias formais ou informais de exercício do poder. A segunda motivação encontra-se no surgimento, em todo o mundo, em especial na América Latina, das ações afirmativas aplicadas ao campo político. Nesse caso, os estudos sobre o surgimento e a eficácia das cotas para as candidaturas de mulheres tiveram posição de destaque na Academia e nos movimentos sociais.

É visível a necessidade de observar a participação política das mulheres, visto que esta apresenta várias características que devem ser consideradas quanto à discussão do tema. Isso se dá também pelo fato de que a política foi um campo no qual a mulher adentrou de forma tardia, como abordada na primeira seção deste trabalho, e a única via de participação que a mulher encontrava antes disso²³ era através de manifestações e organizações. Evidentemente, sabe-se da importância destes movimentos sociais e, que eles não são menores que a participação das mulheres nas esferas representativas do governo. No entanto, o trabalho estará focado na representação política feminina. Sendo assim, este capítulo identifica os principais conceitos e fundamentos teóricos que dão suporte às análises desenvolvidas nos próximos capítulos e a respeito dos dados e entrevistas realizadas.

2.1 Cultura Política, Apoliticismo e Conservadorismo Feminino

No Brasil, houve poucos momentos de experiência democrática, devido aos frequentes períodos autoritários, com pequenos períodos de abertura democrática. Fato esse que se repetiu em vários países da América Latina. De um lado, isso trouxe uma

²³ Antes da promulgação do Código Eleitoral de 1932

baixa na participação e na experiência popular no que diz respeito às eleições (TABAK, 2002). Por outro lado, foram nesses períodos de regimes autoritários que o país teve uma maior conscientização política.

Devido a essa baixa experiência democrática, surge no senso comum dos brasileiros algumas teses sobre a participação feminina na política, tais como o apoliticismo e o conservadorismo feminino, ou mesmo a explicação biológica da incapacidade da mulher de ter a frieza necessária para a política. É a famosa máxima popular: “política é coisa de homem”. Estudiosos da participação feminina negam essa explicação essencialista para a baixa participação das mulheres no poder.

Lúcia Avelar em *O Segundo Eleitorado* (1989), assim como em *Mulheres na Elite Política Brasileira* (2001) destaca essas duas teses comumente usadas para explicar a baixa participação feminina na política formal: o apoliticismo e o conservadorismo.

Durante as décadas de 1950 e 1960 foram produzidas várias análises sobre o comportamento político, entre elas destaca-se o clássico de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963 [1989])²⁴, *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*. Nessa obra, o conceito de cultura política se delimitava às atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos : “The term "political culture" thus refers to the specifically political orientations - attitudes toward the political systems and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system.”²⁵ (ALMOND e VERBA, 1989, p. 12). Pretendia-se definir o que seria a cultura política de uma nação, descrita pelos autores como: "The political culture of nation is the particular distribution of patterns of orientation toward political objects among of the members of the nation.”²⁶ (ALMOND e VERBA, 1989, p. 13). Buscava-se assim se distanciar das demais explicações da ciência política da época, que eram marcadas pela ênfase no institucionalismo das origens judicialistas da disciplina. Almond e Verba (1989) em sua obra diferenciam três tipos de orientação política (p.14):

Its includes 1) "cognitive orientation", that is, knowledge of and belief about political systems, its roles and the incumbents of the roles, its inputs, and its outputs; 2)"affective orientation" or feelings about the political systems, its roles, personnel, and performance, and 3)

²⁴ A primeira edição é do ano de 1963, no entanto, nós utilizaremos a edição de 1989.

²⁵ Traduzindo livremente: A "cultura política", portanto, refere-se às orientações especificamente políticas – atitudes em relação ao sistema político e as suas diversas partes, e atitudes em relação ao papel do auto no sistema.

²⁶ Traduzindo livremente: A cultura política da nação é a distribuição particular de padrões de orientação para objetos políticos entre os membros da nação.

"evaluation orientation", the judgments and opinions about political objects that typically involve the combination of value standards and criteria with information and feelings.²⁷

Essas orientações seriam testadas a partir de variadas classes de objetos políticos, que partiriam dos sentimentos mais genéricos, passando por processos políticos e administrativos, até chegar ao papel do indivíduo. O cruzamento entre as orientações (cognitiva, afetiva e de avaliação) com as várias classes de objetos políticos, resultariam em três diferentes tipos de cultura política: a paroquial (*parochial*), a súdita (*subject*) e a participante (*participant*) (ALMOND and VERBA, 1989. p. 19). José Murilo de Carvalho (1996) explica esses três tipos de cultura política da seguinte forma (p. 2):

A cultura paroquial é definida como completa alienação em relação ao sistema político, como redução das pessoas ao mundo privado da família ou da tribo. Não haveria neste caso nem mesmo um sistema político diferenciado de outras esferas da vida social. A cultura súdita seria aquela em que existe um sistema político diferenciado com o qual as pessoas se relacionam. Mas o relacionamento limita-se a uma percepção dos produtos de decisões político-administrativas. A cultura participativa acrescentaria uma percepção do processo decisório em si e uma visão do indivíduo como membro ativo do sistema. Os autores alertam que pode haver várias combinações desses três tipos, na medida em que diferentes setores da população se relacionem de maneira distinta com o sistema político.

Foi através da divergência entre os três tipos de cultura política (e suas relações entre si) que os autores entram numa polêmica: relacionar a causalidade entre cultura e estrutura políticas, da qual concluiu-se que para a existência de uma democracia estável, em uma determinada sociedade, esta estaria condicionada a sustentação de uma cultura cívica (ALMOND and VERBA, 1989. p. 20):

In general, a parochial, subjective, or participant culture would be most congruent with, respectively, a traditional political structure, a centralized authoritarian structure, and a democratic political structure.²⁸

O problema dessas afirmações sobre o conceito de Almond e Verba, segundo estudiosos do tema como José Álvaro Moisés (1992), está no determinismo culturalista,

²⁷Traduzindo livremente: Isso inclui a 1) "orientação cognitiva", isto é, conhecimento e crença sobre os sistemas políticos, seus papéis e os operadores dos papéis, seus *inputs* e *outputs*; 2) a "orientação afetiva" ou sentimentos sobre os sistemas políticos, a sua papéis, pessoal e desempenho, e 3) a "orientação de avaliação", sobre os juízos e opiniões dos objetos políticos que normalmente envolvem a combinação de padrões de valores e critérios de valor com informações e sentimentos.

²⁸ Traduzindo livremente: "Em geral, culturas paroquial, súdita ou participante seriam mais congruentes, respectivamente, com uma estrutura política tradicional, com uma estrutura autoritária centralizada e com uma estrutura política democrática."

presente em suas hipóteses de estudo. Em *The civic culture* (1989), a cultura política pode ser entendida em como uma variável independente de qualquer outro fator. Essa é uma opção metodológica que possui consequências problemáticas, pois, isso “implicaria tratá-la [a cultura política]²⁹ como um *deus ex machina*, isto é, como se a existência de valores políticos pudesse ocorrer sem a necessidade de identificarem-se as suas causas” (MOISÉS, 1995, p. 93)

Dessa forma, deve existir certa cautela ao trabalhar com o conceito de cultura política. O estudo desse tema deve, portanto, direcionar sua utilização para análise de pesquisas culturais, que envolva crenças, valores e identidades dos diferentes grupos existentes na sociedade. Assim, o objetivo das várias análises sobre cultura política é acrescentar significâncias para o estudo do comportamento político, colocando os valores culturais como fatores intrínsecos nas decisões.

No entanto, segundo Avelar (2001), essa forma de análise não favoreceu ao estudo do comportamento político feminino, visto que as mulheres são colocadas em posição de distanciamento e baixo senso de eficácia política na pesquisa de Almond e Verba (1989). Esse determinismo culturalista generalizante de Almond e Verba (1989)³⁰ não se encaixava com a realidade, pois para Avelar (2001) o estudo do comportamento político da mulher não foi devidamente focado : “razão pela qual as conclusões eram marcadas muito mais pelo exagero das reais diferenças entre os homens e as mulheres” (Op. Cit, p. 88).

Na tese do apoliticismo feminino acredita-se que as mulheres são apolíticas por não se envolverem no cenário político e/ou por não possuir interesse em se envolver com essa esfera de poder. Avelar (2001) explica que as mulheres têm muitos papéis a serem assumidos (esposa, mãe, educadora, estudante, trabalhadora, etc.), o que inviabiliza ou constitui um difícil entrave a seu acesso à política. Mas para medir o grau de envolvimento político alguns fatores devem ser ressaltados como (Op. Cit., p.88):

“(...) o grau de interesse pela política, disposição para votar, base da decisão do voto (personalista ou partidária), e o envolvimento nas campanhas eleitorais. (...) também deveriam levar em conta alguns outros fatores, tais como situação social, e diferenciando, (...) aquelas que permaneceram como donas de casa, sem inserção no mercado de trabalho, daquelas que trabalham fora de casa. Além disso, o corte de

²⁹ Grifo deste trabalho.

³⁰ Aqui citamos o nome dos autores Gabriel Almond e Sidney Verba devido ao acesso a sua pesquisa e à menção que Lúcia Avelar (2001) faz em seu livro. No entanto, há outras pesquisas de comportamento político que afirmam a tese do apoliticismo feminino, segundo Avelar (2001) como Campbell, Converse e Miller em *The American Voter* de 1960 ou ainda, Lazarsfeld, Berelson e McPhee em *Voting* de 1954.

idade, diferenciando as mulheres em ciclos de vida distintos, bem como seu grau de escolaridade (...).”

A conclusão que Avelar (2001) chegou foi a de que as mulheres mais jovens, que trabalhavam fora de casa e com grau de escolaridade alto, são as que se declaravam mais interessadas pela política. Também verificou que elas participam mais de trabalhos voluntários e sociais e que exijam menos tempo fora de casa, de forma que não atrapalhem sua rotina na vida privada e familiar.

Portanto, não há apoliticismo feminino, ou falta de interesse por assuntos políticos. Há diversos papéis assumidos pelas mulheres, (e que são cobrados pela sociedade que elas assumam a responsabilidade por todos eles) que dificultam o acesso das mesmas à política (Op. Cit., 2001).

Outra tese comumente afirmada é a do conservadorismo³¹. Avelar (2001) descreve o conservadorismo (apesar do sentido amplo que a palavra possui), como atitudes e comportamentos que afirmam a continuidade da ordem vigente, se contrapondo aos adeptos da mudança. Ela pontua algumas características dessa tese (p. 89):

(...) apoio ao status quo ou apego à organização social e ao modo de vida estabelecidos, sem críticas às autoridades constituídas; resistência à mudança social ou a atitude de oposição às inovações das formas políticas e econômicas existentes; apoio genérico à ideologias político-econômica vigente; tendendo a conceber os problemas sociais como efeito de incompetência individual e não como sintomas da estrutura política e condução governamental; atitudes calcadas no individualismo econômico, considerando-se “radicais” as reivindicações de classe que dizem respeito ao equilíbrio de poder entre capital, trabalho e Estado.

Com essas características, da qual Avelar (2001) busca fundamento em Adorno (1965), confirma-se o quão forte é caracterizar o comportamento político feminino dos séculos XX e XXI como conservador, quando as democracias liberais estão popularizadas.

³¹ O conservadorismo, que tem seu berço na Inglaterra do século XVIII, deriva de Edmund Burke e da sua obra "*Reflexões sobre a revolução na França*" (1790 [1982]). Este pensamento surge como uma reação à Revolução Francesa, cujos ideais resultaram, segundo Burke, imediatamente em instabilidade política e crise social na França. Este defende que as constituições não devem ser o produto da razão abstrata (como as francesas), mas sim, de uma lenta evolução histórica (como ocorreu com a constituição inglesa), considerando a sociedade como sendo não apenas um contrato entre os vivos, "*mas entre os vivos, os mortos e os que estão por nascer*" (BURKE, 1790 [1982] p. 116). No conservadorismo, as melhores instituições sociais e políticas não são aquelas que são inventadas pela razão humana (como defende o chamado racionalismo político), mas sim as que resultam de um lento processo de crescimento e evolução ao longo do tempo. Obviamente esta teoria vai a uma discussão mais profunda, que não caberia a este trabalho.

Trazendo isso para os estudos sobre o comportamento político, durante as décadas de 1960 até 1980, as mulheres eram consideradas “apegadas” ao modo de vida ou à organização social em que viviam, tendo assim, resistência às mudanças. Esse era um argumento comum utilizado para justificar os entraves da ascensão da mulher no cenário político, visto que (segundo esse viés) elas não fariam diferença se chegassem ao poder, pois não realizariam grandes mudanças (Op. Cit., 2001).

Avelar (2001) também testa em seu estudo se, de fato, o conservadorismo feminino pode ser real, considerando as variáveis de posição ideológica³², mais fatores como tendências tradicionais ou progressistas em relação à Igreja Católica (nas questões relacionadas à família e à política), concordância ou discordância com posições favoráveis a tendências democráticas e atitudes relacionadas à vida político-institucional do país.

A partir desses fatores, a autora chegou à conclusão de que, com relação à terminologia direita/esquerda, a maioria do eleitorado brasileiro (de 78% a 88%) desconhecia os termos, pois essa diferenciação é própria dos setores mais elitizados do país. O interessante está na margem do eleitorado que conhece a terminologia. Nesse eleitorado, em uma escala de 0 (mais à esquerda) a 10 (mais à direita), a maioria (homens e mulheres, de várias categorias profissionais de vários pontos do país) se posicionou em torno da média 5. A exceção veio das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, onde as mulheres se posicionaram mais à esquerda.

Sobre a tendência “progressista” à ou “tradicional” exercida pela Igreja Católica, constatou-se que as mulheres de grandes áreas metropolitanas aceitam em menor medida a interferência da Igreja nos assuntos morais e familiares, e que os estratos da população que mais apoiam a ação da Igreja na defesa dos segmentos sociais negligenciados são os jovens, os mais escolarizados e as mulheres de mais alto nível educacional. Em regiões mais urbanizadas, a Igreja, que se compromete com as questões sociais, é uma das instituições que mais atuam na politização da mulher. Por isso, dificilmente uma mulher envolvida com a Igreja de tendência “progressista” adotaria um conservadorismo político. Isso indica que o fator urbanidade é primordial para diferenciar valores/ideias políticos, visto que, segundo à análise de Avelar (2001), homens e mulheres não se diferenciam nesse fator. A autora se vale de uma tabela para uma melhor elucidação para ilustrar tal fato (p.93):

³² Nesta pesquisa sobre o conservadorismo, Avelar (2001) também considerada as mesmas variáveis usadas para testar o apoliticismo.

Quadro 2 - Intenção de voto no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, conforme o tamanho do Município e o sexo do eleitor.³³

Tamanho do Município (número de eleitores)	Homens (%)			Mulheres (%)					
	Lula	Collor	NS ³⁴	<i>Que trabalham</i>			<i>Donas de casa</i>		
				Lula	Collor	NS	Lula	Collor	NS
Menos de 10 mil	32	61	7	24	65	11	29	61	10
10/ 20 mil	41	52	7	35	44	21	25	59	16
20/50 mil	41	51	8	36	52	12	36	53	12
50/ 100 mil	48	46	6	39	51	10	33	58	8
100/ 500 mil	52	43	5	50,5	42,5	7	40	52	8
Mais de 500 mil	63	15	11	63	29	8	49	42	9

Essa tabela de intenção de votos se refere as eleições de 1989, no qual o então candidato Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT) era claramente identificado com a esquerda, enquanto que Fernando Collor, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) havia construído sua carreira política identificada com a direita. A intenção de Collor era fazer frente ao governo Sarney, na época com baixa popularidade devido à hiperinflação e escândalos de corrupção, mas anos antes, ambos faziam parte do mesmo partido, a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, base política do regime militar. A partir disso, verifica-se na tabela um equilíbrio entre a intenção de votos das mulheres (que trabalham/donas de casa) e dos homens. E esse equilíbrio de intenção de votos se dá tanto para a “esquerda” (votos para Lula) quanto para a “direita” (votos para Collor). O diferencial da intenção dos votos na tabela está na urbanização, pois, quanto maior for a quantidade de habitantes do Município, mais consciência de “esquerda” terá a população. E isso se verifica em ambos os sexos. Tal evento apenas confirma a hipótese de Avelar (2001), onde a mulher não é mais, nem menos, conservadora que o homem e são outros fatores além do sexo os que interferem. Portanto, o conservadorismo feminino não é uma justificativa válida para impedir o acesso da mulher à política, como já foi citado anteriormente.

³³ Fonte: AVELAR (2001) - IBOPE. Amostra Nacional, dez. 1989.

³⁴ NS: Não Sabem.

Avelar (2001) chega a conclusões muito semelhantes as da apontada por Tabak (2002), como por exemplo, o efeito da educação e da cultura nas mulheres, que influenciam e reforçam as ideias e valores difundidos pelas sociedades. Fanny Tabak, no livro *Mulheres Públicas: Participação política e poder* (2002) mostra que ao contrário do que comumente se afirma, as mulheres não são mais conservadoras ou apolíticas que os homens (p. 42):

Da mesma forma que continuar afirmando que o voto feminino é conservador – olvidando que o masculino também o é e que os homens é que são responsáveis pela implantação de regimes autoritários e governos anticonstitucionais – seria uma afirmação sem base científica, assim também enfatizar as manifestações de apoio feminino aos regimes de exceção deixando de lado as lutas e a resistência das mulheres a tais regimes constituiria erro grave.

Portanto, o conservadorismo não está relacionado à natureza biológica do homem ou da mulher, mas sim, aos valores e concepções por eles agregados durante sua existência.

2.2 Dominação masculina e o conceito de gênero como forma de análise

Outro argumento utilizado para justificar a ausência feminina na política é a diferença baseada em fatores biológicos, como comportamento, inteligência ou personalidade. A afirmação sobre uma inferioridade biológica não é algo novo (FERREIRA, 1995):

As justificativas para essa inferioridade basearam-se (sobretudo no século XIX) nas características biológicas e físicas do sexo feminino: a "fragilidade natural" e o potencial reprodutivo do corpo feminino seriam determinantes de sua natureza passional e passiva, de suas funções na sociedade (a saber, a maternidade e o cuidado do lar e das crianças), de sua inteligência inferior à do homem e, como consequência disso, de sua subordinação ao mesmo: a mulher seria a representante da Natureza, enquanto que o homem representaria a Ciência.

No entanto, esses discursos sobre as mulheres ainda são atuais. A mídia, em especial, no Brasil, faz afirmações a esse respeito através de sua programação com divulgação de “pesquisas” sobre as diferenças entre ambos os sexos³⁵, ou através de

³⁵ Um exemplo está numa pesquisa, “Quem gasta mais?”, apresentada pelo programa Fantástico, da rede Globo de televisão, que divulga que a mulher gasta mais devido sua natureza passional: “O estudo da Fecomércio-SP ouviu 1.360 consumidores da Região Metropolitana de São Paulo. ‘Homens e mulheres são diferentes quanto ao seu comportamento. O homem é mais racional. As mulheres são mais impulsivas (...)’, acrescenta o diretor da Fecomércio-SP, Antônio Carlos Borges. A pesquisa constatou que as mulheres ganham menos, mas proporcionalmente gastam mais do que

novelas e séries. É através dessa instrução midiática que surgem boa parte das teorias de desinteresse feminino sobre a política, baseados na sua “natureza pacífica ou maternal”. (FERREIRA, 1995).

No entanto, as pesquisas mais recentes, feitas por estudiosos das Ciências Sociais e políticas, mostram que as mulheres não são apolíticas ou conservadoras, como crê o senso comum. Exemplos desses fatos estão contidos nas manifestações e movimentos a favor de causas de seu interesse, como afirmam Avelar (2001) e Tabak (2002). O diferencial estava no modo de funcionamento desses movimentos, que nem sempre ocorriam de forma legal. Na América Latina, por exemplo, as manifestações nem sempre aconteciam de forma institucionalizada, devido ao histórico de regimes autoritários que privaram a população de tornar suas organizações legais. E quando a institucionalização de suas organizações era aprovada, as mesmas eram reguladas pelo Estado, mantendo uma participação restrita e controlada, impedindo reivindicações contra as arbitrariedades do governo autoritário (TABAK, 2002).

Um fator também fundamental da formação das ideias políticas da mulher é o sistema educacional, o qual Fanny Tabak (2002) chama de “deformado”. O sistema educacional brasileiro pode ser prejudicial à participação política, segundo a autora, pois define os papéis sexuais e reproduz estereótipos sexuais fixados pela tradição cristã. Isso somado à propagação desses papéis pelos meios de comunicações e pela tradição religiosa ocidental, e induz a mulher a um comportamento feminino padrão, reduzindo suas responsabilidades ao casamento, à família e à honra (AVELAR, 2001).

Bourdieu em *A Dominação Masculina* (1999) afirma que as instituições como escola, Igreja, Estado e a família, perpetuam a dominação de gênero, pois estas moldam a sociedade, hierarquizam a relação homem-mulher e, com isso, mantêm a “ordem masculina do mundo” (Op. Cit. p.22-23)

Essa dominação acontece pois os dominados interagem com os dominantes, e estes últimos utilizam categorias do ponto de vista dos dominados, tornando a relação de poder imperceptível, enquanto que as instituições auxiliam na manutenção dessa

os homens. Não é à toa que elas estão mais enroladas. Ao todo, 51% das mulheres têm alguma dívida e um terço das endividadas está com as contas em atraso.” Disponível em: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL699527-15605,00.html> . Outro exemplo está na pesquisa divulgada em 2007, “Quem é mais inteligente?”, onde: “Verdade seja dita: nunca houve no mundo tantas mulheres influentes e poderosas como hoje. Mas quando pensamos nos maiores gênios da história, por algum motivo, são os homens que mais aparecem. Agora, uma pesquisa quer mostrar que isso não é por acaso: na ínfima faixa dos 2% mais inteligentes da população, existem duas vezes mais homens que mulheres. Entre elas, a revolta é geral!”. Disponível em: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL697595-15605,00.html>

relação. Isso torna a dominação masculina algo natural nas sociedades. E é devido à manutenção dessa dominação que as mulheres perpetuam certos discursos tipicamente masculinos e os reproduzem em seu cotidiano (BORDIEU, 1999).

A literatura tradicional sobre a vida política da mulher tenta diferenciar sua atuação da participação masculina nos parlamentos. Isso se dá comumente por causa da necessidade de identificar, ou justificar, a carreira política da mulher, que geralmente são explicados por dois fatores (PINHEIRO, 2007, p. 31):

(I) moral, que atribui às mulheres uma atividade mais ética, honesta, “doce” e conciliadora, entre outros atributos; e (II) temático, que associa sua atuação às áreas mais relacionadas aos cuidados, como uma extensão de seu papel no espaço privado, e que, na esfera das políticas públicas, traduz-se em uma atuação em áreas como educação, saúde, direitos humanos, ou voltada para grupos carentes de algum tipo de atenção especial, como crianças, idosos e portadores de deficiências.

A moral consiste na formulação social do papel da mulher e do homem, que está de tal forma naturalizada na sociedade ocidental que dificilmente é percebida em suas manifestações, visto que estão no plano mais simbólico. Essa naturalização dos papéis atribuídos ao sexo está tão formalizada que as próprias mulheres se associam ao “ser ética, honesta, conciliadora” (PINHEIRO, 2007, p. 31). Aí consiste o conceito de dominação masculina de Bourdieu (1999), o qual foi citado acima, onde “o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo, o ponto de vista dominante” (Op. Cit., p. 144).

Já o fator temático é aquele que define a atuação feminina na política, seja por sua presença em comissões ou por suas proposições na Câmara dos Deputados. Isso se dá, segundo Pinheiro (2007, p. 32) através de:

“(…) (I) socialização diferenciada que, ao incorporar valores de gênero, constrói mulheres e homens e delimita seus espaços de atuação; (II) o acúmulo diferenciado de capital político, necessário para sua atuação na Câmara, que se configura em um *habitus* político marcado pela dominação simbólica; (III) a base política diferenciada e orientadora de sua atuação; (IV) o entendimento por parte das próprias parlamentares de que sua atuação deve responder aos anseios e necessidades das mulheres na sociedade (política da presença); e (V) o sexismo institucional, que, muitas vezes, constrange a atuação das deputadas.

Portanto, as relações de gênero estão intrínsecas no espaço político e na forma de atuação feminina nesse espaço. As duas hipóteses que explicam a atuação feminina no poder são construídas com estrutura no conceito de gênero, o que traz a este trabalho a necessidade de elucidar tal conceito.

2.2.1 Conceituando gênero e o *habitus*

O termo *gênero*, como conceito, foi criado na década de 70 pelas feministas e, é fundamental para a compreensão das ideias deste trabalho. Visto que homens e mulheres são diferenciados (e se reconhecem essas diferenças), deve-se buscar o que causou essas diferenças e como elas se reproduzem. O conceito de gênero vem para desmistificar o que foi construído socialmente.

Os papéis atribuídos a homens e mulheres é que capacita sua posição na sociedade. A mulher é instruída para cumprir suas funções no espaço privado, da casa, da família, onde se forma o espaço feminino. Cabe ao homem, o espaço público, do trabalho e dos negócios, e, por consequência, da política. Por isso a política é banida das atividades femininas, pois é considerada uma responsabilidade masculina, segundo à ordem masculina do mundo (BOURDIEU, 1999).

Além dos papéis assumidos por ambos os sexos, são construídas características para o “ser mulher” e o “ser homem”. A separação da emoção e da razão também está embutida nessas qualificações, cabendo à mulher a emoção, possuindo a sensibilidade e a paixão, como adjetivos; e ao homem a razão e a objetividade. Mundos opostos e desiguais foram construídos para cada sexo, no entanto, são complementares e recíprocos e isso vem se reproduzindo ao longo dos séculos através das instituições oficiais e não oficiais.

No entanto, o que vem a ser gênero? Alguns utilizam como opção para sexo, (gênero feminino e gênero masculino). Outra função para gênero seria sua desinência gramatical, os sufixos que determinam o gênero da palavra como feminino, masculino ou neutro. Certos estudiosos trabalham gênero como sinônimo de mulher e, segundo Scott (1990), há uma série de obras que substituem o vocábulo mulher por gênero. Esse significado de gênero foi uma tentativa de legitimar os estudos feministas na década de 80.

Esse uso “descritivo” do gênero vinha preocupando estudiosos do tema, por isso procuraram uma forma de conceituá-lo, para uma utilização como uma categoria de análise (Op. Cit., 1990). Esses estudiosos basicamente buscavam as origens do gênero no patriarcalismo, no marxismo, na psicanálise e no pós-estruturalismo francês. No entanto, essas teorias não atendiam todas as necessidades que o termo exigia. Joan Scott é uma dessas pesquisadoras que se dedica a afirmar essa temática, tanto que seu conceito de gênero é o mais utilizado em pesquisas sobre o tema. Para ela “(...) a

identificação de gênero, mesmo quando ela aparece como sendo coerente e fixa é, de fato, extremamente instável” (1990). Entre as instabilidades da categoria, gênero situa-se como uma construção social e histórica que se direciona para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino. Para Scott, o gênero pode ser entendido como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, ou seja, é construção social do sujeito masculino ou feminino. Dessa forma, Scott faz uma vinculação da categoria gênero às correntes teóricas do patriarcado, do marxismo e da psicanálise, já antes utilizadas na tentativa de explicar a subordinação da mulher e a dominação dos homens, sendo esta a primeira manifestação de poder, que pode ser entendida através de quatro dimensões interrelacionais: a simbólica, a organizacional, a normativa e a subjetiva.

Na dimensão simbólica destacam-se as representações múltiplas e contraditórias da mulher. Um bom exemplo seriam as simbologias bíblicas do papel de Maria, mãe de Jesus e o de Eva, evidenciando que ambos, bondade e pecado, estão presentes na figura da mulher.

Já a dimensão normativa, salienta conceitos que são expressos através das instituições doutrinárias como Igreja, escola, instituições políticas dentre outras, que contribuem para oposição da entre do masculino e do feminino, colocando um como contraponto do outro.

A dimensão organizacional trata das organizações e instituições sociais que são utilizadas para aumentar a diferença entre os gêneros. Na dimensão subjetiva, percebe-se a forma como as identidades de gênero são construídas e relacionadas em atividades organizacionais, sociais e representações culturais, trabalhadas ao longo da história. Fischer e Marques (2001) traçam uma linha de pensamentos sobre os eixos teóricos em que Scott (1990) se baseia:

- a) As relações de gênero possuem uma dinâmica própria, mas também se articulam com outras formas de dominação e desigualdades sociais (raça, etnia, classe).
- b) A perspectiva de gênero permite entender as relações sociais entre homens e mulheres, o que pressupõe mudanças e permanências, desconstruções, reconstrução de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações.
- c) A categoria gênero reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais.

d) A condição de gênero legitimada socialmente se constitui em construções, imagens, referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas.

e) As relações de gênero, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder.

Por isso que conceituar gênero, como uma categoria de análise se torna uma tarefa complexa. Com o conceito de gênero formulado, ele traz à luz as diferenças reais entre homens e mulheres, ou seja, a de origem biológica mais o conjunto de desigualdades socialmente construídas a partir das diferenças, o que dá visibilidade às restrições impostas à mulher nos mais variados setores.

Porém, Pinheiro (2007, p. 37) constata que não existe uma identidade única que “agregue todas as mulheres sob um mesmo denominador, como se propõe a categoria gênero (...)”, por isso se faz necessário tratar gênero como um conceito político que constrói um sujeito político, neste caso, as mulheres – que irão buscar meios para superar sua situação de dominada e entender a origem da mesma. Aliás, a relação estabelecida entre poder e gênero não pode ser dissociada e se torna aplicável a este trabalho, pois segundo Scott (1990) “o núcleo da definição [de gênero] repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

As representações socialmente construídas para homens e mulheres, nas quais as percepções se assentam sobre a realidade corporal, onde se localiza a compreensão do indivíduo com a realidade interior e exterior à sua pessoa, são a base da qual o gênero busca analisar. Por isso, entende-se a necessidade de outro meio adicional de estudo para a compreensão dessa interiorização, o *habitus*.

Esses *habitus* construídos, que são sistemas de disposições duráveis que funcionam como estruturas estruturantes (BOURDIEU, 1996), servem de base para a compreensão de mundo do ser humano. No entanto, as práticas e representações por elas geradas independem da consciência inicial do indivíduo, que em futuras escolhas,

serão reproduzidas em estruturas já objetivadas para seu sexo. Dessa forma, tanto sua escolha profissional como as representações assumidas serão influenciadas pelo *habitus*.

Segundo Bourdieu (1996), os *habitus* são os princípios geradores das práticas de cada indivíduo, sendo ele um “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (Op. Cit. p. 22). É como se o princípio gerador se manifestasse a cada ação, e o *habitus* orienta a posição do indivíduo no espaço social e determina o conjunto de suas preferências linguísticas, corporais, estéticas de maneira geral. Para o autor, uma simples escolha exprime as diferenças sociais mais fundamentais tanto quanto as exprimiria um sistema complexo e refinado. Essas práticas são assimiladas no indivíduo como sistema de disposições permanentes. Dessa forma (BOURDIEU, 1983, p.75):

Os indivíduos ‘vestem’ os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição social e, portanto, da distância social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjunturalmente aproximadas [...] e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para ‘guardar suas distâncias’ ou para manipulá-las estratégica, simbólica ou realmente, reduzi-las [...], aumentá-las ou simplesmente mantê-las [...].

Os indivíduos “vestem o *habitus* como hábitos”, os transformando em capital que, depois de apreendido, se mostra como inato. Assim sendo, a mesma prática ou objeto pode ser identificado com valores diferentes, variando conforme os grupos nas sociedades, que possuem certos *habitus*, que são inseridos em seu contexto particular de *espaço social*³⁶.

As condições necessárias para o exercício do *habitus* estão relacionadas a uma situação social, econômica e política. Isso não se dá através de um montante de conhecimento nem de regras que podem ser aplicadas às situações sociais. Mas, já está enraizada no indivíduo, em sua linguagem, na biografia cultural e na história individual. Incorporada pela sua trajetória social dentro da família e de seu sistema de valores (*habitus* primário) e pela herança cultural e formação educacional da escola e de outras instituições sociais (*habitus* secundário). Sendo assim, as experiências espaciais e temporais dos sujeitos derivam de suas percepções, atitudes e práticas geradas pelo

³⁶ Espaço social é um conceito de Bourdieu (1996, p. 18) que é definido como “um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre”.

habitus. Quando a posição de um indivíduo ou de um grupo é mudada dentro da sociedade, mudam também as suas relações sociais e o espaço social.

Para Bourdieu (1996), as diferentes posições que os indivíduos ocupam na sociedade equivalem aos variados diferentes estilos de vida. As práticas e as propriedades, no amplo sentido dos termos, são expressões organizadas e integradas das condições de existência, ou estilos de vida, porque são resultado do mesmo operador prático, o *habitus*. A partir deste conceito, Bourdieu (1996) diz que os atores sociais funcionam de acordo com uma determinada lógica, inerente ao ser de cada um.

Pode-se fazer uma ponte entre o *habitus* e gênero, devido à sua conexão, visto que o *habitus* é o responsável pela reprodução da violência de gênero na sociedade. No processo de socialização primária mencionado acima (*habitus* primário), ocorrem momentos de uma ressocialização, devido às mudanças de escolhas do indivíduo feitas durante sua vida. No entanto, essas mudanças de escolhas, são guiadas pelo *habitus*, o que virá a reforçar ou não, os papéis e comportamentos de gênero, o que contribui para que tal ação se torne naturalizada.

A relação de dominação simbólica vivida entre homens e mulheres é na realidade um *habitus* (re)produzido pela sociedade. Dessa forma, a violência simbólica se naturaliza de forma que paradigmas que justificam as diferenças (não biológicas) entre homens e mulheres são reproduzidas e ensinadas, tornando-se uma tradição, uma norma. Essa norma molda o indivíduo que convive naquela sociedade, expressando nele seus valores e suas verdades (Bourdieu, 1999).

Mas, como quebrar esse *habitus* de dominação simbólica? Essa dominação é resultado de estruturas objetivas que reproduzem a violência simbólica, como as instituições. Um exemplo desses meios de reprodução está na educação diferenciada (seja pela família, pela escola ou pela igreja) ou até mesmo nos meios midiáticos, como já foram reproduzidas anteriormente. Bourdieu (1999) acredita que uma ação política pode intervir no curso da violência simbólica. Para ele (Op. Cit p. 139):

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos da dominação que se exercem através a cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (...) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerente aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.

2.2.2 Participação política da mulher e capital político

Sendo a política considerada um espaço masculino, e já vista na seção anterior como se deu a entrada da mulher nessa esfera de poder, é essencial que se caracterize mais a fundo o que é participação política, conceito que vai além da atividade política nas instituições políticas como Legislativo e Executivo ou nos partidos políticos.

Para muitos estudiosos do tema, a participação política se limita ao processo político-eleitoral, já para outros, como Baquero (1981, p. 7), acreditam que a participação política vai além da urna, pois ela “(...) não está restrita ao envolvimento no processo eleitoral, através do voto (participação eleitoral), mas inclui outras formas de ação individual e coletiva”.

Tabak (2002) afirma em seus estudos a necessidade de uma reconceitualização a respeito das formas de participação política, incluindo o que a autora chama de “formas não institucionalizadas de participação”. Essas formas não institucionalizadas já foram abordadas na seção anterior e que muito contribuíram tanto para que as mulheres alcançassem seu direito ao voto, tanto para os movimentos sociais de redemocratização do país.

Duas atividades são mais comuns e reúnem um grande número de mulheres: a primeira consiste nas ações coletivas para a defesa de problemas comuns, como os problemas educacionais, a saúde, às leis trabalhistas; já a segunda está no âmbito do associativismo profissional. Avelar (2001) identifica ambas como um novo modo de fazer política: a “política da sociedade organizada”, que visa à representação “plural dos interesses dos setores sociais que clamam por mudanças que acolham os interesses desses ‘segmentos novos’” (Op. Cit. p. 51). Esse novo modo de fazer política permitiu às mulheres ampliar seus horizontes, tanto na política *ad hoc*, quanto nos canais formais de acesso ao poder (Op. Cit.). Isso desconstrói a tese do apoliticismo feminino, visto que comprova que as mulheres participam da vida política. A diferença está contida na forma diferenciada em que elas fazem.

Somente em 1932, que foi possibilitado esse acesso feminino ao âmbito político, mas isso torna o país um dos pioneiros na questão, ficando atrás somente do Equador que reconheceu a cidadania política feminina em 1929, e do Chile que o fez em 1931. Em comparação à Europa, o Brasil sai na frente quando comparado a Suíça e Portugal, que respectivamente, permitiram o direito das mulheres votarem e serem votadas em 1971 e 1976.

Para a aceitação das mulheres no campo político, as mesmas tiveram uma trajetória de luta e enfrentamento, assim como o auxílio de ações afirmativas para que sua participação fosse assegurada. No entanto, no campo político, como em qualquer outro campo de poder, necessita-se de um capital específico para assegurar a posição de dominante, que neste caso é o capital político. Porém, as mulheres políticas são as que menos detêm capital político. Mas o que é capital político? Para Bourdieu (1989, p.187):

O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de créditos pelas quais os agentes conferem a uma pessoa (...) os próprios poderes que lhes reconhecem.

Bourdieu (1996, p.30) ainda afirma ainda que:

[o capital político] assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e serviços públicos [...] vemos então que o capital social de tipo político que se adquire nos aparelhos de sindicatos e dos partidos transmite-se através de redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas.

Dessa forma, a ação dos homens, que possuem um maior capital político, é se manter como grupo dominante, excluindo os demais grupos, enquanto que as mulheres lutam para reverter a situação, buscando uma posição de igualdade.

Assim, a entrada da mulher na vida política se faz por meio de duas grandes vias: a das relações familiares, quando o capital político foi acumulado devido ao reconhecimento de pais, maridos ou irmãos. Ou quando a candidata já possuía uma trajetória de participação política. Para Luis Filipe Miguel (2003, p.121) o capital político:

(...) é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico; o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos os simples eleitores [...] no topo, os líderes que [...] são reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais.

Quem primeiro aborda a questão do capital político é Bourdieu em *O Poder Simbólico* (1989), mais especificamente em seu capítulo sobre a representação política, na qual ele caracteriza o capital político em três tipos:

a) Capital pessoal ou heróico – Esse capital se equipara ao líder carismático de Max Weber³⁷ e que ocorre, geralmente, em momentos de crise e consiste em um subtipo do capital convertido, a diferença está no fato de que o capital pessoal leva quase uma vida inteira para se acumular.

b) Capital por delegação – Esse tipo de capital também lembra muito o pensamento de Weber sobre outro tipo de dominação, a tradicional, visto que o capital delegado é um produto de transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado por uma instituição, como no caso dos partidos políticos. Exemplos de capital delegado são o de sacerdotes, professores e monarcas. Para o caso desse trabalho em específico, pode-se pensar que esse capital pode ser construído com base em sua força eleitoral (legenda e número de votos em um partido), ou através da trajetória política e/ou ideologia do partido.

Outro ponto a ser citado é o capital político pertencente a uma família de tradição política, que é depositado em um candidato. De ambas as formas, o capital político que um candidato político “usa”, na realidade, pertence ao partido ou família política no qual é filiado. Exemplos frequentemente citados no Brasil desse fenômeno são os das famílias Sarney (Rio Grande do Norte), Magalhães (Bahia) e Neves (Minas Gerais), que elegeram filhos e netos com o sobrenome do clã.

c) Capital convertido – Neste último caso, em especial, haveria uma conversão do capital pessoal do candidato, que antes fora acumulado através de sua popularidade. Aqui se encaixam os casos de personalidades da mídia e do esporte que entram para a carreira política, tais como os atuais deputados federais Romário de Souza Faria (PSB) (ex-jogador de futebol) e Francisco Everardo Oliveira Silva (PR), mais conhecido como o humorista “Tiririca”³⁸.

Luis Filipe Miguel (2003, p. 122) faz uma adaptação dos subtipos de Bourdieu para a realidade brasileira, onde:

a) capital delegado, entendido como o capital originário do próprio campo político e/ou estatal. Isto é, a notoriedade advinda de mandatos

³⁷Weber (1982) discute a definição dos tipos puros de dominação legítima de um Estado. Um desses tipos puros de dominação é a carismática. Esta dominação consiste na devoção extrema ao indivíduo, principalmente por suas qualidades excepcionais, legalidades e pelo seu seu carisma. A fidelidade a este tipo de liderança se deve à fé depositada nesse líder, já que foi chamado pelos homens e vive pela luta de sua causa. As outras formas de dominação que legitimam o poder estatal são a dominação legal e a dominação tradicional.

³⁸ Francisco Everardo Oliveira Silva, conhecido pelo nome artístico de Tiririca, é um artista da década de 1990 que se candidatou nas eleições do ano de 2010, e se tornou o segundo deputado mais votado da história de São Paulo. Já Romário de Souza Faria, mais conhecido como Romário, é um ex-jogador de futebol que teve importantes atuações no esporte brasileiro.

eletivos anteriores, da ocupação de cargos públicos (de confiança) no Poder Executivo e da militância partidária;

b) capital convertido, ou seja, a popularidade conseguida em outros campos e deslocada para a política e também a transferência do capital econômico, por meio de campanhas eleitorais dispendiosas.

A partir daí podem ser esboçadas duas trajetórias políticas idealtípicas. Para o político do tipo “capital delegado”, a carreira política faz-se paulatinamente, começando com os cargos eletivos mais baixos (Vereador); ou então, após longas estadas em cargos públicos ou partidários. Mesmo estes, porém, deveriam possuir algum tipo de notoriedade em outro campo, ainda que em pequena quantidade, para iniciar a carreira (o médico ou advogado que possui um prestígio localizado e a partir daí se lança candidato; o funcionário de carreira que é alçado aos cargos de confiança).

c) O político do tipo “capital convertido”, por outro lado, possui grande capital não político e busca convertê-lo de modo a logo alcançar uma posição mais elevada. Os exemplos são inúmeros: o cantor Agnaldo Timóteo, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, (...). Ou, por outro lado, empresários como Paulo Octávio ou Flávio Rocha. Em cada um desses casos, é possível estudar a “taxa de conversão” do capital. Afinal, os diferentes tipos de capital migram de um campo para outro, mas com eficácia diferenciada.

Apesar de serem ótimos perfis, tanto de Bourdieu (1989) quanto de Miguel (2003), ambos os casos tratam de tipos ideais³⁹, e por isso, as carreiras políticas não se fazem por uma única trajetória, podendo se entrecruzar.

Após esse percurso para o entendimento da necessidade do capital político para ascensão de um candidato, é conhecido que há uma estreita relação entre capital e carreira política. Para Miguel (2003, p.115), o capital político “indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente”.

Segundo Pinheiro (2007), o tipo de relação que se estabelece é uma dialética (p. 47):

(...) é necessário capital político para ascender na carreira, e a ocupação de cargos de mais alta hierarquia no campo político contribui para a ampliação desse tipo de capital. O progresso na carreira depende, tanto da popularidade do parlamentar no sentido de ser capaz de cativar o público externo ao campo político institucional (e que deve, portanto, constituir-se em sua base eleitoral), quanto do

³⁹O tipo ideal, segundo Weber, expõe como se desenvolveria uma forma particular de ação social se o fizesse racionalmente em direção a um fim e se fosse orientada de forma a atingir um e somente um fim. Assim, o tipo ideal não descreveria um curso concreto de ação, mas um desenvolvimento normativamente ideal, que nem sempre é possível de ser alcançado. A conceituação típico-ideal chega a resultados diferentes da conceituação generalizante.

reconhecimento de seus pares, o que garante apoio às candidaturas e à ocupação de postos-chave na estrutura hierárquica da carreira política.

Dessa forma, conclui-se que o acúmulo de capital político é fundamental nas regras do jogo, visto que o candidato depende dele para a ocupação de cargos e/ou cadeiras em vários espaços. Isso ocorre porque o campo político, como qualquer outro, “pressupõe que os atores ali inseridos lutem pelo acesso às posições de poder e de maior prestígio, buscando valorizar seus atributos em detrimento dos de seus concorrentes” (PINHEIRO, 2007. p. 48). Porém, as posições de maior poder no espaço político quase sempre são ocupadas por homens. Para as mulheres seria primordial ocupar essas áreas quase privadas ao masculino, pois isso faria aumentar seu capital político, ampliaria seu leque de reconhecimento e ainda abriria portas para outros espaços que ainda são ocupados massivamente pelos homens.

2.2.3 Perfis das parlamentares e suas bases

É sabido que as bases das parlamentares mulheres estão ligadas a movimentos ou grupos sociais ligados às áreas de “atuação tradicional” feminina. Tal fato ocorre devido à socialização e educação diferenciada, visto que tais parlamentares, antes de se interessarem pelo cenário político, geralmente possuem suas carreiras concentradas na área social como a educação e a saúde. Isso limita a atuação dessas mulheres políticas a um determinado grupo, e se mantêm limitadas a esse grupo ou em áreas consideradas de atuação feminina. E é por esse motivo, assegurar essa base eleitoral e a opinião pública para se reelegerem, que as parlamentares não ousam alçar voos fora dessa “área feminina”. Essa associação que fazem entre a mulher e seu papel na sociedade acaba perpetuando sua atuação na área de serviços sociais, prendendo-as, rotulando-as, ora como defensoras dos direitos femininos, ora como zeladora dos direitos dos necessitados. Pinheiro (2007) acredita que até mesmo quem não tenha votado em uma parlamentar do sexo feminino, tenha essas expectativas.

Um exemplo a ser citado está no caso do ex-presidente Lula que “transferiu” à Dilma, a atual presidente do Brasil, seu capital político pessoal. Lula destacava na campanha de Dilma suas qualidades e seus feitos quando ministra da Casa Civil, da qual

recebeu o título de “mãe do PAC” (Programa de Aceleração do Crescimento) ⁴⁰. Isso dá expectativas ao povo de que a “mãe do PAC” se torne a “mãe do povo”.

Usualmente criam-se justificativas para a presença das mulheres nos Legislativos. Entre elas estão a ética, a moral e uma atuação política diferenciada. Isso ocorre, pois, a sociedade cria expectativas nessas representações a serem desempenhadas pelas mulheres nos Legislativos.

Miguel (2000) constrói três argumentos acerca da importância de uma maior igualdade entre os sexos na representação política, dos quais os dois primeiros são mais relevantes para esse estudo: (I) a afirmação de uma diferença moral entre homens e mulheres, (II) de uma diferença de interesses e (III) de uma diferença estrutural entre eles.

Sobre o primeiro argumento, destaca-se o senso de que a mulher é mais ética e sensível que o homem, argumento esse naturalizado na sociedade. A presença feminina na política é justificada, segundo esse argumento, pois, sendo detentoras inatas de atributos, como solidariedade, justiça e fraternidade, as tornaria mais voltadas à defesa de uma sociedade mais justa do que os representantes do sexo masculino. Miguel (2000) denomina esse modo de fazer política de “política do desvelo”. Da representante feminina que segue esse tipo de política se espera funções de uma “mãe”, porém na arena política: ela torna tudo mais limpo, moral e menos corrupto. Novamente está implícito o estereótipo e o papel biológico feminino como justificativa para sua entrada da mulher na política.

Militantes feministas lutam para por fim a esse tipo de política, exatamente para acabar com os problemas causados por ela, como reforçar os papéis de gênero e reduzir a discussão da inclusão feminina a uma questão tão essencialista. Outro ponto defendido por elas está na premissa de que tanto homens quanto mulheres podem fazer esse tipo de política de desvelo, não cabendo ser uma exclusividade feminina no parlamento.

Já o segundo argumento de Miguel (Op. Cit.) surge em oposição a esta ideia de “política do desvelo”, expondo as diferenças entre os dois sexos. Dessa forma, a representação feminina surgiria para defender os interesses de um grupo que tem interesses próprios, que possuem relações com questões de gênero e por isso, merecem

⁴⁰ Isso ocorreu durante um encontro com jornalistas, o presidente afirma que ela seria “a pessoa mais gabaritada para assumir a função de presidente da República”. Em: <http://www.gazetadopovo.com.br/votoconsciente/dilma/conteudo.phtml?id=1063482>. O PAC é responsável por investimentos em infra-estrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos.

atenção especial. Aqui está subentendida a premissa de que as mulheres são as advogadas de seus direitos.

Porém, esse discurso deduz que todas as mulheres possuem os mesmos interesses, descartando suas outras dimensões e fatores como raça, posição social, idade etc. Outro ponto discutível desse argumento é que essa representante política, que assume esse papel de “advogada”, estará sentenciada a se comprometer com a causa feminina, o que nem sempre é o caso.

Muitos autores, como o próprio Bourdieu (1999), afirmam a necessidade dessa presença feminina no parlamento para defender a causa das mulheres, visto que estas ainda não alcançaram seu espaço como iguais na política. Pinheiro (2007) discute a necessidade da presença feminina nesses espaços (p. 54):

A política de presença estaria baseada na argumentação de que pessoas de grupos diferentes têm uma vivência diferente e, portanto, a importância de quem os representa politicamente se torna fundamental. Como crítica a essa concepção surge a discussão das múltiplas identidades, o que, no limite, fragmentaria tanto a sociedade que tornaria necessário haver um representante para cada indivíduo; e põe-se em jogo a representação de grupos que, legalmente, não podem estar presentes no Parlamento.

Tal argumentação acaba por cair no debate sobre o que é ou como deveria funcionar uma democracia representativa e como pensá-la sob a égide das identidades plurais e fragmentadas que aparecem com a modernidade. O grande desafio passa a ser como conceber um sistema de representação considerando-se a diversidade de identidades (de gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe...) que compõem o indivíduo.

Ou seja, uma política de presença é uma boa alternativa, mas não sem levar em conta também a política das ideias onde o mais importante está no que é representado, independentemente de quem representa. Dessa forma, um homem engajado com a causa feminina também representaria bem as mulheres. (Op. Cit.).

Por fim, o terceiro aspecto de justificativa para diferença de atuação de homens e mulheres de forma mais estrutural, ou seja, de acordo com seus papéis na sociedade. Assim, com a inclusão das mulheres no espaço político traria uma contribuição pluralista, essencial para superar os limites impostos pelas desigualdades estruturais. Miguel (2001) acredita que a importância das mulheres nesses espaços deliberativos públicos é importante não por seus interesses em comum, mas (p. 265):

(...) porque partem de uma mesma perspectiva social, vinculada a certos padrões de experiência de vida. A palavra é relevante: trata-se de um ponto de partida e não de chegada.

É possível dizer, então, que a diferença significativa, do ponto de vista político entre homens e mulheres (e entre negros e brancos, trabalhadores e proprietários, etc.), não é uma diferença intrínseca, mas estrutural, ligada às posições que ocupam em dada forma social. Assim, a necessidade da presença das mulheres (como de outras minorias) na arena política não é suprimida caso se encontrem outras formas de proteger seus "interesses", qualquer que seja a forma pela qual eles sejam concebidos. Elas precisam estar presentes nos foros deliberativos e decisórios para que a perspectiva social que incorporam se faça ouvir e participe da construção de projetos coletivos - que, aliás, contempla a própria redefinição de interesses dos envolvidos - que ocorrem em tais foros.

Isso significa que tal diferença, a vivência de homens e mulheres, é um fato (ponto de partida), e não uma condição, ou algo inato das sociedades (ponto de chegada). Dessa forma, há sim uma diferença entre as mulheres e os homens na política, porém, não por uma moral natural de um dos sexos, mas devido às experiências diferenciadas que foi algo imposto pela sociedade, porque tiveram uma socialização e uma educação desiguais e, assim, se interessam por temas e espaços distintos.

Apesar de todas as justificativas para a participação política feminina, o Brasil ainda está no grupo de pior desempenho em relação à presença feminina no Parlamento. Segundo o IPU (Inter-Parliamentary Union), o Brasil teve um decréscimo em sua posição: em 2007, ele ocupava o 104^a lugar entre 187 países participantes da estatística sobre a participação de mulheres no parlamento mundial na câmara e no senado. Em 2010 o Brasil ocupava a 110^a posição, com 8,6% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 16% das cadeiras do Senado Federal sendo ocupadas por mulheres⁴¹, estando abaixo da média das Américas que possui uma representação média de 22,5%.⁴²

No nível municipal, nas eleições de 2008, foram eleitas 505 prefeitas contra 5.051 prefeitos do sexo masculino. Nas câmaras municipais, esse cenário não difere muito: foram eleitas 6.511 vereadoras, enquanto que o número de vereadores é quase sete vezes maior, chegando a um total de 45.463⁴³.

As barreiras para a ocupação dos cargos eletivos do Parlamento é motivo de grande debate entre as feministas e grupos afins, mas o marco para uma mudança de postura no Brasil para reverter esse fato se deu em Beijing, no ano de 1995, na

⁴¹ Dados do IPU – União Interparlamentar. Atualizado em 30 de Setembro de 2011. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

⁴² Aqui o IPU faz uma média entre a porcentagem de representação no Parlamento e nas Câmaras Baixas.

⁴³ Dados TSE/Eleições 2008 / Atualização em 10/11/2008. Disponível também em: http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Cargo_Sexo_Brasil.pdf

IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Em um documento assinado pelo Brasil e por outras 183 delegações internacionais, se reconhecia que⁴⁴:

A participação equitativa da mulher na vida política desempenha um papel essencial no processo geral de avanço das mulheres. A participação das mulheres em condições de igualdade na tomada de decisões constitui não só uma exigência básica de justiça ou democracia, mas pode ser também considerada uma condição necessária para que os interesses das mulheres sejam levados em conta. Sem a participação ativa das mulheres e a incorporação do ponto de vista próprio das mulheres em todos os níveis do processo de tomada de decisões não se poderá alcançar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz.

Os países que firmaram o acordo contido na Plataforma de Ação deveriam se comprometer⁴⁵:

A estabelecer a meta de equilíbrio entre mulheres e homens nos organismos e comitês governamentais, assim como nas entidades da administração pública e no judiciário (...) a fim de aumentar substancialmente o número de mulheres e alcançar uma representação paritária das mulheres e dos homens, se necessário mediante ação afirmativa em favor das mulheres.

Como resultado dessa Plataforma de Ação houve a instituição da Ação Afirmativa⁴⁶ através do sistema de cotas para as eleições proporcionais que seria regida através da Lei 9504/95, hoje atualizada na Lei 12.034/09, no Art. 10, § 3º que estabelece o número de vagas “resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”⁴⁷ Miguel (2000) apresenta as seguintes justificativas para a implantação da lei:

Há, em primeiro lugar, uma questão de justiça intuitiva: não pode estar certo que metade da população seja representada por apenas 5% dos membros do Congresso (...).

Uma segunda resposta está baseada na ideia de que as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros, a velar pela família, enfim, devido ao seu papel de mãe — o que é referido como "política do desvelo" (care politics) ou então "pensamento maternal". A ampliação do espaço das mulheres no poder significaria um abrandamento do

⁴⁴ DECLARAÇÃO e Plataforma de Ação. IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Pequim, 1995, p. 215. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_4_conferencia_mundial_mulher.pdf

⁴⁵ Op. Cit. p. 216

⁴⁶ Ver Capítulo 1 desse trabalho na subseção 1.3 Redemocratização e a Conquista das Cotas.

⁴⁷ LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm

caráter agressivo (tido como inerentemente masculino) da atividade política e uma valorização da solidariedade e da compaixão, com uma maior preocupação em relação a áreas como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente. No lugar da "política de interesses", egoísta e masculina, ou mesmo da "justiça" fria e imparcial, o desprendimento e o zelo pelos outros, a tolerância e a sensibilidade (...).

A terceira — e mais interessante — via de justificativa para a ampliação da representação feminina parte de premissas opostas. As mulheres devem se fazer representar não porque sejam os vetores de uma "política desinteressada" mas, ao contrário, porque possuem interesses especiais, legítimos, ligados ao gênero, que precisam ser levados em conta. Quando o sistema político está estruturado de forma tal que veda ou obstaculiza a expressão destes interesses (ou de quaisquer outros), ele se revela injusto.

Está subjacente, aí, a visão de que as mulheres serão as melhores advogadas de seus próprios interesses.

Porém, como já foi visto no capítulo anterior, a Lei de Cotas não teve uma mudança na representação política feminina. Diante disso, deve-se concordar com os estudiosos sobre o tema que apontam que o problema dessa Lei está na falta de determinação de punições aos partidos e coligações que não a cumprem.

No entanto, identifica-se que essas justificativas para a representação feminina abordada por Miguel (2000) estão presentes na atuação das representantes políticas femininas. Com isso, na próxima seção será analisada de que forma essas características influenciam as práticas das representantes políticas.

3 PERCEPÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS VEREADORAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Após analisados os elementos teóricos que sustentam essa pesquisa, volta-se para a análise da coleta de dados. Nesta seção é realizada uma breve trajetória do município de Campos dos Goytacazes, seguida da apresentação das vereadoras. Para isso, identifica-se a necessidade de conhecer mais a fundo esse município e suas características, visto que o mesmo é o *locus* desta pesquisa.

3.1 Campos dos Goytacazes: breve histórico e inserção da participação formal de mulheres.

O Município de Campos dos Goytacazes teve sua fundação em 28 de março de 1835 e está localizado na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, sendo a maior cidade do interior do Estado.

É em 1830, com a introdução do primeiro engenho a vapor na região, que Campos inicia um processo de transformação da região, o que muito contribuiu para a elevação da condição de vila para de cidade em 28 de março de 1835. Outro fato relevante ocorreu em 1883, quando Dom Pedro II inaugurou o primeiro serviço público de iluminação municipal, o que tornou Campos dos Goytacazes a primeira cidade do Brasil e da América Latina a receber iluminação pública elétrica, através de uma termelétrica a vapor. (FARIA, 2006).

Durante todo o Império, Campos possuiu uma posição relevante também no cenário eleitoral da província, se mantendo na condição de "cabeça de distrito" em 1866, por ter o maior número de eleitores⁴⁸ da província do Rio de Janeiro, apesar do voto censitário (NUNES, 2003).

Um fato curioso da história campista, antes mesmo do Brasil se tornar um Império, está no mito em torno da figura de Benta Pereira de Souza. Benta Pereira, uma mulher de 73 anos de idade, que teria liderado um levante em 1748 contra Martim Correia de Sá, o Visconde D'Asseca e governador da capitania, que estava se apossando

⁴⁸ Nunes (2003) relata que em em 1866, os maiores colégios eleitorais da Província eram: Campos (100 eleitores), Niterói (88), Piraí (73), Itaguaí (68), Barra Mansa e Angra dos Reis (65 cada). Isso muda um pouco em 1881, quando Niterói alcança 1.131 eleitores, e Campos com 1.108, seguidos por Valença (602), São Fidélis (588) e Rezende (514)

indevidamente das terras e fazendas da região. O levante fora organizado na casa de Benta e acarretou na ocupação da região por tropas do reino, deixando a capitania sitiada até 1752 (PARANHOS, 2000). Schuma Schumacher (2003, p.10) destaca:

Benta Pereira teve importante atuação no conflito, e seus bens lhe foram sequestrados. Ela não desanimou e, em 1748, liderou as mulheres de Campos no cerco dos revoltosos à Câmara, então ocupada por tropas do Visconde. Consta que foram elas que comandaram a investida final, invadiram o plenário e algemaram os usurpadores, tornando possível, no dia seguinte, a posse dos legítimos representantes. As forças a favor do donatário, porém, acabaram por derrotar os revoltosos. Benta teve a filha, Mariana, condenada ao degredo e foi obrigada a abandonar a vila. Benta e Mariana são lembradas até hoje como heroínas pelos campistas (...).

O destaque desse fato está em sua repercussão, pois, a legenda do brasão da cidade, *Ipsae matronae hic pro jure pugnant*⁴⁹, se inspira no mito de Benta Pereira, algo incomum em uma sociedade patriarcal como a brasileira. Entende-se com isso, do que se tem registro, Benta Pereira foi a pioneira na participação política campista, liderando um movimento social contra os Assecas.

Atualmente, o Município de Benta Pereira tornou-se um expoente econômico, devido à exploração de petróleo na região. O inconveniente está em sua dependência econômica nos *royalties*, apesar da economia do Município ter outras atividades nos setores de serviço, comércio e agricultura.

Durante um longo período da história de Campos, quem ocupava as cadeiras da política formal do Município eram os homens, afinal, a cidade possui reflexos da tradição patriarcalista brasileira, que se estruturou durante a colonização. Luiz Werneck Vianna (1999) faz uma leitura de Max Weber para explicar o patriarcalismo brasileiro, e concluiu que o atraso da sociedade brasileira é resultado de um “vício de origem, devido ao tipo de colonização a qual o Brasil foi exposta, herdando o “patrimonialismo ibérico” (Op. Cit.). Na concepção de Weber, há três tipos puros de dominação, e um deles se encontra na via tradicional que tem como característica o patrimonialismo, que representaria (Rodríguez, 1997, p. 22):

Aquela forma de dominação tradicional em que o soberano organiza o poder político de forma análoga a seu poder doméstico. Ao lado da organização do poder político segundo o modelo doméstico, é igualmente essencial ao Patrimonialismo a estruturação do quadro administrativo, através do qual se exerce a dominação.

⁴⁹ Do latim: Aqui, até as mulheres lutam pelos direitos

O patriarcalismo nasce, portanto, desse patrimonialismo, no qual a obediência dos homens não é baseada em servir a alguém pela via legal ou burocrática, mas pela submissão pessoal. Weber chama o patriarcalismo de dominação pré-burocrática. No Brasil, Faoro (2000) identifica nosso patriarcalismo/ patrimonial como herança ibérica em *Os Donos Do Poder*, onde o autor descreve a trajetória histórica de Portugal e traça conexões com os vícios de poder no Brasil.

Apesar de o patriarcalismo ser uma característica da cultura política brasileira e ainda estar implícito na política campista, o Município de Campos dos Goytacazes possui uma considerável participação das mulheres na esfera Legislativa e Executiva de poder, tendo eleito a primeira prefeita do Município, Rosinha Garotinho, nas eleições municipais de 2008. Antes disso, vê-se que a participação feminina na política formal através dos mandatos das vereadoras: Hermeny Coutinho (1971-1973 e 1983-1988); Antônia Leitão de Alvarenga(1973-1976); Ivete Guerra Marins (suplente do então Vereador Paulo César de Freitas Martins de 1989-1992); Elisabeth Braga Cardoso Couto (1997-2000); Maria da Penha de Oliveira Martins (1997-2000; 2001-2004; 2004-2008; 2009-2012); Odisséia Pinto de Carvalho (2009-2012) e; Ilsan Vianna (2009-2012). A participação feminina formal na política campista se iniciou na década de 1970, com a eleição de Hermeny Coutinho como vereadora pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional).

No entanto, esse mesmo Município se caracteriza por ter recorrentes processos e cassações de seus representantes públicos, tanto do Legislativo, quanto do Executivo, junto ao Ministério Público e ao Tribunal Regional Eleitoral. Aliás, os maiores escândalos na política da cidade se devem às acusações de corrupção e abusos de poder contra os últimos prefeitos. Isso inclui a atual prefeita Rosinha Garotinho e seu vice Francisco Arthur de Souza Oliveira, que foram afastados do cargo por serem acusados em um processo de abuso de poder econômico por práticas panfletárias da rádio e do jornal do grupo *O Diário*⁵⁰ durante sua campanha eleitoral de 2008. No entanto, através de liminar concedida em outubro de 2011 pelo desembargador federal Sergio Schwaitzer, Rosinha Garotinho retomou o cargo de prefeita por trinta dias. O mesmo desembargador também suspendeu a inelegibilidade que havia sido imposta ao marido da prefeita, Anthony Garotinho. Feito isso, no final de novembro de 2011, o

⁵⁰ *O Diário* é um jornal periódico da cidade de Campos dos Goytacazes.

desembargador deferiu o pedido de extensão do efeito suspensivo até o julgamento do recurso no plenário, ainda sem data definida.

Apesar dos vários escândalos na política campista, há uma tentativa de moralização da mesma através de CPI's (Comissão Parlamentar de Inquérito)⁵¹, uma delas foi proposta pela vereadora Odisséia Pinto de Carvalho do PT (Partido dos Trabalhadores), que junto com as vereadoras Maria da Penha de Oliveira Martins do DEM (Democratas) e Ilsan Vianna do PDT (Partido Democrático Trabalhista), fazem parte do atual mandato de vereança de 2009-2012 e são o nosso objeto de pesquisa.

3.2 As Vereadoras Campistas em 2009-2012.

Das sete vereadoras que já atuaram na cidade de Campos dos Goytacazes foram escolhidas as do mandato atual, porque quando eleitas já haviam vivenciado os resultados do sistema de cotas implantados nos partidos pela Lei de Cotas. Outro motivo está contido no fato de terem assistido o aumento de candidatas mulheres à presidência deste país e, por conseguinte, eleição de uma mulher à Presidência do Brasil. No mesmo período de seus mandatos, é eleita, pela primeira vez, uma mulher para chefiar o Executivo do Município. As experiências vividas pelas vereadoras formam perspectivas e comportamentos que devem ser analisados, os quais não diminuem as vivências das vereadoras anteriores. Para isso, se faz necessário, uma introdução sobre a trajetória política das vereadoras que serão estudadas, no intuito de entender melhor suas propostas, percepções e decisões.

A vereadora Ilsan Maria Viana dos Santos é formada em Economia, está no seu primeiro mandato pelo PDT, segundo conta em sua página na Câmara de Vereadores e em seu *blogger* pessoal. Ela tomou posse em 12/04/2010 assumindo a cadeira de seu suplente Ederval Venâncio. A vereadora não assumiu o mandato junto com seus demais colegas por determinação da Justiça Eleitoral devido a uma denúncia do Ministério Público Eleitoral na qual foi acusada de não ter deixado o cargo de direção na APIC (Associação de Proteção à Infância de Campos) dentro do prazo previsto pela legislação. A vereadora Ilsan Viana só conseguiu ser diplomada após vários recursos judiciais em novembro de 2009, mas não foi empossada por que minutos depois houve

⁵¹CPI é uma investigação conduzida pelo Poder Legislativo, que transforma a própria casa parlamentar em comissão para ouvir depoimentos e tomar informações diretamente, quase sempre atendendo as reclamações do povo. Em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_Parlamentar_de_Inqu%C3%A9rito

uma nova ação impedindo o ato. Isso gerou certa polêmica ao redor da vereadora que somente em 2010 conseguiu iniciar sua carreira depois de uma liminar favorável. Aliás, somente em julho de 2011, a vereadora foi absolvida do processo e pôde prosseguir com a vereança. Ilsan foi a terceira vereadora mais votada do Município com 7.163 votos.

Ilsan já ocupou o cargo de Presidente da Fundação Teatro Municipal Trianon (1999) e, assumiu também a Secretaria Municipal de Planejamento e Controle Geral (2001), tudo isso durante a gestão do ex-prefeito (e ex-marido), Arnaldo Viana (1999-2004). Ilsan também concorreu ao cargo de deputada estadual em 2006 pelo PDT.

A vereadora Maria da Penha de Oliveira Martins, empresária, popularmente conhecida no Município como “Dona Penha”, está no seu quarto mandato, e para esse mandato foi eleita com 4.050. A vereadora foi eleita em cada legislatura por partidos diferentes, o PRONA em 1997, o PSC em 2001 e em 2004, o PPS no ano de 2009 e por último o DEM em 2011. Em sua página no site da Câmara dos Vereadores, Dona Penha afirma que sempre atuou na política e teve liderança na sua comunidade, tendo suas bases na comunidade católica da Igreja Sagrado Coração, religião da qual é membro atuante.

Esta vereadora garante não ter tido vontade de atuar como política, mas devido aos “apelos de sua comunidade” do bairro Parque Califórnia e da comunidade do Tira Gosto, onde atuava em uma obra social mantida pelo seu filho o ex-deputado estadual José Claudio de Oliveira Martins, que também incentivou a carreira política da vereadora.

Por último, a vereadora Odisséia Pinto de Carvalho, militante política do PT desde 1986, e também sindicalista. Foi do movimento sindical na década de 1980 e diretora de vários sindicatos relacionados à educação estadual como o SEPE-RJ e o SEPE-Campos, visto que era professora da rede estadual de ensino. Também foi diretora do CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) e Presidente da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima. Atuou como assessora Especial da Ministra Nilcéa Freire no Ministério Especial de Políticas para as Mulheres em Brasília e durante esse período também participou do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres. Atualmente é vice-presidente do PT de Campos dos Goytacazes⁵².

Odisséia é uma das mais atuantes vereadoras da Câmara, foi eleita com 2.467 votos, assumindo a primeira suplência do vereador eleito pelo PT, Renato Barbosa. Ela

⁵² Informações contidas no perfil da vereadora no site da câmara municipal de Campos dos Goytacazes: <http://www.camaracampos.rj.gov.br/vereadores.php?noticia=4>

traz propostas e debates à assembleia e os torna público, através de um *Blogger*⁵³ que ela, assim como a vereadora Ilsan Viana⁵⁴, mantém na *internet*. Odisséia também escreve uma coluna para o jornal *Folha da Manhã* sob o título *Nós Mulheres*, onde frequentemente aborda sua atuação na Câmara dos Vereadores e opinião sobre a política do país, em especial sobre a causa feminina.

As vereadoras Ilsan Viana e Odisséia Pinto de Carvalho estão na sua primeira legislatura, enquanto Dona Penha emplaca seu quarto mandato na Câmara. Dona Penha é a mais experiente das três e é da bancada governista. Odisséia faz parte da bancada da oposição. Já Ilsan preferiu por um longo tempo a não se prender a uma bancada, pois como a mesma afirma não é de esquerda, nem de direita, mas está “do lado do povo”. No entanto, no final do ano de 2011 decidiu-se pela oposição. As três vereadoras têm posições políticas diferentes e, essas diferenças se tornam mais acentuadas quando questionadas nas entrevistas deste trabalho.

Essas variações de percepções políticas contribuem para este trabalho, pois, a experiência vivida pelas vereadoras traz um novo olhar para o estudo das mulheres na política formal. É uma forma de verificar seu comportamento político através da percepção manifestada pelas próprias vereadoras sobre como elas lidam com os entraves de gênero em sua vereança.

Com isso, vê-se a necessidade de comparar dados coletados em Campos com os estudos de âmbito nacional, como os trabalhados por autores como Lúcia Avelar (2001), Fanny Tabak (2002), Clara Araújo (2001), Miguel (2000).

Dessa forma, para analisar melhor o trabalho das vereadoras, esta pesquisa elaborou-se dois perfis representativos femininos de atuação política, com características próprias e diversas, baseadas em correntes sobre a defesa da mulher na política encontrada em Miguel (2000) e Luana Simões Pinheiro (2007). A intenção é avaliar e identificar como cada vereadora atua em sua vereança (através da análise de seus discursos e proposições políticas) e, como este perfil/papel adotado por cada representante interferia em seu modo de atuação, verificando quanto se aproximam/distanciam dos perfis/ modelos elaborados.

Os perfis são baseados em “tipos ideais”⁵⁵ que Luis Felipe Miguel (2001) acredita ser apreendido por representantes políticos durante a construção de sua imagem

⁵³ <http://blogdaodisseia.blogspot.com/>

⁵⁴ <http://ilsanviana.blogspot.com/>

⁵⁵ Trata-se aqui do tipo ideal abordado por Max Webber, já antes explicitado. Ver p. 54

política, que advém de estudos sobre a participação feminina no poder e já estão no imaginário popular sobre o que se espera de uma mulher que atue na política. Miguel (2001) destaca que:

Sob o nome de "política do desvelo" (care politics) ou então de "pensamento maternal", estas autoras afirmam que as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos. (...) As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada.

A presença feminina possibilitaria a superação da "política de interesses", egoísta e masculina, colocando em seu lugar o desprendimento, o zelo pelos outros, a tolerância e a sensibilidade.

Essa corrente destaca o perfil denominado “mãe” no qual a representante valoriza a esfera familiar, espaço de valores e ética que não são encontrados na esfera pública que é egoísta e imoral. É um perfil mais tradicional, onde a representante “Mãe”⁵⁶ é a mulher dedicada a “cuidar” da população, como uma mãe cheia de desvelo aos seus filhos, ressaltando a “moral feminina”, responsável pela proteção e pelas condições para o crescimento sadio dos mais frágeis, como se a população fosse parte da prole da representante, elevando a população, ou parte dela, à categoria de filhos da representante.

A representante que assume esse tipo de perfil possui características mais clientelistas⁵⁷, visto que entre a representante e seus eleitores existe um laço de confiança, devido à proximidade pessoal que foi criada, o que causa uma expectativa de seus “clientes”. No entanto, o problema desse tipo de representante está no fato de ela não aumentar seu capital político, visto que seu nicho estará sempre ligado à política social, excluindo-a da *hard politics* (administração pública, política econômica e relações internacionais) (MIGUEL, 2001). Outro agravante desse perfil está no fato de ter um embasamento essencialista, o que reforça os discursos patriarcalistas e naturaliza a divisão sexual dos papéis na sociedade. Porém, Miguel (2001) destaca que essa

⁵⁶ Miguel (2000) utiliza o conceito desvelo, ou mulher desvelada ou ainda “política maternal”, para salientar um tipo de representante política que surgiria com a implementação da Lei de Cotas. Aqui, associamos seu conceito ao de mãe, por ter as mesmas características da figura materna, de zelo e cuidado.

⁵⁷ Clientelismo é uma prática de troca de favores, na qual os eleitores são tidos como clientes. São trocas de bens privados entre atores desiguais, chamados de patrão e clientes. A origem do clientelismo está ligada à sociedade rural tradicionalista, no qual as ligações entre latifundiários e camponeses foram criadas na confiança, lealdade e reciprocidade. O clientelismo é uma prática comum entre os políticos do Brasil (CARVALHO, 1997).

“política do desvelo”, às vezes, é o único espaço disponível para as representantes atuarem.

No entanto, para Miguel (2001) esse tipo de política é nociva para a sociedade, pois o “familismo proposto pelo ‘pensamento maternal’, que, no limite, ao privilegiar os laços de união particulares, justifica o nepotismo, bane a referência ao bem comum e, enfim, dissolve a sociedade numa profusão de particularismos”. Isso viria a causar danos à política do país, pois o (a) representante que possui esse tipo de prática estaria representando não os interesses da população em geral, mas os particularismos de um grupo em especial.

Em oposição a esse primeiro perfil, está o perfil da representante “advogada”, que (MIGUEL, 2001):

As mulheres se devem fazer representar não por que sejam os vetores de uma "política desinteressada" mas, ao contrário, porque possuem interesses especiais, legítimos, ligados ao gênero, que precisam ser levados em conta. Quando o sistema político está estruturado de forma tal que veda ou obstaculiza a expressão destes interesses (ou de quaisquer outros), revela-se injusto.

Está subjacente, aí, a visão de que as mulheres serão as melhores advogadas dos seus próprios interesses.

Porém, o perfil de advogada vai um pouco além, se caracterizando também por se interessar pelas necessidades da população em geral. A representante advogada possui um grau de instrução alto, uma conscientização das necessidades femininas e da sociedade em geral e não pratica somente a “política do desvelo”. Defenderia os direitos das mulheres e buscaria, através de meios legais (políticas públicas, leis e decretos), auxiliar a mulher e a população, combatendo a desigualdade.

Essas características se impõem devido à necessidade de superar a figura estereotipada de representação por identificação, pois, as mulheres apenas por serem mulheres não terão sempre interesses idênticos. Pertencer a um grupo não significa expressar as suas demandas. Mulheres representantes não devem ter comprometimento só com a questão feminina, e em sua maioria não têm (MIGUEL, 2001). Esse perfil surge da falta de um(a) representante que atenda às necessidades e interesses femininos, mas que não se fixe somente nisso, que atenda outras demandas da sociedade.

A partir dessas descrições dos perfis a serem trabalhados, realizou-se a análise dos dados sobre as vereadoras, nas quais as constatações feitas, se encontram na próxima subseção.

3.3 Percepções e atuação das vereadoras campistas

Através de entrevistas realizadas com as vereadoras, buscou-se analisar o perfil de cada representante política e como isso afeta sua atuação política. Também, utilizando as respostas das vereadoras, investigou-se como a ideologia, religião, a cultura política e a identidade partidária influenciam no processo de formação desse perfil. Nas entrevistas, também foi questionado quais os entraves identificados pelas vereadoras que impediam sua participação na política formal.

Certamente que a análise dos discursos das vereadoras entrevistadas não pode ser generalizada para todas as mulheres que alcançaram cargos na Câmara dos Vereadores de Campos dos Goytacazes. Assim como é importante ter em mente, também, que as respostas das mesmas tendem a ser influenciadas pelo ambiente que cerca a realização de uma entrevista, do mesmo modo que as estratégias discursivas e os constrangimentos de justificação pesam sobre as pessoas. Porém, se as respostas das vereadoras não dizem tudo, certamente nos direcionam a muitos caminhos a serem analisados. Será utilizado aqui apenas o primeiro nome de cada entrevistada, para que facilite a compreensão das respostas.

A primeira entrevistada foi a vereadora Odisséia, que recebeu a entrevistadora em seu gabinete, após uma reunião com representantes dos quilombos campistas⁵⁸. Sem demoras, esclareceu como se deu sua trajetória de professora da rede estadual de ensino até o cargo de vereadora da cidade de Campos, perpassando pelo movimento sindical, à entrada no PT e como se tornou assessora especial da ministra Nilcéia Freire, da Secretária Especial de Política para as Mulheres. Odisséia participa das seguintes comissões na Câmara de Vereadores de Campos: Comissão Especial do Petróleo e da Energia, de Defesa do Consumidor, de Defesa dos Direitos Humanos e da Comissão de Defesa do Consumidor.

A vereadora também mostrou interesse pela pesquisa e ressaltou a necessidade de mais estudos sobre as relações de gênero e a política.

A segunda a ser entrevistada foi a vereadora Dona Penha, em sua própria residência. A mesma estava com certa pressa, devido a compromissos agendados e visitas à sua base eleitoral, no entanto foi atenciosa e respondeu prontamente aos questionamentos deste trabalho. Dona Penha faz parte das comissões de Fiscalização, da

⁵⁸ Campos dos Goytacazes possui algumas comunidades remanescentes de quilombos, como Conceição do Imbé, Aleluia, Batatal e Cambucá. Essas comunidades são reconhecidas pela Fundação Palmares.

Defesa da Educação, Cultura e Desportos, da qual é presidente e da Comissão de Defesa da Saúde.

A última entrevistada foi a vereadora Ilsan, que por motivos de saúde familiar e trabalho (motivos estes alegados pela vereadora), vinha adiando a entrevista⁵⁹. Por isso, foi aberta uma exceção para que a vereadora respondesse às perguntas do questionário por *e-mail*, sendo este o último recurso para que a entrevista fosse realizada. Apesar de ter respostas diretas, as mesmas fornecem respaldo para a elaboração deste trabalho. Ilsan é integrante, na Câmara, da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, Agrária, Pesqueira e Abastecimento.

Após a realização das entrevistas, percebem-se as diferenças presentes nos discursos das vereadoras, no entanto, essas diferenças não são tão grandes quanto se espera, apesar das três vereadoras ocuparem posições ideológicas diferentes na Câmara dos Vereadores. A vereadora Dona Penha é da bancada governista, enquanto que a vereadora Odisséia é da oposição, assim como Ilsan. As vereadoras pertencem a partidos e posicionamentos políticos diferentes.

Para analisar as percepções das vereadoras, foi realizada uma divisão em tópicos temáticos, de acordo com as perguntas realizadas nas entrevistas. Essas abordam pontos chave para o melhor entendimento da opinião das mesmas sobre assuntos relevantes para a atuação de uma representante política mulher. Dentre os temas destacam-se:

- a) a condição feminina na sociedade brasileira;
- b) as políticas públicas para a mulher no Município de Campos dos Goytacazes;
- c) a representatividade da mulher no espaço político: Lei de Cotas e entraves;
- d) diferenças entre a atuação feminina e a masculina na política;
- e) religião e política

É interessante identificar também os efeitos da presença feminina na política do Município em relação à contribuição para as políticas públicas direcionadas às mulheres, assim como pesquisar se as atividades legislativas e outras atividades políticas das entrevistadas condizem com seus discursos.

a) A condição feminina na sociedade brasileira

Dentre as questões trabalhadas com as vereadoras, três abordam a temática da condição feminina na política, sendo elas:

⁵⁹ A vereadora Ilsan Vianna adiou a entrevista à essa pesquisa por pouco mais de oito meses e, por esse motivo a opção para que a mesma se realizasse foi através de vários *e-mails* enviados à vereadora.

1. Como a senhora se posiciona em relação às reivindicações feministas?
2. Acredita que as mulheres alcançaram um bom espaço na sociedade, ou ainda há muito a ser feito? E no cenário político?
3. (Caso responda que ainda há muito a ser feito), o que a senhora sugere para a melhoria das condições de vida das mulheres e ampliar a presença da mulher na política?

Pode-se afirmar que as vereadoras tiveram opiniões bem similares a esse respeito, dando a devida importância do movimento feminista na luta pelos direitos da mulher e, todas as vereadoras possuem uma percepção realista da condição feminina no Brasil.

Todas as três vereadoras entendem a importância do movimento feminino para as conquistas que a mulher vem alcançando na sociedade. A vereadora Dona Penha (DEM) com um discurso um pouco mais modesto, se comparado com o das outras vereadoras, aponta a importância do movimento para a melhoria da vida da mulher:

“Cê” sabe que a mulher antigamente nem votar não votava, era excluída de tudo, mulher era só pra lavar roupa, atender o marido e fazer comida, hoje a mulher não, a mulher já tem acesso ao poder, já tem muitos direitos que ela não tinha. De vagarzinho ela está apanhando o espaço dela, eu acho muito bom esses movimentos, pra ela melhorar a situação com a mulher.

Já a vereadora Ilsan (PDT) acredita que esse movimento contribuiu para a *“mudança cultural em nossa sociedade, onde o papel da mulher já está sendo reconhecido em todos os setores e precisamos, de uma maneira bem participativa, colocar nossos desafios e conquistas”*.

No entanto, não é percebido nas duas vereadoras acima citadas uma característica que apenas a vereadora Odisséia (PT) possui domínio: relações de gênero. Apenas esta vereadora se proclama feminista. Também se nota como ela destaca, a todo o momento da entrevista, a questão do movimento sindical e do movimento feminista.

(...) na verdade o movimento feminista tem muitas faces, “né”? Então, de qualquer forma acho que foi importante, mas eu considero também que o Movimento Feminista se não tiverem as mulheres comuns, vamos dizer assim, as mulheres da sociedade juntas, porque pode uma dona de casa muito bem ali, não entender nada teoricamente de todas as teorias feministas, mas ela sabe brigar pelos direitos do medicamento ser mais barato, da alimentação ser mais barata, de reivindicar que no seu bairro ela tenha o direito de um transporte adequado, de ter uma creche pra colocar o seu filho para que ela possa trabalhar, quer dizer, na verdade, eu entendo que no movimento feminista ele tem que, é importante, “né”? A sua teoria, a sua prática, a linha de frente, vamos dizer a vanguarda. Mas ele por si só, ele não

avança se não tiver o movimento de mulheres como um todo da sociedade pra dar suporte e essas reivindicações são realmente reivindicações justas e concretas.

Das três vereadoras, a mais relacionada ao movimento feminista e à causa da mulher no Brasil, certamente é a vereadora Odisséia, até mesmo por causa de sua experiência com o movimento e com a Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

Quando as vereadoras foram questionadas sobre a posição da mulher na sociedade, as três respondem que a mulher não alcançou um espaço igualitário ao do homem na sociedade e que possuem esperança de que isso um dia se torne uma realidade

Odisséia argumenta que isso ainda não ocorreu devido à pressão da sociedade, que em sua visão ainda é “machista”, o que prejudica sua situação. Ela também crê que só através da conscientização e de uma educação não sexista é que a mulher alcançará um *status* de igualdade na sociedade:

A nossa sociedade é altamente machista, altamente conservadora, somos 52% de mulheres eleitoras, e nós temos hoje apenas 9% no Congresso Nacional. (...)

Mas, eu entendo que ainda precisa de muita coisa para que esse avanço finalmente aconteça. É um trabalho de conscientização dentro das escolas, dentro das instituições, afinal de contas, se nós temos hoje uma sociedade machista, somos nós mulheres que educamos nossos filhos.

Dona Penha tem uma conclusão bem similar quando fala sobre a condição da mulher no mercado de trabalho. Ela afirma que quando um homem e uma mulher disputam uma vaga de emprego, a seu ver, a prioridade é sempre masculina e, que por isso, a mulher deve buscar seu espaço na sociedade:

Eu acho, a mulher tem que ter igualdade em ordenado⁶⁰ que não tem ainda, as empresas, por exemplo, nós estamos formando aqui na federal pra apanhar essas empresas boas ai pra trabalhar nossos técnicos, eles dão prioridade aos homens, a mulher está em segundo plano, está errado! A mulher estudou a mesma coisa que o menino estudou, o rapaz estuda a mesma coisa que a moça esta estudando, tem que dá prioridade igual. Tem que ter direito de igualdade eu acho, não poder escolher os homens e deixar as mulheres excluídas, não é por aí.

A mulher é advogada, a mulher é médica, a mulher está na farda, mulher é militar. Todo lugar que o homem ocupa, a mulher pode ocupar(...).

⁶⁰ Aqui a vereadora se refere à remuneração.

A vereadora Ilsan crê que exista uma deficiência no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres e que *“muito há para fazer, apesar de muito já ter sido feito. No cenário político, acredito que nos próximos anos, as mulheres terão uma representação igualitária ao homem”*.

Portanto, identifica-se uma percepção similar entre as vereadoras no que diz respeito à condição da mulher na sociedade. Elas possuem consciência de que apesar das conquistas alcançadas pelas brasileiras, ainda há muito a ser feito e muito que lutar. As vereadoras, também entram em um consenso quando falam sobre o machismo na sociedade brasileira em relação à mulher, que relega sua posição a segundo plano. No entanto, a única vereadora a sugerir propostas a esse problema é Odisséia, por apresentar uma aproximação com o perfil advogada. Já Ilsan e Dona Penha, que se aproximam mais do perfil mãe, não deixam a desejar nessa temática, demonstrando domínio sobre o tema, o que leva a um consenso das três vereadoras sobre o mesmo.

b) As políticas públicas para a mulher no Município de Campos dos Goytacazes

Nessa temática, será(ão) apontada(s) qual(is) vereadora(s) produziu(ram) projetos de leis que abraçassem a causa feminina no Município. Essa temática, juntamente com algumas outras, contribui para uma futura análise do perfil das vereadoras. As vereadoras responderam às perguntas:

1. Dos projetos que a senhora apresentou, qual acredita ter maior relevância?
2. Quais desses projetos apresentados foram direcionados para as mulheres?
Tem previsto novos projetos nesse sentido?

Através das respostas obtidas verificou-se que havia divergência entre as entrevistadas no que diz respeito a políticas públicas para as mulheres.

Sobre a produção legislativa das vereadoras, nos anos de 2009 e 2010, não houve projetos aprovados no que diz respeito aos interesses específicos das mulheres campistas, conforme mostra a tabela a seguir:

Quadro 3 - Trabalhos aprovados das vereadoras campistas referente às proposições⁶¹ 2009-2010 (continua na página 75)

Lei/ Decreto	Descrição	Representante
---------------------	------------------	----------------------

⁶¹ O termo “proposições” é utilizado neste trabalho para fazer menção a toda atividade legislativa. Ressaltando que este é o termo que o site da câmara de vereadoras da cidade de Campos dos Goytacazes utiliza para a mesma finalidade.

Dec.4751320- proj.061/09	Concede o Título de Cidadã Campista a Sra. Maria Eulália Bastos Paes.	Dona Penha
Dec.4761321- proj.062/09	Concede a Ordem de Mérito Benta Pereira ao Sr. Ricardo Luiz V. Carvalho.	Dona Penha
Dec.4831348- proj.069/09	Concede a Ordem Municipal do Mérito a Sra. Zedir de Carvalho Nunes.	Dona Penha
Dec.5181744- proj.128/09	Concede o Título de Cidadão Campista ao Sr. Cláudio de Souza Reis.	Dona Penha
Dec.81172259- proj.162/09	Dispõe sobre o recolhimento e destinação de pneus inservíveis no Município de Campos dos Goytacazes e dá outras providências.	Dona Penha
Dec.81182254- proj.163/09	Dispõe sobre critérios de formação de fila de espera nos locais de prestação de serviços de saúde, assistência e previdência no Município de Campos dos Goytacazes e dá outras providências.	Dona Penha
Dec. 5652004- proj. 118/10	Concede o Título de Cidadão Campista ao Sr. Aluysio Abreu Barbosa.	Ilsan Viana
Dec. 5662005- proj. 119/10	Concede a Ordem Municipal do Mérito ao Sr. Arnaldo França Viana.	Ilsan Viana
Lei 82031928- proj. 114/10	Denomina Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho.	Ilsan Viana
Dec. 5842444- proj. 155/10	Concede o Título de Cidadão Campista ao Sr. Luiz Fernando de Souza.	Ilsan Viana
Dec. 5832504- proj. 118/10	Concede a Ordem Municipal do Mérito ao Sr. Sérgio Cabral Filho.	Ilsan Viana
Dec. 5451162- proj. 047/10	Concede a Ordem de Mérito Benta Pereira a Sra. Zuleika da Conceição Silva	Dona Penha
Lei 82112415- proj. 118/10	Declara de Utilidade Pública a Associação Católica Nossa Senhora de Fátima – ACNSF	Dona Penha
Dec. 5870815- proj. 025/10	Concede o Título de Cidadão Campista ao Sr. Flávio Pereira.	Odisséia de Carvalho
Dec. 5551526- proj. 080/10	Concede o Título de Cidadão Campista ao Sr. Rodrigo N. Barrete.	Odisséia de Carvalho
Dec. 55571550- proj. 084/10	Concede o Título de Cidadã Campista a Sra. Maria Inês Pandeló.	Odisséia de Carvalho
Dec. 5681589- proj. 091/10	Concede o Título de Cidadã Campista a Sra. Nilcéa Freire.	Odisséia de Carvalho
Dec. 5712006- proj. 120/10	Concede o Título de Cidadão Campista ao Sr. Luiz Lindbergh Farias Filho.	Odisséia de Carvalho
Dec. 5722007- proj. 121/10	Concede o Título de Cidadão Campista ao Sr. Vladimir Gracindo Soares Palmeira.	Odisséia de Carvalho

Pode-se observar que há uma grande produção legislativa voltada para a concessão de títulos e honrarias. Isso não é uma exclusividade das vereadoras, pois o mesmo também é identificado nas atividades da ala masculina da Câmara, se tornando muito comum a aprovação desse tipo de projeto apresentado pelo Legislativo.

No entanto, as vereadoras alegam ter apresentado algumas proposições a respeito da causa feminina no município, ou, pensam em propor algo em favor da causa feminina.

A vereadora Ilsan se diferenciou das outras duas nesse ponto por não ter apresentado nenhum projeto voltado para as mulheres campistas. Ela alegou à época da

entrevista, em novembro de 2011, que estava pensando em um projeto voltado para as mulheres no mercado de trabalho. No entanto, nada foi apresentado até dezembro 2011 a esse respeito:

Nenhum dos projetos foi direcionado especificamente às mulheres, mas tenho a convicção de que os mesmos no seu objetivo procura atender à população como um todo. Estou trabalhando na proposta de uma maior participação das mulheres no setor produtivo, fazendo com que as empresas abram mais as suas portas para a absorção do trabalho feminino.

Para Ilsan, seu maior projeto foi o “Terceiro Degrau” que torna obrigatória a instalação de um degrau mais baixo que os já existentes em todos os ônibus que atendem Campos dos Goytacazes:

Dos projetos apresentados o de maior relevância foi o de “Terceiro Degrau” que dispõe sobre a instalação de um degrau a mais nos meios de transporte coletivos, pois atenderá à uma parcela da população muito esquecida e com grande dificuldade de locomoção.

Aliás, o alvo de Ilsan tem sido a “população muito esquecida”, pois seu último projeto que estava circulando na Câmara também é voltado para o grupo da maturidade. Trata-se da criação de incentivos fiscais para empresas sediadas no Município de Campos que admitirem funcionários com idade igual ou superior a 45 anos de idade. As empresas gozarão de desconto no pagamento dos impostos municipais, nos termos desta Lei. Isso mostra que a atuação da vereadora é voltada para uma política de desvelo, de cuidado.

Dona Penha crê que sua maior contribuição para o município se deu através da indicação de transferência de presidiárias campistas⁶², que estavam no Município de Miracema, para o Presídio Feminino de Campos, assim como a humanização do mesmo:

(...) nós trouxemos umas mulheres que estavam acampadas lá em Miracema, foi nesse mandato agora que terminou, e a gente conseguiu aquela cadeia que estava fechada com Sérgio Cabral (...). Conseguimos, e aquilo pra mim foi a uma benção de Deus.

(...) Estão presas, mas estão felizes, porque ali elas trabalham, aprendem a profissão, trabalham pra se manter e mandar dinheiro pra casa ainda, cada uma faz aquilo que sabe: uma é cabeleireira, uma manicure, outra doceira, outra ajuda a fazer pães.

Outro projeto que ela dá destaque é o que declara de utilidade pública a Associação Católica Nossa Senhora de Fátima, firmando um convênio entre a

⁶²Essa indicação legislativa é anterior ao atual mandato, não constando portanto na tabela acima.

Associação e a Prefeitura, assim como a prioridade que a vereadora vem ressaltando para o Hospital Ferreira Machado, hospital de Campos dos Goytacazes que atende boa parte de pacientes da região Norte Fluminense:

Pra mim, ele [Hospital Ferreira Machado] teria que ter o nome Salva Vidas, porque é um hospital que atende à região nossa toda. Não atende só Campos. Lá tem uma tomografia agora, que primeira indicação minha, tomografia para o Ferreira Machado, porque chegavam os nossos doentes lá acidentados, com neurite cerebral, tinha que esperar no dia seguinte pro Dr. Beda pra fazer a tomografia, mas amanhecia morto, era óbito no dia seguinte. Agora não, chegou e imediatamente tá ali o aparelho.

Isso se identifica com a ‘política do desvelo’ (Miguel, 2000) já antes comentada⁶³, praticada tanto por Dona Penha quanto por Ilsan. Apesar de ter um projeto voltado para as necessidades da mulher, a vereadora destaca em sua fala como se fosse mais um cuidado que uma indicação política propriamente dita. O que a qualifica, assim como Dona Penha, para o perfil mãe.

Enquanto que a vereadora Odisséia, por ter uma trajetória de ativismo político para com o feminismo, apresentou propostas que visam à melhoria de vida da mulher campista. Entre elas, a vereadora gosta de dar destaque a dois projetos, o primeiro é o da criação de uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), com atendimento específico para a mulher vítima de violência doméstica. Foi um projeto que se iniciou quando Odisséia ainda fazia parte da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, onde em parceria com o governo federal e estadual visava implantar uma DEAM em Campos. Esse projeto foi proposto à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e indicado à Câmara de Vereadores, não sendo, portanto, um projeto de Lei de seu mandato, mas precisaria do respaldo do município para que a mesma pudesse se iniciar:

(...) nós começamos lá [na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres] uma luta que durou mais de 10 anos, que foi a luta pela Delegacia de Mulheres no Município de Campos, algo que entendíamos ser o necessário visto o índice de mortes de mulheres, violência mesmo, doméstica.

(...)As obras seriam realizadas nos altos da Delegacia Especial, a Delegacia Legal que existe no Município de Campos. Essa não foi a saída ideal para todas nós, mas foi a saída possível, porque aí só entrava o que é parceria do Estado e do Governo Federal, e não teria a necessidade de parceria do Governo Municipal.

⁶³Ver página 78.

A vereadora cita que para que tal projeto fosse aprovado foi necessário o encaminhamento para o governo federal e estadual, pois, segundo Odisséia, o governo municipal não a recebia para que fosse acertada uma parceria com o município. As obras da DEAM já estão na fase final da obra, graças à parceria com o governo estadual. Outro projeto que para Odisséia foi marcante foi a Coordenadoria Municipal da Mulher (CMM) que auxiliaria no trâmite de políticas públicas voltadas para as mulheres:

Esse projeto, infelizmente, como depende de um querer do Governo Municipal, eu ainda não consegui concretizá-lo. Essa Coordenadoria de Mulheres é uma coordenadoria que seria a grande articuladora de políticas públicas voltadas para as mulheres, a nível Municipal, Estadual e Federal. E isso estaria sendo, como se fosse uma Secretaria, diretamente ligada ao Poder Executivo Municipal, e que poderia estabelecer essas políticas públicas no Município. Foi aprovada por unanimidade, mas infelizmente nem tudo o que a gente aprova aqui na Câmara, a gente consegue colocar em execução.

Alguns meses após a entrevista houve uma audiência pública que aconteceu em agosto de 2011 na Câmara de Vereadores, da qual participou Cecília Soares - Superintendente dos Direitos da Mulher do Governo do Estado – que cobrou da prefeitura uma Coordenadoria de Política para Mulheres⁶⁴. Até dezembro de 2011, a vereadora e sua assessora informam que esta indicação está parada nas comissões que apreciam as indicações dos vereadores.

Através da análise das respostas das vereadoras, verifica-se que Odisséia é a representante que mais atua em projetos e indicações legislativas voltadas para a mulher. No entanto, a vereadora trabalha em prol de outros projetos para o município, que busquem atender à população como um todo, e não mantendo sua carreira política voltada somente para políticas públicas para as mulheres. Constatou-se também que a vereadora Ilsan não possui nenhum projeto ou indicação legislativa voltada para as mulheres e que Dona Penha teve indicações legislativas que visavam atender, em caráter de urgência, um grupo específico de mulheres, as presidiárias.

Porém, é percebido que apesar de haver propostas que visem atender às mulheres, quando o projeto chega ao Executivo para aprovação sofre entraves, como ocorrido com a Delegacia de Mulheres e a Coordenadoria Municipal da Mulher, apesar do município de Campos ter uma prefeita mulher. Dentro desses entraves encontram-se a lentidão do trâmite das proposições e até mesmo problemas de posicionamento político contrário, como a vereadora Odisséia destaca:

⁶⁴ Retirada de: <http://blogdaodisseia.blogspot.com/2010/11/criada-em-campos-coordenadoria-da.html>.

Outro projeto também importante, principalmente focado nas Mulheres (...). Foi a aprovação na Casa de uma Coordenadoria de Mulheres. Esse projeto, infelizmente, como depende de um querer do Governo Municipal, eu ainda não consegui concretizá-lo. Essa Coordenadoria de Mulheres é uma coordenadoria que seria a grande articuladora de políticas públicas voltadas para as mulheres, a nível Municipal, Estadual e Federal. E isso estaria sendo, como se fosse uma Secretaria, diretamente ligada ao Poder Executivo Municipal, e que poderia estabelecer essas políticas públicas no Município. Foi aprovada por unanimidade, mas infelizmente nem tudo o que a gente aprova aqui na Câmara, a gente consegue colocar em execução. A gente depende do Poder Executivo para executar o nosso projeto apresentado. E eu espero que haja sensibilidade, e que a gente consiga realmente efetivar esse sonho.

Apesar de ter uma vereadora que se propõe a realizar políticas públicas voltadas para as mulheres do município, como Odisséia, a mesma é interrompida por empecilhos burocráticos.

Das três vereadoras, é nítida a maior disposição de Odisséia de propor políticas públicas para as mulheres. Depois dela, vem Dona Penha e por último Ilsan, que apresentam menos propostas que favoreçam especificamente o grupo feminino. Isso reafirma as características dos perfis das vereadoras e constata-se que Odisséia se aproxima do perfil advogada, enquanto Ilsan e Dona Penha, do perfil mãe.

c) A representatividade da mulher no espaço político: Lei de Cotas e entraves

Apesar de ter uma mulher ocupando, pela primeira vez, o maior cargo político do país (e uma mulher, também pela primeira vez, na prefeitura de Campos), o Brasil ainda resiste à presença feminina no poder (DINIZ ALVES, 2001) e isso se dá em vários estágios de sua carreira política. A Lei de Cotas atua no sentido de amenizar os entraves enfrentados pelas mulheres que decidem seguir a carreira política, abrindo espaço para elas. No entanto, como já explicitado⁶⁵, a Lei de Cotas tem uma influência limitada, pois não há uma cobrança para que os partidos a cumpram. E para analisar como as vereadoras vivenciam isso é que essa temática foi pensada. Por isso, as vereadoras foram questionadas a esse respeito:

1. Qual é a sua opinião a respeito da Lei de Cotas (Lei 9504/95 art. 10, § 3º)?
2. A senhora enfrentou alguma dificuldade/ preconceito ao entrar na política por, ser mulher?

⁶⁵ Ver seção 1.3 *Redemocratização e a conquista das cotas*

3. (Em caso afirmativo) Acha que os partidos oferecem algum outro tipo de resistência, direta ou indireta, à participação das mulheres no seu meio?

Sobre o conhecimento a respeito da Lei de Cotas, a vereadora Dona Penha se afirma conhecedora da mesma⁶⁶ e acredita que ela seja um benefício para as candidatas do sexo feminino. Para ela, o entrave para a mulher se eleger na política não está nos partidos, mas sim no eleitor brasileiro que possui preconceito em relação a uma mulher no poder:

Acho muito bom a cota, dar à cota pra as mulheres, apesar de que, que as mulheres, coitada elas se candidatam, mas poucas se elegem, porque o eleitor, o próprio eleitor não gosta de votar na mulher.

(...) Não gosto de pedir voto, mas um dia eu tava na fila do banco (...). Estava um senhor do meu lado falando sobre política, eu falando com ele: sou candidata, se o senhor não tiver na política irmão seu, nem pai, o senhor pode dar um votinho pra mim? (...). Sabe o que ele virou pra mim e falou? “Não voto em mulher não senhora, só voto em homem”.

Mais à adiante na entrevista, ela reforça a ideia de que não sofreu preconceito ao ingressar na política:

Eu sempre fui muito acolhida nos lugares que eu entrei, dentro dos partidos, na Câmara onde eu trabalho, eu sou muito bem acolhida pelos meus colegas, bem mesmo, eu tenho acolhimento de mãe, trabalho com eles assim, como mãe e filhos.

(...) Eles me respeitam, gostam de mim, me tratam bem, nunca tive esse tipo de coisa, de rejeição.

Já a vereadora Odisséia crê que após a minirreforma de 2009 no qual a Lei nº 12.034 altera a Lei dos Partidos Políticos, o Código Eleitoral de 1965 e a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, obrigando os partidos a preencherem as vagas e a destinar 5% do Fundo Partidário e, caso o partido não cumpra essa disposição, o mesmo deverá, no ano subsequente, adicionar mais 2,5% do Fundo Partidário para tal destinação. Essa minirreforma deixou a vereadora Odisséia otimista quanto ao aumento da participação feminina nas próximas eleições:

A Lei existia né, antes da reforma que nós tivemos recente, uma mini reforma partidária (...). Mas havia, não havia uma rigorosidade, uma determinação, que era obrigatório ter o 30%. Na Lei havia um termo dizendo: “Complementada com 30% de mulheres.” Então, os partidos políticos faziam a sua nominata, e colocavam, tinha que ter 20 mulheres, colocavam lá 10. E faziam o registro. E aí geralmente colocavam mulheres só por colocar. Como a gente chama infelizmente

⁶⁶ Antes mesmo de ser questionada pela Lei de cotas, Dona Penha se pronunciou sobre a mesma, como explicitado em sua fala.

as mulheres, de laranjas né. Não investiam na candidatura da mulher, em tempo de televisão, não faziam nada disso. Hoje não, com essa mini reforma partidária, hoje a nominata é apresentada pelo partido, pelos partidos, e tem que ter 30% de mulheres, se não tiver os 30% de mulheres não há o registro. Além disso, você não tem mais o percentual do fundo partidário determinado para aplicar nas candidaturas de mulheres. 30% do programa eleitoral, tanto na rádio como na televisão, tem que ser destinado às mulheres. Então são medidas no meu entender, medidas assim, estruturantes, vamos dizer né, que forcem os partidos políticos a investir nas mulheres. As mulheres vão ter que ir, realmente as que vão se candidatar vão ser meramente, para estar ali, para compor uma chapa, e se for por que realmente querem e desejam.

Porém, Odisséia também ressalta os entraves enfrentados por ela devido sua postura e forma de atuação política. A vereadora afirma não ter enfrentado preconceito dentro de seu partido (PT), mas sim na Câmara dos vereadores que não identificaram nela o “perfil” esperado de uma representante do sexo feminino:

Agora, ainda é muito difícil para nós mulheres, a política é um espaço altamente masculino, e geralmente as mulheres que, aqui na Câmara a gente vê isso, tem 17 vereadores, temos hoje um recorde, 3 mulheres como vereadoras. Mas a imagem que ainda hoje, os homens fazem da mulher vereadora, é uma mulher pacífica, uma mãe né, uma acolhedora. E eu quando entrei, foi muito engraçado, os vereadores me chamavam de autoritária, diziam que eu era muito contundente na minha forma de falar e me posicionar. E assim, foram críticas e mais críticas né, e fruto de quem? Da minha forma de ser, do movimento sindical, de me posicionar, de falar o que eu penso, de falar o que eu acho que é correto e justo né. Então, isso eles estranham né, e também nós não podemos deixar de dizer aqui, que quando uma mulher ocupa um espaço, ela está tirando o homem daquele espaço. Então, é um jogo do poder, querendo ou não de ocupar os espaços, que estão aí colocados. Se a mulher está ocupando, alguém saiu, e geralmente quem está saindo é o homem.

Essa expectativa sobre um comportamento feminino mais dócil é, na opinião de Odisséia, comum na sociedade brasileira:

Quer dizer, o homem pode ser firme, o homem pode ser durão, a mulher não. Tem que ser aquela imagem meiga, suave, frágil, né? (...) A sociedade ainda discrimina muito nós mulheres, as mulheres quando entram, entram e sabem fazer, até porque nós mulheres temos que cuidar da casa, de filho, de marido, de namorado, fazemos tudo ao mesmo tempo.

A vereadora Ilsan Viana não se pronunciou muito sobre essa temática, apenas afirmou não ter enfrentado nenhum entrave à sua carreira política, recebendo de seus colegas apoio e estímulo. E sobre a Lei de Cotas, optou por não responder à pergunta que lhe foi feita.

Com isso, percebe-se que na percepção das vereadoras, os entraves para uma maior inclusão da mulher nas esferas de poder se dá pela população e o preconceito de eleger uma mulher. Ou ainda, quando a mesma é eleita, surge uma expectativa de que esta mulher política assuma o papel da vida privada (filha, esposa, mãe) na vida pública, o que acontece nos casos das vereadoras Dona Penha e Ilsan. Odisséia, por ter um comportamento político diferente, por não assumir os papéis esperados, enfrenta o preconceito.

Assim sendo, percebe-se uma retaliação por parte da sociedade para com as mulheres que não assumem os chamados “papéis femininos” na política (e fora dela), como Bourdieu (1999) já salientava, pois essa atitude vai de frente à ordem masculina do mundo, a ordem binária de ser homem e ser mulher, segundo a ótica da dominação masculina.

d) Diferenças entre a atuação feminina e a masculina na política

Quando questionadas sobre sua atuação política e de seus colegas, as vereadoras tiveram uma tendência a exaltar a mulher como capaz de equilibrar a vida privada e a vida pública, como uma característica intrínseca à mulher. Outro ponto ressaltado pelas vereadoras é a sensibilidade, qualidade que, segundo elas, os homens não possuem ao fazer política. As perguntas realizadas foram:

- 1) O que a senhora acha que uma mulher pode trazer de diferente para a política brasileira?
- 2) Acredita que há diferenças entre a mulher representante e o homem representante?

Tal argumento é afirmado por Odisséia, única feminista dentre as vereadoras de Campos, que enfatiza que a sensibilidade e o equilíbrio fazem a diferença para uma representante mulher:

(...) essa sensibilidade de administrar, principalmente, essa é uma grande característica. Geralmente na nossa sociedade as mulheres têm que dar conta de muitas coisas ao mesmo tempo e faz. Ela consegue fazer, né? (...) eu acho que a mulher tem um tino melhor, eu sou a defensora em relação à isso né, a mulher tem um tino melhor para poder lidar com essas diversas situações. Então, eu acho que uma grande diferença está na nossa condição de ser mulher, e termos que dar conta de tudo ao mesmo tempo. Os homens geralmente, talvez pela própria criação têm a facilidade de algumas coisas, não terem as dificuldades ali colocadas né. Então eu acho que muitas vezes, são diferentes, né? Acho que essas diferenças no meu entender são positivas. Porque um também vai aprendendo com o outro, né? De

repente alguns relacionamentos em meios considerados altamente masculinos, acabam tendo que se equilibrar diante de uma figura de uma mulher ali dentro

A sensibilidade é um fator em comum na opinião das vereadoras, pois Ilsan Viana usa praticamente o mesmo argumento para diferenciar homens e mulheres quando atuam na política. Para Ilsan, a sensibilidade auxilia a mulher a solucionar os problemas e, ela usa a Presidente Dilma para justificar sua fala:

A diferença está na sensibilidade da mulher conduzir os problemas. Veja como, por exemplo, a Presidente Dilma no lançamento do Programa Viver sem Limites para portadores de deficiências, onde sua manifestação foi externada com a emoção do choro. Vejo que a mulher tem uma capacidade de visualizar os problemas em sua essência, quer resultados nos focos dos problemas.

Para Dona Penha, a mulher faz a diferença na política, pois ela possui um senso organizacional e capacidade de operacionalizar várias situações diferentes pelo fato de assumir na vida privada vários papéis. Dessa forma, a experiência feminina no âmbito privado, na opinião de Dona Penha, a capacita para o meio público:

Com certeza [a mulher] faz a diferença. E muito! E, às vezes, tem uma coisa que não é bom pra ninguém, um projeto, ta lidando por ali, mas a mulher chega num cantinho, chama o colega lá, aconselha, conversa, dialoga com ele, ai ele (...) chega a conclusão que ta errado o que ele está fazendo.

(...) Porque um trabalho que o homem faz, a mulher faz (...). Eu acho que (...) ela têm mais [capacidade] ainda que o homem. Ela é dona de casa, ela é mãe, ela cuida de família, cuida de filhos, e o homem não faz nada disso.

As vereadoras, em suas percepções, demonstram que as vivências somadas à sensibilidade tornam a mulher tão capaz, ou mais, para atuar na política quanto a um homem. Portanto, a “sensibilidade” e outras características atribuídas como intrínsecas ao sexo feminino são consideradas, na opinião das vereadoras, como um atributo positivo à sua atuação política.

e) Religião e a política

Essa temática tem a intenção de verificar se a religião das vereadoras influencia na sua atuação e opinião política, visto que Alencar (2001) acredita que a religião é um fator relevante na formação do indivíduo e, por conseguinte, da sua opinião.

Para isso, as vereadoras foram questionadas quanto a sua religião e sua opinião sobre a possibilidade de dissociar princípios religiosos de política.

- 1) A senhora é praticante de alguma religião? Qual?
- 2) Acha que os valores considerados religiosos podem ser levados para o cenário político?
- 3) Hoje existe uma ligação importante entre religião e política, especialmente, mas não exclusivamente, vemos membros de igrejas sendo eleitos representantes em função, ligação que tem com determinada organização religiosa. Inclusive se fala atualmente em “bancada evangélica” no Congresso Nacional. Como a senhora vê esse fenômeno?

As três vereadoras disseram ser católicas (cristãs da denominação católica romana), porém possuem divergências de opiniões sobre a religião e a política. Ilsan e Dona Penha caracterizam que os princípios religiosos são indissociáveis do indivíduo. Dona Penha, em um primeiro momento, afirma que a religião não deve ser associada à política:

Pode ser que têm outros que fazem diferente, a minha religião não faz política. Ela não pede voto pra ninguém, sabe e conhece a gente como política séria, mas não pede voto, não fala, não atribula nada sobre política, pode dar apoio.

As pastorais dão apoio porque estão conhecendo agente, por que esta ali dentro, conhece a gente como pessoa, como política, mas a nossa religião não faz política pra ninguém.

No entanto, quando a pergunta é reformulada da seguinte forma: “Está sendo votada no Senado um projeto, a PL 122, sobre a criminalização da homofobia, e uma bancada cristã está revogando essa Lei por afirmarem que a mesma ‘bate’ de frente com princípios cristãos. A senhora acha que, nesses casos, os princípios do cristianismo devem ser envolvidos na política? A senhora acha isso certo?” a opinião da vereadora muda, de forma que afirme a associação entre religião e política:

Acho certíssimo! Sou contra homossexualismo, isso não é coisa de Deus. A nossa bíblia é contra isso. Você nasceu mulher, tem que morrer mulher. Como que você nasceu mulher e vai morrer homem? Onde se viu isso?

Isso não é coisa de Deus, então nós não podemos apoiar isso. Nem dentro da política eu apoio, e nem na minha religião eu apoio. Sou contra, mas contra mesmo.

A pergunta foi reformulada no intuito de verificar se a vereadora havia compreendido a questão, por isso foi utilizado um exemplo de um fato da época para

elucidar a pergunta, o que mostrou que Dona Penha acredita que princípios religiosos e política são indissociáveis.

Ilsan corrobora da mesma opinião quando afirma que os valores pessoais de cada indivíduo influenciam nas suas escolhas. A vereadora crê que não se pode misturar política com uma entidade religiosa específica, mas os princípios são inseparáveis: *“Vejo que o ser humano não desassocia seu comportamento dos princípios e valores religiosos, assim ele levará em suas opiniões e posições esses valores. Mas também acho que não devemos associar a representação política a uma entidade”*.

Apesar de afirmar que princípios religiosos são indissociáveis da política, Ilsan, assim como Odisséia, concorda plenamente com a descriminalização do aborto e com a união de pessoas do mesmo sexo, o que contradiz seus princípios religiosos.

A vereadora Odisséia vai em oposição a suas colegas, pois, apesar de se declarar cristã católica, julga que os princípios religiosos devem ser separados, visto que o Estado é laico:

(...), eu acho que essa questão da religião, foi como eu falei, o Estado é um Estado laico, não podemos jamais submeter qualquer governante, qualquer cidadão a um credo religioso. Se não, ia ficar difícil a nossa convivência em qualquer espaço que seja. Acho que foi muito ruim, aí eu cito a campanha da Dilma, acho que foi muito ruim o que fizeram com ela, mitos que foram colocados, não só ela como o próprio Vice, Michel Temer. Em relação à ela, essa questão dela ser uma mulher abortista, e houve todo um movimento principalmente aqui no município de Campos, que eu tive que conversar inclusive com vários Padres, pessoalmente conversar com várias pessoas, mostrar que aquilo não era real, que estavam fazendo uma acusação de que ela era uma terrorista, que ela era abortista, que ela ia implantar a partir da, se ela ganhasse como Presidenta, a Lei do Aborto. Então, tudo isso foi colocado justamente com o objetivo de estar fazendo com que a candidatura dela não fosse vencedora. Então nesse aspecto religioso, houve uma divulgação, não só no meio da religião Católica, como também dos Evangélicos, isso foi muito ruim né. Trazer esse debate da religiosidade para dentro daquele meio, naquele momento, político de campanha, foi muito ruim.

Odisséia demonstra essa separação quando afirma apoiar a união gay e a descriminalização do aborto, afirmando seu discurso.

Portanto, constata-se que, apesar da influência que a igreja exerce nas vereadoras, apenas uma (Dona Penha) leva seus princípios religiosos para a sua atuação política. Ilsan, apesar de afirmar a união entre religião e política, na prática política faz a divergência entre um e outro, assim como Odisséia. Então, no que diz respeito ao envolvimento religioso na política, num extremo está Dona Penha e no outro, Ilsan e Odisséia.

Todas essas temáticas, quando relacionadas, mostram os perfis definidos das vereadoras e sua percepção sobre a política, assim como a atuação das mesmas. Essas e outras constatações são inferidas nas conclusões a respeito dessa pesquisa.

Algumas hipóteses foram lançadas ao decorrer deste trabalho, entre elas identificar o perfil das vereadoras de Campos dos Goytacazes, durante o mandato de 2009 a 2012, onde Odisséia fazia parte do perfil “advogada” e Dona Penha e Ilsan do perfil “mãe”.

Odisséia Carvalho preenche os requisitos necessários do perfil “advogada”, como: conscientização política; possui um grau de instrução alto (Odisséia foi professora universitária); uma conscientização das necessidades femininas e da sociedade em geral e não pratica somente a política do desvelo:

(...) hoje na nossa sociedade, as mulheres ainda não são tratadas de forma igualitária, visto que hoje nós temos a maioria das mulheres hoje pelas estatísticas aí colocadas, elas têm curso superior, muitas vezes têm mais estudo dentro das estatísticas do que os homens. Na verdade, quando vão ocupar algum cargo de poder, elas ganham inferior ao que um homem ganharia naquela posição. E tem muitas bandeiras que nós precisamos lutar, para conseguir ter esses espaços dentro da sociedade garantidos já.

Na fala acima, Odisséia mostra que acredita que há a necessidade de melhorias na condição de vida da mulher brasileira e que se deve lutar para que isso seja alcançado, o que evidencia seu perfil de advogada. Isso se torna claro também em outros momentos da entrevista, a necessidade de lutar em favor das mulheres.

Já Ilsan Viana e Dona Penha Martins possuem um perfil de atuação política da “mãe”, se caracterizando por: valorização da esfera familiar, espaço de valores e ética que não são encontrados na esfera pública que é egoísta e imoral; a representante exerce o papel de mãe, mulher dedicada a cuidar da população, como uma mãe cheia de desvelo aos seus filhos; afirmação da “moral feminina”, responsáveis pela proteção e pelas condições para o crescimento sadio dos mais frágeis; perfil mais clientelista e tradicional e praticante da política do desvelo. Ilsan descreve como deve ser a atuação política, segundo sua ótica⁶⁷:

Para você governar o município você tem que ter amor de verdade por ele. Não tem que falar, não tem que dizer que é a cidade que você ama, não tem que colocar um slogan dizendo que ama a cidade, tem que sentir o próprio amor pela cidade. Você só mostra que tem amor com seus atos. Que atos são esses? Fazer coisas pela população: não

⁶⁷ Em entrevista para a revista *Somos Assim*. Disponível em: <http://www.somosassim.com.br/?q=node/615>

deixar o povo desempregado, não deixando pessoas sem bolsas universitárias, dando cada vez mais condições de as pessoas serem atendidas.

(...) Está faltando vontade, amor, de fato, pela cidade. Está faltando a gente ter o pensamento de prosperar.

Sendo assim, Ilsan destaca que a política deve zelar pela população, cuidar dela, o que ressalta a condição de dedicação característica de uma mãe.

Dona Penha também ressalta esse afeto e zelo pela população, destacando pontos chave que salientam sua aproximação com o perfil mãe, quando diz:

(...) eu já morava ali há muito tempo [Bairro Parque Califórnia e Comunidade Damas Ortiz], criei meus filhos ali, criei quinze filhos ali naquele parque. Então todos ali gostavam muito de mim, que eu sempre gostei de dar as mãos aos menos favorecidos, sempre eu gostei, hoje eu faço isso, não porque eu sou política não, isso é um dom meu, um dom que eu tenho que Deus me deu de ajudar o próximo.

Também se confirmou a hipótese de que, na prática, as representantes políticas com o perfil de “mãe” contribuem menos para políticas públicas direcionadas às mulheres, e têm uma atuação política mais próxima à desenvolvida pelos políticos tradicionais, que as representantes com um perfil mais próximo da “advogada”, que possuem um maior conhecimento dos planos feministas e tentam trazê-los para sua região. Ilsan e Dona Penha se dizem representantes do povo e dos desamparados, o que enfatiza seu perfil e, a atuação de ambas na Câmara é bem similar a dos políticos tradicionais.

Outra hipótese consistiria na influência da cultura política, a ideologia ou identidade partidária, e a religiosidade, na percepção e na atuação política das vereadoras e como isso ajuda a identificar o perfil político de cada uma. Isso foi comprovado nas temáticas da seção anterior, onde ficou evidenciado que os fatores acima influenciam sim na atuação das vereadoras, o que mostrou as divergências entre as vereadoras e a identificação de seus perfis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões apresentadas nos capítulos iniciais e da análise das entrevistas e dados coletados foi possível identificar alguns fatores que contribuíram para o delineamento da percepção e atuação feminina na Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes. Dentre estes, destaque-se: o acúmulo e o tipo de capital político que levam consigo ao entrarem na Câmara; as “preferências” construídas a partir de uma socialização e educação diferenciada para homens e mulheres; as práticas sexistas fundadas em uma herança patriarcal; as bases políticas diferenciadas, construídas, em grande parte, a partir de uma ideia de identificação com setores menos favorecidos da população; e características como religião e filiação ideológica.

De início, foi apresentado um panorama da participação das mulheres na vida política institucional e dados sobre a mesma que, revelam baixa participação feminina nas esferas de poder, especialmente na Câmara Federal. Identificou-se como fatores que inviabilizam o crescimento do número de mulheres na política formal, a educação e socialização, que exclui a política dos horizontes femininos, as dificuldades encontradas nas organizações partidárias, e até o preconceito do eleitorado brasileiro para votar em mulheres.

A baixa presença feminina nas esferas políticas formais não significa que as mulheres sejam apolíticas ou mais conservadoras do que os homens. As relações de gênero construíram socialmente as identidades masculinas e femininas e criaram uma barreira entre o “ser mulher” e a política. Mas, com a influência do movimento feminista as barreiras do mundo masculino foram aos poucos sendo rompidas e em seu lugar foram introduzidas portas para que a mulher tivesse acesso a ele, ingressando assim, na esfera política através de movimentos sociais, associações de bairro, convenções e congressos de mulheres, etc.

E foi através da participação feminina em movimentos sociais que a mulher tem conseguido, cada vez mais, alcançar a vida política. Os caminhos encontrados pelas mulheres para galgar a carreira política são vários. Neste trabalho, foram analisadas algumas vias para a entrada na política, principalmente através do capital político, tais como: a) capital político familiar; b) capital político pessoal; c) capital político delegado e d) capital político convertido.

A partir disso, foi possível identificar diferenças entre as parlamentares, desde a sua trajetória política e a atividade profissional até o modo de atuação na Câmara. Por exemplo, a vereadora Ilsan Vianna possui um capital político familiar, advindo de seu ex-marido, o atual deputado federal Arnaldo Vianna, que como ex-prefeito de Campos já possuía um histórico político na cidade. Já a vereadora Odisséia Carvalho possui um capital delegado, vindo a partir da notoriedade de experiência política anterior. Isso ocorre por causa da sua trajetória militante e também devido ao seu partido, o PT, que possui um histórico político forte e, está na Presidência do país desde 2002, validando seu tipo de capital. Por último, a vereadora Maria da Penha de Oliveira Martins, a Dona Penha, possui um capital político convertido do seu reconhecimento pessoal, visto que em vários momentos ela ressalta que sua ascensão política se deu por vontade de sua comunidade e por seu reconhecimento junto a suas bases.

Essas distinções também são válidas para a atuação de cada uma das vereadoras. Afinal, só por serem mulheres não implica que as vereadoras tenham uma atuação a favor da mulher ou apenas para elas. Uma maior presença de mulheres na esfera política é importante para garantir a inclusão de temas para auxiliar a mulheres sim, porém, as mulheres não devem se posicionar somente em temas considerados femininos. Caso contrário, as mesmas estariam eternamente responsáveis a lidar com assuntos de interesses femininos, a esfera social, de saúde ou privada, enquanto aos homens caberiam as *hard politics*, onde há temas que envolvem mais recursos, e conseqüentemente poder e prestígio político, como temas econômicos, de infraestrutura e tecnologia. Vale ressaltar que a Presidenta Dilma já faz essa diferença, por estar no mais alto cargo do Executivo do país e por indicar mulheres a Ministérios que por muitos anos só cabiam aos homens, como é o caso dos Ministérios do Planejamento, da Pesca e da Agricultura e da Cultura, comandados respectivamente por Miriam Belchior, Ideli Salvatti e Ana de Hollanda.

É importante ressaltar, que a capacidade da mulher política para representar as mulheres e defender os seus interesses depende muito mais de suas ideias do que de seu sexo, visto o caso das vereadoras campistas que apenas uma de três tem consciência da necessidade de políticas para as mulheres.

Ainda que haja representantes femininas na Câmara, as mesmas, quando são de oposição, sentem retaliação a seus projetos. A vereadora Odisséia afirma que a indicação da DEAM ficou sem resposta da parte da prefeita, assim como a Coordenadoria Municipal da Mulher:

Visto o que eu já tinha desde que eu assumi o mandato, solicitado por diversas vezes uma Audiência com a Prefeita não é, para que ela pudesse estabelecer essa parceria, mas, eu não obtive resposta nem ressonância daquilo que eu estava solicitando.

Porém, não se conseguiu realizar um contato com a assessoria da prefeita para aferir com as afirmações da vereadora, devido aos processos que a prefeita vinha enfrentando e sua assessoria alegava estar ocupada com esses e outros fatos ligados à prefeitura⁶⁸.

O discurso sexista e os constrangimentos relatados pela vereadora Odisséia são impulsionados pela dominação masculina e a herança patriarcal que ainda persistem na sociedade brasileira. Isso colabora para reforçar as assimetrias de gênero que são transversais às demais desigualdades sociais. Os valores masculinos estão presentes no inconsciente cultural coletivo e são resgatados por práticas discursivas com viés sexista para perpetuar a ordem masculina do mundo, excluindo as mulheres das esferas de poder.

Os dados apresentados neste trabalho confirmam que as vereadoras apresentaram uma tendência particular em atuar naquelas áreas tradicionalmente percebidas como mais femininas, tais como educação, saúde e assistência social. Isso é percebido pela convocação para as comissões da Câmara que também estão associadas a papéis tradicionalmente considerados femininos. Aliás, as vereadoras focaram seus projetos de leis a grupos sociais excluídos, apesar de uma das vereadora, Odisséia, ser membro na comissão especial do Petróleo e da Energia.

É percebido também, que as mulheres, ao entrarem na vida política, passam por um processo de ressocialização no qual acabam por contribuir para a naturalização de seus papéis e práticas. Isso é entendido quando aborda-se neste trabalho a diferença entre homens e mulheres na política e todas as vereadoras consideram-se mais sensíveis, honestas, éticas e com a capacidade de romper com a política tradicional, exercida pelos homens. Aliás, essa é uma característica que as vereadoras atribuem a todas as mulheres. Elas argumentam que são tão capazes quanto os homens, porém ao evocar as diferenças que têm – as mesmas construídas a partir de estereótipos de gênero – procuram transformar em positivas qualidades tradicionalmente vistas como negativas para a prática política e que justificaram durante anos sua ausência dessa esfera. Ao fazer isso, as próprias vereadoras estão reforçando um problema de gênero, que

⁶⁸Resposta dada informalmente à pesquisadora deste trabalho quando tentou uma resposta da prefeita junto a sua assessoria.

caracteriza a mulher capaz para o cargo não por suas qualificações para tal, mas pelo essencialismo feminino, característica essa que vem sendo combatida pelo movimento feminista. O essencialismo prejudica as mulheres, pois, reafirma a divisão sexual dos papéis na sociedade, e reacende o discurso de que diferenças biológicas entre os sexos influenciam na vida social, justificando a dominação masculina e os papéis de gênero historicamente construídos (BOURDIEU, 1999).

Durante muito tempo, a política foi um espaço quase exclusivo dos homens, o que possibilitou a construção de longas carreiras e alta concentração de capital político. Isso se soma ao atraso na concessão dos direitos políticos das mulheres, resultando em um desequilíbrio que repercute no baixo número de cadeiras ocupadas por mulheres nas Câmaras, mas também na atuação política das mesmas.

Ao decorrer deste trabalho foram identificados quem são e como atuam as vereadoras de Campos dos Goytacazes, assim como suas perspectivas e trajetórias políticas. Como contribuição acrescentou-se a discussão a respeito das formas de sua atuação, identificando-se um conjunto de fatores que pouco tem sido direcionado para estudos da representação feminina em esferas locais.

Obviamente ainda há muitas questões a serem debatidas por outros estudos na área de gênero e política, em especial no que diz respeito a comparações entre homens e mulheres em sua atuação, seja no Legislativo, quanto no Executivo. Assim como, avaliar novos perfis para os diferentes comportamentos a surgir. Além disso, agora há um novo ciclo, iniciado pela minirreforma da Lei de Cotas que dará respaldo para análise comparativa do crescimento da presença feminina na política.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Zina. *Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos*. 2ª Série, vol. VI (Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2002), pp. 443-69. Disponível em:
http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/380/1/Zina_Abreu_p443-469.pdf

ALBERTI, VERENA. *Manual de História Oral*. FGV, 3ª Ed. Rio de Janeiro, 2007.

ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALMOND, Gabriel, and VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*. Princeton: Princeton University Press, (1963 [1989]).

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ARAÚJO, Clara. *Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil*. Rev. Estud. Fem. vol.9 no. 1 Florianópolis 2001. Em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100014&lng=en&nrm=iso . Acessado em: 30/02/2010

_____. *Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil*. Revista Estudos Feministas, v. 6, n. 1, 1998, p. 71-91. Em:
<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/12035/11312>

_____. *As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais*. Dados, Rio de Janeiro, v.44, n.1, 2000. Em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000100006&lng=en&nrm=iso

AVELAR, Lucia. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1989.

_____. *Mulheres na Elite Política Brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

_____. *Mulher e política: o Mito da Igualdade*. 2002. Em:
http://www.itv.org.br/site/publicacoes/igualdade/mito_igualdade.pdf . Acessado em 11/01/2010

_____. “Participação política”. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). *Sistema Político Brasileiro – uma introdução*. Rio de Janeiro/São Paulo, Fundação Editora da Unesp. 2004

BAQUERO, Marcelo. Participação política na América Latina: problemas de conceituação. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 53, n.a. Belo Horizonte, 1981.

BORBA, Ângela. *Legislando para as mulheres*. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos*

Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em:
http://www.fpabramo.org.br/uploads/Mulher_e_politica.pdf

BORBA, Julian. Cultura Política, Ideologia e Comportamento Eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. In: Revista Opinião Pública. Vol. XI. Campinas: 2005. p. 147-168.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 5. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, R. (Org.) Pierre Bourdieu. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Cidadania: tipos e percursos. In Estudos Históricos, vol.9, n. 18, 1996. Disponível em:
http://cce.udesc.br/titosena/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Cidadania.pdf

_____. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 23/08/2010

CHAIA, Vera. A longa conquista do voto na história política brasileira. São Paulo: Site da Fundação São Paulo, 2010 (Boletim).

CINTRA, Antônio Octávio. “O Sistema de Governo no Brasil”, e “Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as instituições?”. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). *Sistema Político Brasileiro – uma introdução*. Rio de Janeiro/São Paulo, Fundação Editora da Unesp. 2004

COSTA, Delaine Martins. *Mulher: poder e participação política*. 2006. Matéria do site Universia. Em: <http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=9813>. Acessado em 27/10/2008

C. FERREIRA, Verônica. *Entre Emancipadas e Quimeras - Imagens do Feminismo no Brasil*. Cadernos AEL, 1995 – Em:
http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-3/Artigo-5-p153.pdf

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DINIZ ALVES, José Eustáquio. *Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil*. 2001. Em:
http://www.pt18.mpt.gov.br/eventos/2007/mulher/anais/artigos/jose_esstaquio.pdf. Acessado em: 29/10/2008

DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia E Modernidade*, 3ª Edição, Civilização Brasileira, Rio De Janeiro, 2005. Disponível em:
http://books.google.com.br/books?id=7bVc9M9ZUmEC&pg=PA106&dq=suffragettes+inglesas&hl=pt-BR&ei=rLkUTrGmEYTNsQLvv9HUDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CC0Q6AEwAA#v=onepage&q=suffragettes%20inglesas&f=false

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FARIA, Maria Teresa Peixoto. Gênese da rede urbana no Norte e Noroeste Fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de e TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (org). *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 69-97. Também disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ewFHu0qT1_sC&oi=fnd&pg=PA69&ots=sc6Y_E9_iK&sig=lJtoIiehX9zdZ4hmdWQq7QuwxMg#v=onepage&q&f=false . Acessado em 03/05/2011.

FERREIRA, Mary. *Do voto feminino à Lei das Cotas: a difícil inserção das mulheres nas democracias representativas*. Em:
<http://www.espacoacademico.com.br/037/37cferreira.htm>. Acessado em: 27/10/2008.

FREITAS, Carlos; PLUHAR, Cristiano. *Mapa Topographico do Districto dos Campos Goitacaz - 1785*. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, RJ, 2011. Disponível em:
http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FREITAS_CARLOS_E_PLUHAR_CRISTIANO.pdf . Acessado em: 17/08/2011

FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. *Gênero e Exclusão Social*. Jus Navigandi, n. 113, agosto de 2001. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.htm>. Acessado em: 12/05/2009

FIGUEIREDO, Marcus. *A Decisão do Voto*. São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS, 1991.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos*. SP: Companhia das letras, 2003. p.304-313; 356-358; 428.

Inter-Parliamentary Union (IPU) - Dados do IPU sobre o percentual de mulheres na Câmara baixa ou única. Atualizado em 30 de Setembro de 2011. Disponível em:
<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

DECLARAÇÃO e Plataforma de Ação. IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Pequim, 1995, p. 215. Disponível em:

KUNZLER, Maria Laci. *Participação das mulheres na política representativa*. Fazendo Gênero. Florianópolis, 2008. Disponível em:
http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST29/Maria_Laci_Kunzler_29.pdf

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. *Estatística para Ciências Humanas*. Pearson Education do Brasil, 9ª edição. São Paulo, 2007.

- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: A participação dos evangélicos nas eleições*. FGV Editora, Rio de Janeiro. 2006, p. 49-65; 123-142.
- MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. *Eleições e Representação*. Lua Nova, São Paulo, 67: 105-138, 2006. Em: <http://www.ufpel.tche.br/isp/ppgcs/downloads/eleicoes%20e%20representacao.pdf>. Acessado em: 17/10/2009
- MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. *Metodologia Qualitativa de Pesquisa*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30 n°2. 2004. Em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf> . Acessado em: 21/09/2008.
- MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABBATO, Alberto Di . *Os afazeres domésticos contam*. Em: <http://mail.google.com/mail/h/5y7q6kl0t0xj/?v=c&th=11d2e823b6a13994>. Acessado em 28/10/2008.
- MIGUEL, Luís Felipe. *Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4149.pdf> . Acessado em: 12/09/2009
- _____. *Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina"*. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf> . Acessado em: 12/09/2009
- _____. *Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro*. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2003, n.20. ISSN 0104-4478. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782003000100010&script=sci_arttext . Acessado em 12/09/2009
- MOISES, José Álvaro. *Democratização e cultura política de massas no Brasil*. Lua Nova, São Paulo, n. 26, Aug. 1992 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000200002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 13/10/2010.
- NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, 2006 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000400002&lng=en&nrm=iso . Acessado em: 26/11/2011
- PACHECO, Maria da Glória Costa. *O feminismo "bem comportado": trajetória de conquista do voto feminino no Maranhão (1900-1934)*. Revista História, imagem e narrativas No 5, ano 3, setembro/2007 – ISSN 1808-9895. Disponível em: <http://www.historiaimagem.com.br/edicao5setembro2007/26-feminismo-pacheco.pdf> . Acessado em: 15/03/2010
- PARANHOS, Paulo. O Açúcar no Norte Fluminense. In: *São João da Barra, apogeu e crise do porto do açúcar do norte fluminense*. Capítulo da Dissertação de Mestrado. Teresópolis, 2000. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia02/texto02.pdf>

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. EDUNESP. São Paulo, 1998.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política : uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP), 2007. (Série Documentos). Disponível em:

http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/vozes-femininas-na-politica-uma-analise-sobre-mulheres-parlamentares-no-pos-constituente/at_download/file

PRÁ, Jussara Reis. *Entre a Globalização e a Cidadania: Gênero e Política no Final do Milênio*. Em: http://www.nucleomulher.ufrgs.br/jussara.htm#_ftn2. Acessado em 21/12/2009.

PRIORE, Mary Del. “*História das Mulheres: As Vozes do Silêncio*” In: FREITAS, Marcos César (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Contexto, 6ªed. São Paulo: 2005, p.217-235.

RADMANN, Elis Rejane Heinemann *O Eleitor Brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. Orientador: Baquero Jacome, Cesar Marcello. Em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3765/000392513.pdf?sequence=1> . Acessado em: 21/12/2009.

REDE OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Projeto Cidadania.

REIS, F. W. Identidade, Política e Teoria da Escolha Racional. RBCS, 3(6), p. 26-38, 1988.

_____. “*Dilemas da democracia no Brasil*”. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). *Sistema Político Brasileiro – uma introdução*. Rio de Janeiro/São Paulo, Fundação Editora da Unesp. 2004

RIBEIRO, Antônio Sérgio. *A mulher e o voto*. Disponível em http://www.al.sp.gov.br/web/eleicao/mulher_voto.html Acesso em 19/05/2010

RODRÍGUES, Ricardo Vélez. *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado Brasileiro*. Londrina, UEL Editora, 1997

SAES, Décio Azevedo Marques de. *A questão da evolução da cidadania política no Brasil*. Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 42, Aug. 2001 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200021&lng=en&nrm=iso . Acessado em: 21/12/2009.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal - as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2002.

_____. *O enigma da igualdade*. Estudos Feministas, Florianópolis, v.,13, n.,1, p.11-30, jan./ abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em: 30/03/2009.

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCHUMACHER, Schuma. *Um Rio de Mulheres: a participação das fluminenses na História do Estado do Rio de Janeiro*. - Rio de Janeiro : REDEH, 2003. Disponível em: <http://www.redeh.org.br/biblioteca/publicacoes/rio-de-mulheres.pdf>

SILVA, E. M. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. UFSC, 3º ed. Florianópolis: 2002.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo, Paz e Terra, 2000

SUPLICY, Marta. *Relatório sobre a IV Conferência Mundial da Mulher*. Beijing, 1995. Disponível em: <http://www.evirt.com.br/mulher/cap23.htm>

TABAK, Fanny. *Mulheres Públicas: Participação, política e poder*. Letra Capital. Rio de Janeiro, 2002

TEIS, Denize Terezinha; TEIS, Mirtes Aparecida. *A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa*. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. 2006. Em: <http://www.bocc.uff.br/pag/teis-denize-abordagem-qualitativa.pdf>

TSE. Agência de pesquisas do Tribunal Superior Eleitoral. Em: <http://agencia.tse.gov.br/sadAdmAgencia/showFrame.jsp?menu=estatistica&page=estatistica/estatisticas2008/compGenero.html>. Acessado em: 04/02/2010

VIANNA, Luiz Werneck. *A transição: da constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1989.

_____. (no prelo), "Weber e a interpretação do Brasil", in Jessé Souza (org.), *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*, Brasília, Ed. da UnB, 1999. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv35.htm> . Acessado em 12/11/2010

WEBER, Max. A política como vocação. In: Gerth & Mills. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1982.

6 ANEXOS

6.1 Entrevista com a senhora Vereadora Odisséia Pinto de Carvalho

Pergunta (P): Gostaria que a senhora contasse um pouco sobre como chegou a ser representante política. Teve algum incentivo especial para se candidatar, um partido com o qual se identificasse, apoio familiar ou da comunidade, uma ideologia, etc.?

Odisséia: Primeiro, eu quero agradecer este momento que a gente tem de expor as nossas ideias, a nossa forma de pensar e atuar. Eu, quando iniciei o meu trabalho, fiz um concurso como professora da rede Estadual, isso em 1986, e a gente sabe da realidade não é, dos professores, do nosso Brasil? É uma realidade muito a quem principalmente nas condições de trabalho, salariais. E a primeira coisa que eu fiz foi entrar no Movimento Sindical. Porque eu entendia que se eu ganhava pouco, se as condições de trabalho não eram as ideais, a qualidade do ensino também ministrado nas escolas não estava o desejável vamos dizer assim, então eu precisava de algum local para que eu pudesse estar apresentando as minhas ideias e juntar com outras pessoas para que a gente pudesse ter as reivindicações, apresentarmos as nossas reivindicações e lutarmos pelos nossos direitos. E assim eu fiz, em 1985 foi o concurso, em 1986 me filiei ao Sindicato, e para ir para o partido político foi um pulo. Eu, também, no término de 1986 me filiei ao partido dos trabalhadores, é o partido em que eu estou filiada até o presente momento. Eu tive a oportunidade de estar dentro de uma reunião inclusive do partido, onde se apresentava todo o processo de construção do PT, ou seja, era um momento de formação política. E isso foi muito importante pra minha vida porque ali eu identifiquei os meus ideais com os ideais que aquele partido estava ali por hora me apresentando. Então a minha inserção no movimento social através do sindicato, e a minha inserção no movimento partidário se confundem muitas vezes com a minha vida pessoal, aliás, confunde totalmente não é, com a minha vida profissional, a minha vida enquanto cidadã, porque na verdade é uma construção, essa coisa da ideologia. Então, hoje, eu tenho clareza de que esse é o partido que eu escolhi, é o partido que eu vou permanecer, porque provou inclusive depois de tantas lutas, não é pra gente conseguiu eleger um operário, no caso, que foi o nosso Presidente Lula, e agora a nossa Presidenta Dilma, uma mulher não é que é alvo dos preconceitos da nossa sociedade. Sempre existiu isso, um homem analfabeto vai governar o nosso País. Quer dizer, ele conseguiu

mostrar para o que veio fruto também de todos esses princípios que sempre pregamos no nosso partido dos trabalhadores, e agora com a eleição da primeira mulher do nosso País que é também algo inegavelmente importantíssimo então... Sem dúvida nenhuma é um processo e isso é importante. Muito difícil, quero ressaltar que não sei se as demais perguntas, mas, pra mulher ter inserção no movimento social principalmente no movimento sindical e no movimento partidário, é muito difícil mulher ocupar esses espaços. Eu me lembro que meus filhos tinham um 5 anos e o outro 3 anos, a minha família era totalmente contrária. Achavam que sindicato não era coisa de mulher, movimento partidário então nem pensar, isso era coisa de homem. Então, eu não tinha o apoio naquele momento da família, tinha que levar meus filhos pros movimentos, para as Assembleias, deixava-os sentadinhos em um cantinho desenhando e pintando, para que eu pudesse estar ali no microfone falando e reivindicando. Depois nós iniciamos, inclusive, uma discussão sobre cotas, principalmente as cotas de participação das mulheres, com a discussão das cotas veio a necessidade de termos creches nas nossas reuniões para garantir efetivamente a participação das mulheres nesses espaços de discussões, seja no movimento sindical, seja no movimento partidário. E é o que a gente tem até hoje e isso é importante. Porque não basta você só criar cotas sem você criar medidas estruturantes para que a mulher possa estar participando dos movimentos, seja partidário, seja sindical. É preciso que você dê condições para que ela efetivamente possa participar e essa é uma medida correta não é? Creches para que as mulheres possam estar ali atuando se não elas quem teriam que ficar ali tomando conta da criança em casa e quem vai pro movimento sindical como era, é geralmente o homem não é?

P: A senhora já participou de algum movimento/manifestação pública antes de se afiliar a um partido político? Em caso afirmativo, qual?

Odisséia: Sim; Quer dizer, na verdade, a conscientização enquanto cidadã ou cidadão foi fruto da minha organização no movimento sindical. Mas também, associações de moradores, e entidades religiosas, eu sou Católica então você tinha na época, com muita força, o movimento pastoral dentro da Igreja Católica, então isso era algo que também motivava você a se organizar, participar. Agora, a minha inserção maior em organização, protestos públicos vamos dizer assim, foi realmente dentro do sindicato. Nas famosas greves, que nós fazíamos, eu me lembro da época do governo Moreira Franco, onde nós tivemos tragicamente, aquela atitude muito ruim, principalmente para um governante, onde ele manda os policiais jogarem bombas em cima de nós, profissionais da educação porque o SEPE não é só de professores, mas de

professores, merendeiras, serventes, inspetores, são os profissionais da Educação. Então nós estávamos fazendo uma manifestação pacífica no Lago do Machado, e lá naquele momento havia helicópteros sobrevoando e toda aquela confusão e o Moreira Franco acabou tomando essa atitude. Isso acabou cegando um professor, machucando vários deles, e nós só tivemos a oportunidade de sair daquele impasse fruto da imprensa local, que começa fotografando, filmando, e isso repercutiu de uma forma tal que nós tivemos até cartas da França, dos Estados Unidos, repreendendo, na verdade, aquela atitude. E eu me lembro muito bem que logo na outra Assembleia que nós fizemos, tínhamos várias mulheres fardadas, eles para poderem amenizar a situação, ao invés de colocarem homens para estar nos repreendendo, naquele momento colocaram mulheres fardadas como se a mulher fosse um símbolo de que, eu entendi daquela maneira, uma certa fragilidade. E que isso ali era tipo, “vamos fazer um acordo de paz”, vamos dizer assim. Mas foram os movimentos dos quais a gente participava, reivindicações em Assembleias, então a minha atuação sempre foi muito mais voltada para o movimento sindical, e posteriormente na luta partidária.

P: Dos projetos que a senhora apresentou, qual acredita ter maior relevância? Quais desses projetos apresentados foram direcionados para as mulheres? Tem previsto novos projetos nesse sentido?

Odisséia: É, principalmente por trabalhar muito nessa linha do movimento feminista, movimento das mulheres, eu participei do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres. Eu representei o nosso Sindicato inicialmente na Confederação Nacional de Trabalhadores de Educação que fica em Brasília, e na Confederação, eu fazia parte da Secretaria de Relações de Gênero. E por isso, eu ocupei uma cadeira no Conselho Nacional de Direitos da Mulher. E lá eu tive assim, a oportunidade de aprofundar as políticas a nível Nacional voltadas para as mulheres. E tive contato com os mais diversos movimentos feministas do Brasil. E nesse momento, nós começamos lá uma luta que durou mais de 10 anos, que foi a luta pela Delegacia de Mulheres no Município de Campos, algo que entendíamos ser o necessário visto o índice de mortes de mulheres, violência mesmo, doméstica. Não só no nosso Município, como na região, nos Municípios de São João da Barra, São Francisco, São Fidélis, Cardoso Moreira, ou seja, esta região. E nós começamos esta luta, junto com o Movimento inclusive de mulheres no Município de Campos, e buscamos fazer essa parceria com o Governo Municipal, Estadual e Federal. Eu, quando me candidatei a vereadora, esse é meu primeiro mandato enquanto vereadora, fruto de todo esse trabalho, foi algo assim,

considero até como algo natural, não é? Eu acho que, sempre quando a gente acaba ajudando outras pessoas, outros candidatos na militância política não é, tem uma vez que você adquire experiência, então o grupo vai e fala “não está na sua vez, acho que está na hora de você se candidatar”. Então eu me candidatei à vereadora, só que no primeiro momento eu acabei como primeira suplente, e fui convidada para ser a Assessora Especial da Ministra Nilcéia Freire, que ela é Secretária Especial de Política para as Mulheres. Então, lá dentro, eu tive a oportunidade de tentar mais uma vez colocar esse sonho nosso da Delegacia de Mulheres, em prática. Só que, aí ficava mais fácil, enquanto Assessora especial da Ministra conseguimos a total parceria com o Governo Federal e o Estadual. Mas infelizmente, no Governo Municipal a questão não andava. Então, quando eu assumi, levei um ano trabalhando em Brasília isso, na mobilização com as Deputadas Federais, as Deputadas Estaduais do Estado do Rio de Janeiro, toda uma mobilização. Assim que eu assumi, a primeira coisa que eu fiz foi realizar uma Audiência Pública, com a participação das pessoas que sempre estiveram acompanhando todo esse processo. Nós tivemos aqui em Campos, a presença da Martha Rocha, que hoje é a responsável pela Segurança do nosso Estado. Tivemos a Deputada Federal Cida Diogo, a Deputada Estadual Inês Pandeló, a Ministra Nilcéia Freire esteve presente em nosso Município, e lá nós conseguimos o caminho que não necessitasse do caminho da parceria com o Município. Qual foi esse caminho? As obras seriam realizadas nos altos da Delegacia Especial, a Delegacia Legal que existe no Município de Campos. Essa não foi a saída ideal para todas nós, mas foi a saída possível, porque aí só entrava o que é parceria do Estado e do Governo Federal, e não teria a necessidade de parceria do Governo Municipal. Visto o que eu já tinha desde que eu assumi o mandato, solicitado por diversas vezes uma Audiência com a Prefeita não é, para que ela pudesse estabelecer essa parceria, mas, eu não obtive resposta nem ressonância daquilo que eu estava solicitando. Então, a solução foi essa, dada na Audiência Pública, e assim está sendo feito, já temos o processo licitatório das obras, e houve um anúncio da própria Martha Rocha de que em Junho nós teremos a conclusão das obras, e será finalmente entregue a Delegacia de Mulheres. Então eu acho que esse é um fator preponderante para um projeto que nós aprovamos aqui na Câmara, nós encaminhamos e reforçamos isso ao Governo Estadual e Federal, e conseguimos uma coisa considerada no meu entender, história, não é? da vinda da Delegacia de Mulheres. Outro projeto também importante, principalmente focado nas Mulheres, nós temos vários outros projetos, mas, eu estou especificando em relação às mulheres. Foi a aprovação na Casa de uma

Coordenadoria de Mulheres. Esse projeto, infelizmente, como depende de um querer do Governo Municipal, eu ainda não consegui concretizá-lo. Essa Coordenadoria de Mulheres é uma coordenadoria que seria a grande articuladora de políticas públicas voltadas para as mulheres, a nível Municipal, Estadual e Federal. E isso estaria sendo, como se fosse uma Secretaria, diretamente ligada ao Poder Executivo Municipal, e que poderia estabelecer essas políticas públicas no Município. Foi aprovada por unanimidade, mas infelizmente nem tudo o que a gente aprova aqui na Câmara, a gente consegue colocar em execução. A gente depende do Poder Executivo para executar o nosso projeto apresentado. E eu espero que haja sensibilidade, e que a gente consiga realmente efetivar esse sonho. Mas eu considero a Delegacia de Mulheres, um importantíssimo passo para que a gente possa ter principalmente um atendimento digno a essas mulheres que são violentadas. Muitas vezes elas levam anos e anos para tomar coragem de fazer uma denúncia. E o que acontece muitas vezes nas nossas Delegacias? Elas chegam quando tomam coragem para denunciar, muitas vezes a pessoa que está lá atendendo, não tem a qualificação necessária. Ontem nós estávamos lá inclusive, fazendo um debate sobre essas questões, onde uma pesquisadora da UENF estava colocando sobre este assunto, a sua aula, e ela deixou claro uma pesquisa realizada, a grande maioria das mulheres chega à Delegacia hoje e a pessoa que está atendendo pergunta: A senhora tem certeza que vai denunciar o seu marido? Ou seu companheiro, seu namorado? Cuidado, ele vai ser preso. Aí, naquele momento se a pessoa não estiver muito segura do que está fazendo, ela recua. Então, em uma Delegacia especializada de mulheres, não vamos ter com certeza esse tipo de trato. Para, além disso, existe toda uma rede de proteção fruto da própria Delegacia de Mulheres, para que tenha que surgir, para acolher essa mulher não é. Eu tive enquanto representante, Assessora da Ministra, a oportunidade de estarmos na inauguração em Nova Iguaçu, que inclusive é o primeiro da América Latina, que é um Centro de Ressocialização do homem agressor. Fruto de quem? De todo esse trabalho interligado com a ida da Delegacia de Mulheres, e a Coordenadoria de Mulheres para Nova Iguaçu. Então esse Centro de Ressocialização do Homem agressor, é fruto de todo um trabalho que vai ser feito, com o homem, com a família, com o psicólogo, com a Assistente Social, com inserção no Mercado de Trabalho. Muitas vezes esse homem agressor, cresceu vendo o pai batendo na mãe, então isso é algo pra ele considerado natural. Ele reproduz isso com a maior facilidade. Então é toda uma reeducação, uma concepção de cultura, costume, de valores que você precisa estar ajudando essa família. Afinal de contas, ninguém casa para ser infeliz, para

apanhar então eu acho que isso é uma coisa que precisa ser feita, né? Que muitas vezes essas mulheres que estão sendo agredidas, elas não querem viver aquilo, mas ainda gosta daquele homem, mesmo ele agredindo, ela ainda gosta dele. Se eu tivesse a oportunidade de fazer todo esse trabalho de Ressocialização ao Agressor, eu acho que tem que ser feito, quer dizer, uma Delegacia de Mulheres não é para todas nós mulheres agora contra os homens, não é isso em hipótese nenhuma. É realmente um trabalho de responsabilidade.

P: Como a senhora se posiciona em relação às reivindicações feministas?

Odisséia: Olha, na verdade, o Movimento Feminista tem muitas faces, né? Então, de qualquer forma, acho que foi importante, mas eu considero também que o Movimento Feminista se não tiver as mulheres comuns vamos dizer assim, as mulheres da sociedade juntas, porque pode uma dona de casa muito bem ali, não entender nada teoricamente de todas as teorias feministas, mas ela sabe brigar pelos direitos do medicamento ser mais barato, da alimentação ser mais barata, de reivindicar que no seu bairro ela tenha o direito de um transporte adequado, de ter uma creche pra colocar o seu filho para que ela possa trabalhar, quer dizer, na verdade, eu entendo que no Movimento Feminista ele tem que, é importante né, a sua teoria, a sua prática, a linha de frente, vamos dizer a vanguarda. Mas ele por si só, não avança se não tiver o movimento de mulheres como um todo da sociedade pra dar suporte e essas reivindicações são realmente reivindicações justas e concretas. Então, eu acho que o movimento feminista é importante, nós tivemos aí no início a questão do voto, né? O voto feminino, você tinha o direito de votar, mas você só podia votar se você fosse ou viúva, ou se você fosse solteira, mas com renda financeira própria, ou se você fosse casada e o seu marido pudesse autorizar que ela fosse lá votar. Ou seja, na verdade somente muitos anos mais tarde, é que determinadamente a mulher teve o direito de votar igual ao voto masculino. Então, isso é uma conquista, fruto dessa organização, do movimento feminista, de tudo. Não podemos deixar de lembrar, no processo da Constituinte, de 88, depois da prolongação da Constituição de 88, cerca de 80% das nossas propostas feministas né? Vamos dizer assim. Do movimento feminista, foram aprovadas, foram chamadas Lóbo do Batom, onde as mulheres se organizaram, foram e apresentaram as propostas para que a gente tivesse uma, minimamente igualdade em direitos sociais. Em direitos mesmo, em todas as ordens, trabalhistas, de várias áreas, direitos humanos. Então, eu entendo que isso é muito importante para o nosso avanço. A questão da Lei Maria da Penha, é fruto do Movimento organizado, são mulheres,

entidades, é o movimento feminista, atuante e está aí, essa Lei, ela tem 5 anos, completa agora neste ano, 6 anos. É uma Lei nova, mas é uma Lei que é fruto de todo esse debate que está trazendo resultados. O que falta hoje, no meu entender, é a gente tirar ela do papel e colocar em prática não é? É isso que tá faltando. Agora, é uma Lei que, sem dúvida nenhuma, tem avanços. Você tem, não mais, quando você faz a denúncia, antigamente você que levava, você imagina a mulher que era agredida pelo marido ela que tinha que levar o papelzinho e entregar para o agressor “Olha, ta aqui. O delegado mandou te convocar pra ir lá à Delegacia.” No mínimo leva outra pancada, numa situação como essa. Então, você tem também dentro da Lei Maria da Penha, a questão da rede de proteção, e você tem hoje dentro da Lei Maria da Penha a questão de quando a punição ao agressor, não mais ele entrega as cestas básicas, mas sim ele é punido realmente, pode levar de 3 a 6 anos de cadeia. Ou seja, é uma série de questões que são colocadas dentro da Lei Maria da Penha que eu considero um avanço. Não podemos esquecer-nos da própria história da Maria da Penha, que levou 20 anos lutando para que seu agressor finalmente pudesse ser preso. E a gente diz que, é uma grande verdade, que a violência da mulher, eu acho que é a mais democrática que existe. Porque ela atinge todas as classes sociais, ela atinge todas as raças e todas as idades. Então, é uma coisa que precisamos realmente, pelo menos diminuir. Hoje, nós temos o ligue 180, que é uma ouvidoria que leva 24 horas, onde as mulheres têm a oportunidade em qualquer circunstância que seja ou de um orelhão, ou de celular, ligar. Que é uma rede que é ligada diretamente à Secretaria Especial de Política para as Mulheres, que faz todo esse trabalho de orientação. Então, no caso de uma mulher sofrer alguma agressão, diretamente ela pode ligar e fazer um contato direto ou procurar, no caso, onde tenha a Delegacia mais perto ou algum órgão no caso de Campos também, tem o NIAM, que é o Núcleo de Atendimento a Mulheres, vítimas principalmente de violência. Então, são coisas que, aspectos como esse fruto da organização do movimento social organizado, fruto do movimento feminista, é que eu considero que foi um avanço. Precisamos ainda de muito mais. Mas eu considero isso um grande avanço.

P: Acredita que as mulheres têm um bom espaço na sociedade, ou ainda há muito a ser feito? E no cenário político? O que a senhora sugere como melhorias para as condições de vida das mulheres e ampliar a presença da mulher na política?

Odisséia: Ainda é um caminho a ser percorrido, né? A nossa sociedade é altamente machista, altamente conservadora, somos 52% de mulheres eleitoras, e nós

temos hoje apenas 9% no Congresso Nacional. O que quer dizer isso? De 513 Deputados Federais, nós só temos 45 mulheres. Isso é um número muito pequeno ainda de representatividade partidária, para esse universo de mulheres que nós temos hoje. Então, eu acho inclusive que, a eleição da Ministra Dilma, ela pode simbolicamente, não é que ela por si só, a eleição dela vai fazer com que as mulheres se animem a entrar no movimento partidário, não é isso, porque precisa de toda uma estrutura para que isso aconteça. Mas eu acho que isso é um grande exemplo. Assisti recentemente à propaganda sobre o 8 de março, do Governo Federal, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, onde aparecem várias crianças, meninas falando “Hoje eu posso ser engenheira. Hoje eu posso ser médica. Hoje eu posso ser uma taxista.” Então, hoje a mulher pode ser o que desejar. Ela pode ser uma executiva, ela pode ser o que ela quiser. Basta, na verdade, você dar estrutura para que ela seja o que ela quer ser. Mas, eu entendo que ainda precisa de muita coisa para que esse avanço finalmente aconteça. É um trabalho de conscientização dentro das escolas, dentro das instituições, afinal de contas, se nós temos hoje uma sociedade machista, somos nós mulheres que educamos nossos filhos. Então, a grande parte somos nós que educamos. Então, eu acho que isso também, esse trabalho de conscientização tem que ser feito. Na época que eu estava em Brasília, nós participamos de um movimento da Organização das Mulheres, em relação à questão das cotas e legendas, nas nominatas partidárias. A Lei existia antes da reforma que nós tivemos recente, uma minirreforma partidária, a Lei colocava que as mulheres tinham que ter na legenda, 30% de mulheres. Mas havia, não havia uma rigorosidade, uma determinação, que era obrigatório ter o 30%. Na Lei havia um termo dizendo: “Complementada com 30% de mulheres.” Então, os partidos políticos faziam a sua nomeata, e colocavam, tinha que ter 20 mulheres, colocavam lá 10. E faziam o registro. E aí geralmente colocavam mulheres só por colocar. Como a gente chama, infelizmente, de laranjas. Não investiam na candidatura da mulher, em tempo de televisão, não faziam nada disso. Hoje não, com essa minirreforma partidária, hoje a nominata é apresentada pelo partido, pelos partidos, e tem que ter 30% de mulheres, se não tiver os 30% de mulheres não há o registro. Além disso, você não tem mais o percentual do fundo partidário determinado para aplicar nas candidaturas de mulheres. 30% do programa eleitoral, tanto na rádio como na televisão, têm que ser destinados às mulheres. Então, são medidas no meu entender, estruturantes, que forcem os partidos políticos a investir nas mulheres. As mulheres vão ter que ir, realmente as que vão se candidatar, vão ser meramente, para estar ali, para compor uma chapa, e se for por que realmente querem e

desejam. Agora, ainda é muito difícil para nós mulheres, a política é um espaço altamente masculino, e geralmente as mulheres que, aqui na Câmara a gente vê isso, tem 17 vereadores, temos hoje um recorde, 3 mulheres como vereadoras. Mas a imagem que ainda hoje, os homens fazem da mulher vereadora, é uma mulher pacífica, uma mãe uma acolhedora. E eu quando entrei, foi muito engraçado, os vereadores me chamavam de autoritária, diziam que eu era muito contundente na minha forma de falar e me posicionar. E assim, foram críticas e mais críticas, e fruto de quem? Da minha forma de ser, do movimento sindical, de me posicionar, de falar o que eu penso, de falar o que eu acho que é correto e justo. Então, isso eles estranham e, também, nós não podemos deixar de dizer aqui, que quando uma mulher ocupa um espaço, ela está tirando o homem daquele espaço. Então, é um jogo do poder, querendo ou não de ocupar os espaços, que estão aí colocados. Se a mulher está ocupando, alguém saiu, e geralmente quem está saindo é o homem. Então, isso não é muito agradável, vamos dizer assim, nessa competição que existe dentro da nossa sociedade, principalmente, altamente patriarcal que ela é ainda, a disputa pelos espaços de poder. Agora, eu acho também, aliás, acho não, eu tenho certeza, que a mulher quando ocupa esses espaços de decisão de poder, seja no sindicato, seja nas instituições, em empresas, em autarquias, na política, ela faz bem feito. Ela sabe administrar, aí eu cito muito o exemplo da Dilma, ela pode não ter o carisma do Lula, mas ela tem a competência e foi a pessoa, a mola mestra vamos dizer assim, do governo do Presidente Lula. O Lula tinha aquele jeitão, fruto do movimento sindical, fruto do movimento social, mas você vê como é que ela está conseguindo associar a formação técnica, enquanto cidadã, enquanto mulher, enquanto mãe, enquanto avó. Bom lembrar uma coisa, uma coisa que eu tava falando, mas a cabeça vai pensando rapidamente; olha só, só pra você ter uma ideia de como nossa sociedade é machista: Como foi a campanha de Dilma? O que seria teoricamente qualidade em um homem político, numa mulher política foi um defeito. A Dilma é muito durona, ela é muito brava, ela tem cara fechada, essa era uma das questões que permeavam. O próprio preconceito, diziam que ela era homossexual, até arrumar uma mulher pra ela. Que ela fosse eu não vejo que ela é, ela foi casada durante 30 anos, tem uma filha, uma família. Mesmo que ela fosse, quer dizer, esse preconceito da sociedade quer dizer, dessa coisa firme que ela é. Quer dizer, o homem pode ser firme, o homem pode ser durão, a mulher não. Tem que ser aquela imagem meiga, suave, frágil. E ela não é esse tipo de personalidade, sempre atuou em meio, vamos dizer assim, onde prevalecia a figura masculina. E uma entrevista que eu tive a oportunidade de assistir

em uma palestra, aliás, ela falou o seguinte: “Bem, se você considerar que eu sou uma mulher dura, vivendo numa sociedade de homens meios, até pode ser.” Quer dizer, então essa fala dela foi uma fala muito importante pra gente ver. A sociedade ainda discrimina muito nós mulheres, as mulheres quando entram, entram e sabem fazer, até por que nós mulheres temos que cuidar da casa, de filho, de marido, de namorado, fazemos tudo ao mesmo tempo, cuidamos dos nossos pais muitas vezes. Então quer dizer, nós conseguimos administrar de uma forma correta e com sensibilidade, sem perder a sensibilidade e a ternura, como sempre disse o nosso Che Guevara; firmeza, combatente, mas sem perder a ternura jamais.

P: O que a senhora acha que uma mulher pode trazer de diferente para a política brasileira? Acredita que há diferenças entre a mulher representante e o homem representante?

Odisséia: Eu acho que é esse jeito mesmo, essa sensibilidade de administrar, principalmente, essa é uma grande característica. Geralmente na nossa sociedade as mulheres têm que dar conta de muitas coisas ao mesmo tempo e faz. Você ao mesmo tempo, quantas vezes eu estou aqui, mas o telefone tá tocando, é a filha que está pedindo sugestão, que está querendo conversar. A gente administra muitas vezes a nossa casa pelo telefone. Você tem que dar conta de estar nos movimentos sociais, eu estou falando principalmente enquanto mandato de vereadora. Você tem que dar conta da elaboração dos projetos para fazer a apresentação no Plenário, você tem que dar conta de fazer um enfrentamento, aqui na Câmara, por ser principalmente uma vereadora de oposição, sem cair vamos dizer, no denunciamento, porque você tem que fazer a denúncia que leve, que faça com que a conscientização da população surja diante das informações e das críticas que você está ali querendo apontar. Então tudo isso, eu acho que a mulher tem um tino melhor, eu sou a defensora em relação a isso, a mulher tem um tino melhor para poder lidar com essas diversas situações. Então, eu acho que uma grande diferença está na nossa condição de ser mulher, e termos que dar conta de tudo ao mesmo tempo. Os homens geralmente, talvez pela própria criação têm a facilidade de algumas coisas, não terem as dificuldades ali colocadas. Então eu acho que muitas vezes, são diferentes, acho que essas diferenças no meu entender, são positivas. Porque um também vai aprendendo com o outro, de repente alguns relacionamentos em meios considerados altamente masculinos, acabam tendo que se equilibrar diante de uma figura de uma mulher ali dentro. Então, eu acho que o que a gente precisa fazer na verdade, é que a nossa sociedade, isso é um trabalho longo, lento, de conscientização

porque aqui não existe briga de sexo, a briga de sexo dos Anjos, não existe isso. Porque o que a gente quer é uma sociedade onde os diferentes sejam tratados igualmente. Esse é o ponto chave, vamos ser diferentes. Claro, é saudável ser diferente, mas temos que ser tratados igualmente. E hoje na nossa sociedade, as mulheres ainda não são tratadas de forma igualitária, visto que hoje nós temos a maioria das mulheres hoje pelas estatísticas aí colocadas, elas têm curso superior, muitas vezes têm mais estudo dentro das estatísticas do que os homens. Na verdade, quando vão ocupar algum cargo de poder, elas ganham inferior ao que um homem ganharia naquela posição. E tem muitas bandeiras que nós precisamos lutar, para conseguir ter esses espaços dentro da sociedade garantidos já.

P: A senhora enfrentou alguma dificuldade/ preconceito ao entrar na política por ser mulher? Acha que os partidos oferecem algum outro tipo de resistência, direta ou indireta, à participação das mulheres no seu meio?

Odisséia: Sim, sem dúvida nenhuma. Isso aí é uma coisa que você tem que fazer no seu dia a dia, é matar o leão a cada dia. Só para você ter uma ideia, eu já citei aqui alguns exemplos: já me chamaram de autoritária, fui assim, discriminada mesmo. Aham que você tem um jeitão muito autoritário, muito firme de falar, não falam assim declaradamente, mas levantam até suspeitas. Quer dizer, eu sou mãe, sou avó, eu tenho o meu casamento consolidado, mas há insinuações, e justamente por essa visão de que a mulher que é determinada, firme nas questões que coloca, sempre tem esse perfil masculino. Então, é uma coisa muito complicada de você superar, apesar de toda a minha experiência no movimento sindical, no movimento partidário, considera você que é a experiência enquanto mandato de vereadora tenha sido, está sendo na verdade a mais difícil de eu enfrentar, porque o meio da política é o meio que se você não estiver fincado dentro de você enquanto ser humano, valores de criação, valores que você constrói enquanto ser humano é um meio que é muito complicado, muito mesmo. E é assim, você vê piadinhas como “Ah, você entrou na política, você não é nenhuma virgem na política.” Então, tem sempre uma piada colocando como se a política é um grande espaço de prostituição, e se você entrou nele você tem que se sujar. Como se as prostitutas, é até uma ofensa às prostitutas, é como se comparassem a questão da política ser uma prostituição. Na verdade, eu encaro que quando você tem um objetivo e deseja fazer aquilo que é certo, que você acredita que é para o bem da população e pro mandato que você foi eleita, porque as pessoas acreditam em você. As pessoas, quando você trabalha na política, sem ter, como nós trabalhamos na campanha, acordando 5

horas da manhã, indo para a porta das escolas, conversando com as pessoas, não prometendo nada. Então, quer dizer, não prometendo nada pessoal, mas sim uma proposta de uma sociedade melhor, na verdade quando você faz esse trabalho, você tem reconhecimento, você tem um crédito ali. Então, você não pode, jamais na minha cabeça, estar traindo o seu eleitor. É como se você traísse, se você entra nessa situação e se suja, se desonra, não vale a pena. Em hipótese nenhuma, então, você tem que ser muito firme mesmo e continuar na sua linha, se consolidando naquilo que você acredita e fazendo as coisas da maneira que você acha que é correto.

P: Acha que os partidos oferecem algum outro tipo de resistência, direta ou indireta, à participação das mulheres no seu meio?

Odisséia: Nós, dentro do partido dos trabalhadores, eu falo mais dentro do partido, nós temos uma preocupação com essa questão da formação política, que eu acho que as mulheres só acabam se interessando em entrar na vida partidária e política, se elas também tiverem um suporte, do próprio partido de que essa candidatura delas não é só pra constar, não é só mais uma. É fazer com que ela acredite que ela realmente pode ganhar, então não é só estar ali por estar. Nos demais partidos eu não posso te dizer se existe esse mesmo tipo de comprometimento, ou se as mulheres acabam entrando na lista da chapa partidária apenas pra constar ou para cumprir uma regra. Mas eu acredito que há vários partidos, principalmente partidos de esquerda, que também investem em mulheres. Eu vou citar um exemplo, PC do B. Você vê dentro do PC do B, essa preocupação, pelo menos essa é a observação que eu faço, de estar investindo nas mulheres. Acho que assim como o PT, eles também fazem. Você vê que tem figuras representativas como a Jandira Fegali, outras pessoas. Aqui, em Campos, tem a Odete, que é uma pessoa que o partido investiu. Então, eu acho que isso é muito importante, acho que cada partido tem que fazer esse trabalho de investir na qualificação das mulheres para a inserção na vida partidária mesmo, e conseqüentemente na vida legislativa ou executiva.

P: A senhora é praticante de alguma religião? Qual?

Odisséia: Sou sim, sou Católica, apesar de entender que todas as religiões você tem que ter respeito. Independente do credo religioso de cada uma das pessoas, a gente tem que respeitar, porque querendo ou não, o Deus É O Único, e aquilo em que você acredita, podem os caminhos serem diferentes, mas o objetivo é um só. E na verdade, principalmente com os ensinamentos, eu acho que a figura de Jesus Cristo, eu acho que, pra mim é uma figura ideal, para ser seguida. O que Ele pregou, principalmente a luta

Dele pelos mais injustiçados. Mas sem também deixar de ser aquela pessoa brava em alguns momentos que tinha que ser. Quando Ele entra no Templo e acaba açoitando aquelas pessoas, todos aqueles mercenários que estavam ali dentro do Templo, é uma, vamos dizer assim, uma forma Dele dizer da insatisfação. Você também não pode ser simplesmente o tempo todo pacífica, lógico que nós não estamos pregando aqui, em hipótese nenhuma à violência. Mas tem determinadas situações que você tem que ter o corte, fazer o enfrentamento, para que a gente possa realmente ter essa mudança na nossa sociedade que a gente deseja, a gente precisa ir à luta. Eu estive há uns dias, acho que uns dois meses atrás, numa comunidade, que é a Chatuba que é aqui no município de Campos, nós tivemos a missa, quer dizer, quando as pessoas não podem ir até à Igreja, o Padre José Carlos, e o Padre Fonseca que é do Convento, conseguiram um espaço dentro da comunidade e lá nós fizemos a missa, com todo o ritual que nós fazemos dentro da Igreja, na comunidade. Então, isso faz com que as pessoas se aproximem da religião, entendam, discutam depois os problemas da comunidade, e eles apontem as soluções. Então, eu sou da linha dentro da Igreja Católica que acredita nessa força da população, na força do povo. Que a religião não sirva apenas pra, dentro de uma perspectiva de domesticação, e de fazer com que as pessoas fiquem pacíficas não. É no sentido de conscientizar, para libertar. Então é o que a gente chama de teoria da libertação, então é nessa linha, de você libertar. E como você se liberta? É principalmente reivindicando os seus direitos e fazendo com que eles realmente possam estar acontecendo.

P: Acha que os valores considerados religiosos podem ser levados para o cenário político? Hoje, existe uma ligação importante entre religião e política, especialmente, mas não exclusivamente, vemos membros de igrejas sendo eleitos representantes em função, ligação que tem com determinada organização religiosa. Inclusive, se fala, atualmente, em “bancada evangélica” no Congresso Nacional. Como a senhora vê esse fenômeno?

Odisséia: Não, eu acho que essa questão da religião, foi como eu falei, o Estado é um Estado laico, não podemos jamais submeter qualquer governante, qualquer cidadão a um credo religioso. Se não, ia ficar difícil a nossa convivência em qualquer espaço que seja. Acho que foi muito ruim, aí eu cito a campanha da Dilma, acho que foi muito ruim o que fizeram com ela, mitos que foram colocados, não só ela como o próprio Vice, Michel Temer. Em relação a ela, essa questão dela ser uma mulher abortista, e houve todo um movimento principalmente, aqui no município de

Campos, que eu tive que conversar inclusive com vários Padres pessoalmente, conversar com várias pessoas, mostrar que aquilo não era real, que estavam fazendo uma acusação de que ela era uma terrorista, que ela era abortista, que ela ia implantar a partir, se ela ganhasse como Presidenta, a Lei do Aborto. Então, tudo isso foi colocado justamente com o objetivo de estar fazendo com que a candidatura dela não fosse vencedora. Então, nesse aspecto religioso, houve uma divulgação, não só no meio da religião Católica, como também dos Evangélicos, isso foi muito ruim. Trazer esse debate da religiosidade para dentro daquele meio, naquele momento político de campanha, foi muito ruim. Eu não acho isso correto, tanto é que nós fizemos um movimento contrário a essa questão dentro da Igreja Católica, saiu do Rio Grande do Sul, depois nós tivemos que fazer uma inserção junto à CNBB, que divulgasse uma nota e colocasse nos eixos tudo, a CNBB, ela não pode se posicionar em relação a qualquer político que seja, ela tem um papel, uma função. A função dela não é chegar dentro de uma Igreja e estar orientando aos seus fiéis a estar votando A, B ou C, pelo menos assim eu entendo. A Igreja Evangélica teve a questão do Michel Temer, que o Michel Temer era, tinha acordo com Satanás, era ligado ao Conde Drácula, até isso surgiu. E que se a Dilma voltasse a ter o câncer, ele seria, vamos dizer assim a descendência, do sucessor do Drácula, do Satanás, e estaria assumindo o Brasil. Então, isso é algo que na verdade a gente sabe que não é verdade, e a gente precisa fazer com que essas coisas não aconteçam mais. Que essa questão religiosa não interfira, e reforçando e reafirmando de que nosso Brasil é um Brasil laico. O Estado é laico.

P: Algumas palavras a acrescentar?

Odisséia: Eu é que quero agradecer, quero dizer principalmente para todas as mulheres que apesar das dificuldades que a gente enfrenta no dia a dia, seja no âmbito familiar, seja no âmbito profissional, mas ocuparemos espaço de poder e decisão. Aí no meu caso, na vida partidária é muito importante, é um crescimento imenso, porque ali você tem a oportunidade de colocar tudo aquilo que você sonhou, as suas utopias, vamos dizer assim, em prática. Então, pelo menos quando você tem principalmente, a força da população ao seu lado, dos movimentos sociais, principalmente no movimento religioso também, do movimento partidário, o seu partido, eu acho que isso vale a pena. Então, que as mulheres possam cada vez mais quererem se candidatar, fazerem uma força, uma união, e acreditarem em si mesmas, pois elas são capazes. E são competentes.

6.2 Entrevista com senhora vereadora Maria da Penha de O. Martins (Dona Penha)

Pergunta (P): Gostaria que a senhora contasse um pouco sobre como chegou a ser representante política. Teve algum incentivo especial para se candidatar, um partido com o qual se identificasse, apoio familiar ou da comunidade, uma ideologia, etc.?

Dona Penha: O meu princípio político é o seguinte, meu filho mais velho José Claudio de Oliveira Martins, foi deputado de três mandatos. Depois que meu marido morreu, ele quis se candidatar, ele sempre gostou de ajudar as pessoas menos favorecidas, ele tem comércio há muito tempo em Campos, dono do Cicle Bom Jesus, ele quis ser político. “Mãe, eu quero me candidatar a deputado”, eu disse, “Ah, meu filho, por mim você não seria não, mas se você quer”. “Mas eu só posso ser deputado se você me der apoio”, disse “Lógico, não vou deixar de dar apoio a você, se você quer ser, se candidata, experimenta”. Candidatou-se a deputado, se elegeu no primeiro mandato, fez o segundo, fez o terceiro mandato. Dentro desse período, nós inauguramos uma obra social lá ao lado da favela Tira Gosto, ali naquele parque Califórnia. Ele falou pra mim, “Mãe, como a gente vai ajudar a comunidade menos favorecida, emprego a gente não tem pra oferecer porque deputado não tem mais aquela margem que tinha de 88, agora acabou. Só concurso mesmo”. Eu disse, “Vamos inaugurar uma obra social, porque a gente tem os médicos, remédios, esse pessoal aqui é muito carente, precisam de ajuda, principalmente na área da saúde”. Aí, abrimos; fez a obra social, registramos direitinho, nós trabalhávamos na obra social, tínhamos umas 18 ambulâncias atendendo à comunidade, médicos, remédios, tudo mantido por ele, pelo deputado, não tinha nada poder público. Ele ia para o Rio segunda feira, voltava sexta, quem tomava conta da obra? Dona Penha, mãe dele. Sobre meus ombros. E a comunidade ali, eu já morava ali há muito tempo, criei meus filhos ali, criei quinze filhos ali naquele parque. Então todos ali gostavam muito de mim, que eu sempre gostei de dar as mãos aos menos favorecidos, sempre eu gostei, hoje eu faço isso, não por que eu sou política não, isso é um dom meu, um dom que eu tenho que Deus me deu de ajudar o próximo. Por eu estar na direção da obra, a comunidade mesmo, se entusiasmou: “Dona Penha, nós vamos fazer à senhora vereadora, porque a senhora pode nos ajudar mais a vontade, a senhora não precisar estar pedindo tudo ao deputado”. Porque tudo que eles me falavam, assim, financeiramente, eu tinha que esperar o

Claudio chegar, que eu vou falar se pode atender na semana, porque a gente ajudava muito ali com remédio, cadeiras de rodas, alimentação, tem hora que tem que doar uma bolsa de alimento que estão com fome, remédios. Então eles achavam que eu sendo vereadora tinha mais condição financeira para dar cobertura às necessidades deles. Eu disse “Não, eu não quero ser política não, Deus me livre, estou ajudando meu filho, mas nunca passou na minha cabeça política”. “Não, deixa o José Claudio chegar que nós vamos falar com ele, a senhora vai ver, ele vai candidatar a senhora”. José Claudio chegou, eles conversaram com José Claudio: “Mãe, você quer ser candidatar à vereadora”, eu disse, “Por mim não, mas se você quer que eu seja, você faz um partido aí e me bota como candidata. Aí ele fez isso, eu me elegi dentro da minha comunidade, eles me elegeram, primeiro mandato, segundo, aumentou os votos, votação, comecei a trabalhar na política e tal. Conclusão: estou no quarto mandato, agora esse ano, eu não desejava mais vir, eu não vou mais, estou cansada, é muito trabalho, só pra você eu cheguei agora da secretaria, tudo correndo atrás de uma coisa pro povo que está precisando, que me pediu. Mas a própria comunidade da minha igreja, que eu sou da igreja católica do Sagrado Coração, não quis, foi choradeira, parecia que morreu uma pessoa porque eu disse que não ia ser mais política. “Não vou ser mais, não vou me candidatar mais”. Olha, queria que vocês presenciassem como que as criaturas choravam, e eu me candidatei novamente, me elegi e estou aqui no quarto mandato, nas mãos de quem, de Deus e do povo. E a senhora vai continuar na vida política? Digo, hoje eu vou continuar, mas amanhã Deus saberá.

P: A senhora já participou de algum movimento/manifestação pública antes de se afiliar a um partido político? Em caso afirmativo, qual?

Dona Penha: Não, eu nunca entrei em movimento partidário nenhum, só que eu trabalho não só na minha comunidade, eu trabalho no município inteiro. Sabe? Eu atendo todas as pessoas que batem na minha porta, de qualquer lugar que seja. É do município de Campos, eu sou vereadora deles, então eu vou procurar atender às necessidades dessa pessoa que está me procurando.

P: Dos projetos que a senhora apresentou, qual acredita ter maior relevância? Quais desses projetos apresentados foram direcionados para as mulheres? Tem previsto novos projetos nesse sentido?

Dona Penha: Minha filha, eu tenho tantos projetos, que assim no momento eu nem lembro mais pra te dizer, mas eu tenho vários, eu tenho um da mulher, também da delegacia de mulheres, que nós trouxemos umas mulheres que estavam acampadas lá

em Miracema, foi nesse mandato agora que terminou, e a gente conseguiu aquela cadeia que estava fechada com Sérgio Cabral para gente devolver às nossas mulheres daqui de Campos, acampadas, alojadas lá em Miracema, presas, entendeu? Conseguimos, e aquilo pra mim foi a uma bênção de Deus. Elas estão ali presas, mas se um dia você tiver a oportunidade de fazer uma visita, você vai ficar feliz. Estão presas, mas estão felizes, porque ali elas trabalham, aprendem a profissão, trabalham pra se manter e mandar dinheiro pra casa ainda, cada uma faz aquilo que sabe. Uma cabeleireira, uma manicure, outra doceira, outra ajuda a fazer pães. Entendeu? Costuram. Então, esses dias eu visitei lá há pouco tempo: “Dona Penha, nós aqui estamos muito bem, estamos presas sim, mas temos vida digna, tem dormitório direitinho, refeitório direitinho, não é aquele alojamento que a gente vê lá na casa de custódia”, porque aquilo é uma calamidade pública, não é? Você não recupera ninguém no estado daquele, não tem condição. Já a nossa cadeia ali é decente, das mulheres ali. Então aquilo pra mim foi uma coisa ótima que eu fiz para as mulheres, e fora daquilo tem a delegacia de mulheres, a gente tem muito nessa coisa que beneficia as mulheres, mulheres idosas e tudo na terceira idade, a gente trabalha muito em cima dessas coisas que beneficiam a mulher desamparada. Velhas, mulheres, assim, desamparadas, que estão presas. Sabe como? Esses dias fiz um projeto muito bom também de uma igreja, que me pediram lá da igreja daqui do Machado aqui esqueci o nome do lugar. Graças a Deus, a prefeita aprovou o projeto, a igreja agora já tem o convênio. Sabe? Que igreja católica, ela é muito sacrificada, ela não é igual à igreja Universal que todo mundo dá tudo que ganha, se não Deus tira a cabeça, a Universal é assim. A nossa não, a nossa é pobre, sacrificada, é ganhada a fundo da comunidade, cada um dá uma coisinha pra fazer uma igreja, é uma luta, leva cinco a dez anos fazendo. Eu consegui agora esse convênio dessa capela lá, agora vai suspirar.

Filha da Dona Penha: Ela perguntou sobre projeto de Lei da senhora? Fala da Alberto Lamego.

Dona Penha: Mas desse ano, Alberto Lamego foi em 2003. Aquela pista da UENF ali, que você está vendo, que você passa todo dia ali, foi o segundo projeto da Dona Penha na Câmara, que aquilo ali acontecia acidente todos os dias, era uma ruazinha estreitinha, a duplicação foi Dona Penha que fez, pediu o D. Arnaldo Viana, era governo na época, e ele conseguiu duplicar aquela pista e ficou aquela Avenida Brasil ali, e agora beleza. Você conheceu Damas Ortiz, aquele que tem frente ao Super Bom, à esquerda, aquilo ali quando chovia dezembro, chuva não é enchente não, dava

um metro de água nas casas, porque fizeram a rua alta e a construção lá em baixo, então a água de chuva descia toda dentro da casa, se chegava do trabalho nesse horário assim, seis horas, época de tempestade, tudo nadando dentro de casa, não tinha esgoto não, fizeram as casas e não sanearam, D. Arnaldo botou saneamento ali, e pediu Dona Penha, ficou uma beleza, agora não tem água de chuva, de rio, de coisa nenhuma. Ferreira Machado tem uma tomografia, que salva vidas. Ferreira Machado é uma Urgência nossa, se sabe? Conhece Ferreira Machado, não conhece? Pra mim, ele teria que ter o nome Salva Vidas, porque é um hospital que atende à região nossa toda, não atende só Campos. Lá tem uma tomografia agora, que a primeira indicação foi minha; tomografia pro Ferreira Machado, porque chegavam os nossos doentes lá acidentados, com neurite cerebral, tinham que esperar no dia seguinte pro Dr. Beda pra fazerem a tomografia, mas amanheciam mortos, era óbito no dia seguinte. Agora não, chegou e imediatamente está ali o aparelho, de toda região, gente de Macaé vem para nossa cidade. Esses dias eu fui internar um doente na UTI, o médico disse: “Dona Penha, não tem vaga, vem para aqui, para a senhora olhar, a senhora é da saúde e eu sou da comissão da saúde, a senhora tem que ver”. Tinha seis pacientes de Macaé, e mostrou a mim assim, e não tinha um leito pro meu, pois os UTI estavam cheios e lotados, quer dizer, nós atendemos à região inteira, todo mundo desembarca ali, no Ferreira Machado. E pela ultrassonografia, ultrassom de grávida, tudo direitinho, e o prefeito que botou, porque a gente não faz nada, vereador só pede, quem executa é o executivo, mas a gente pede e insiste, fica em cima até conseguir, porque a gente tem acesso ali, nós fomos eleitos para isso, para trabalhar pro povo. Não é?

(P): Quais desses projetos apresentados foram direcionados para as mulheres? Tem previsto novos projetos nesse sentido?

Dona Penha: Delegacia, da mulher. É... Isso é muito bom. Essa aí pra mim foi... Eu fiquei muito feliz, quando eu..., no dia da inauguração que o Cabral esteve lá, que nós trouxemos elas de lá de Miracema, que eu fui lá e vi a condição delas, eu chorei de emoção, e vi sabe o quê? A condição de tratamento, a dignidade, porque ali tem dignidade, elas saem dali, e tem umas que não querem nem sair. Esses dias, conversei com umazinha lá, ela é auxiliar de confeitiro, trabalha na confeitaria de bolo de pães: “Dona Penha eu nem tenho vontade de sair daqui, tenho meu salário aqui, trabalho, tenho tudo, que eu não tenho filho em casa, não tenho nada lá, eu não tenho vontade daquele ambiente mais”. Ela morava no Tira Gosto, foi pega lá com droga. O marido

entrou... Ela é uma menina até boa, foi criada lá, mas casou com um rapaz na mistura, flagraram ela e prenderam.

P: Como a senhora se posiciona em relação às reivindicações feministas?

Dona Penha: Eu acho bom, eu acho que tudo que a mulher alcançar, é muito bom pra ela, mulher já tem muito avanço na vida, tem tido muito avanço. Se sabe que a mulher antigamente nem votar não votava, era excluída de tudo, mulher era só pra lavar roupa, atender o marido e fazer comida, hoje a mulher não, a mulher já tem acesso ao poder, já tem muitos direitos que ela não tinha. Devagarzinho ela está apanhando o espaço dela, eu acho muito bom esses movimentos, pra ela melhorar a situação com a mulher. Entendeu? Eu acho que a mulher tem que ter igualdade em ordenado que não tem ainda; as empresas, por exemplo, nós estamos formando aqui na federal pra apanhar essas empresas boas aí pra trabalhar nossos técnicos, eles dão prioridade aos homens, mulher estão em segundo plano. Está errado. A mulher estudou a mesma coisa que o menino estudou, o rapaz estuda a mesma coisa que a moça está estudando, tem que dar prioridade igual, se ela fez concurso e passou, porque que ela não pode embarcar? Não pode ir pra lá. Tem que ter direito de igualdade eu acho, não poder escolher os homens e deixar as mulheres excluídas, não é por aí. A mulher é advogada, a mulher é médica, a mulher está na farda, mulher é militar. Todo lugar que o homem ocupa, a mulher pode ocupar o espaço dela, tem nada a ver se é mulher, ela estudou, está preparada pra isso. Não é? Sou contra, sou contra.[Se] Ela querer o avanço, lutar pelo lugar dela, pelo espaço dela. E tem uma Lei que foi realizada em 95/96, que dava espaço de trinta a setenta por cento de mulheres se candidatar. Tem ainda.

P: Qual é a sua opinião sobre a Lei de Cotas (Lei 9504/95 art. 10, § 3º)?

Dona Penha: Acho muito bom a cota, da a cota pra as mulheres, apesar de que, que as mulheres, coitadas, elas se candidatam, mas poucas se elegem, porque o eleitor, o próprio eleitor não gosta de votar na mulher. Se sabe que eu não gosto de pedir voto, coisa que eu não gosto de pedir, tenho meus cabos eleitorais, meus filhos, mas meu filho, às vezes diz: “mamãe, você trabalha tanto para as pessoas, acabou um trabalho grande e você não pediu voto”. “Meu filho, voto não se pede não, eu estou fazendo isso pra eles, se eles reconhecerem que preciso e mereço o voto, eles vão dar meu nome na urna”. Não gosto de pedir voto, mas um dia eu tava na fila do banco, que antigamente eu gostava de ir ao banco pra receber pagamento, agora nem vou, meu filho que faz isso pra mim. E estava um senhor do meu lado falando sobre política, eu falando com ele: “sou candidata, se o senhor não tiver na política irmão seu, nem pai, o senhor pode dar

um votinho pra mim?” Eu falando pro senhor. Sabe o que ele virou pra mim e falou? “Não voto em mulher não senhora, só voto em homem”. Na minha cara.

P: A senhora enfrentou alguma dificuldade/ preconceito ao entrar na política por ser mulher? Acha que os partidos oferecem algum outro tipo de resistência, direta ou indireta, à participação das mulheres no seu meio?

Dona Penha: Não nenhuma. Eu sempre fui muito acolhida nos lugares que eu entrei, dentro dos partidos, na Câmara onde eu trabalho, eu sou muito bem acolhida pelos meus colegas, bem mesmo, eu tenho acolhimento de mãe, trabalho com eles assim, como mãe e filhos. Entendeu? Eles me respeitam, gostam de mim, me tratam bem, nunca tive esse tipo de coisa, de rejeição. Graças a Deus, em lugar nenhum.

P: Acredita que as mulheres têm um bom espaço na sociedade, ou ainda há muito a ser feito? E no cenário político? O que a senhora sugere como melhorias para as condições de vida das mulheres e ampliar a presença da mulher na política?

Dona Penha: Não. Tem muita coisa pra ser feita, pra ela ainda. Eu acho que ainda tem. Ela vai lutar um bom tempo ainda pra igualar com homem, mas ela está pegando espaço. Nós agora temos presidente mulher, governadoras, senadoras, nós não tínhamos isso. É muito difícil, mas agora nós já temos, quer dizer, a mulher já pegou um espaço alto, ela foi à presidente da república, nunca tivemos mulher presidente, temos agora, né? Senadoras são várias aí, Rosinha foi governadora, agora é prefeita de Campos. Então, a mulher esta ocupando o espaço, devagar estão ocupando, e o povo vai passar a acreditar muito na mulher de agora pra frente, você vai ver. Porque a mulher ela trabalha muito com o coração, ela administra melhor do que o homem em parte, porque ela usa os dois lados, a razão e o coração, e o homem geralmente trabalha só com a razão e esquece o lado emocional. Da mulher, só mulher que sente.

P: O que a senhora acha que uma mulher pode trazer de diferente para a política brasileira? Acredita que há diferenças entre a mulher representante e o homem representante?

Dona Penha: Com certeza faz a diferença. E muito, e às vezes tem uma coisa que não é bom pra ninguém, um projeto, está lidando por ali, mas a mulher chega num cantinho, chama o colega lá, aconselha, conversa, dialoga com ele, aí ele chega num... - Ele bota o pingão em cima do i, chega à conclusão que está errado o que ele está fazendo. Isso que nós acabamos de fazer, a mulher tem que ser vista com igualdade, ter direito a empregos com o homem tem, não ter essa separação que estão querendo separar. Porque

um trabalho que o homem faz, a mulher faz, ela tem que ter o mesmo direito do homem. Eu acho que tem que ter e, ela tem mais ainda, que o homem, ela é dona de casa, ela é mãe, ela cuida de família, cuida de filhos, e o homem não faz nada disso. Ela consegue fazer as coisas juntas e ocupar aquele espaço todo sem nada ficar em aberto. Ela consegue ser mãe, ser esposa, ser funcionária, ser dona de casa, que é difícil. Geralmente, o homem trabalha muito, muito compromisso, mas ele é sempre mais flagelado, inclusive pela mulher, ele sempre tem as coisas mais nas mãos. A mulher não, se chegar do trabalho, tem dois filhos em casa ou três, se corre logo e vai ver seu filho, o que aconteceu, se chegou do colégio, se já tomou banho, se já tomou a sopa. E, ver o jantar pro marido que vai chegar, ver se tem alguma coisa pra ele comer. Então está preocupada com as coisas da sua casa, se veio de lá do seu trabalho, mas a sua cabeça está em casa com várias coisas que você tem. A minha filha chegou agora do colégio. Sabe onde ela trabalha? Em Três Vendas. Ela é diretora lá. Ela tem duas filhas lá, já está falando pra menina, já vai sair agora mesmo levando para fazer inglês. Está mandando tomar o lanche, depressa porque não tomou ainda, para ela levar pro inglês, pra daqui a pouco, sete horas buscar. Então ela tem essa vida assim, ela faz um rodízio assim, acampa tudo. Marido, filho, casa e trabalho. Entendeu? Eu dou muito valor ao serviço da mulher, valorizo muito. E acho que deveria ser mais valorizado, por exemplo. Nível de salário, por que o homem ganha um salário e ela faz o mesmo trabalho e ganha menos? Tá errado. Não é? Tem que ganhar a mesma coisa.

P: A senhora é praticante de alguma religião? Qual?

Dona Penha: Sou católica praticante apostólica romana. Quero morrer dentro da igreja. Primeira pessoa que eu dou bom-dia de manhã é meu Deus. Eu saio do meu quarto, troco minha roupa, vou para minha igreja, faço uma hora de adoração, todos os dias de sete as oito. Se quiser me matar, você mata dentro do Sagrado Coração de Jesus, que eu entro lá às sete horas e saí às oito. Agora, depois que eu venho de lá, tomo meu café, meu segundo café, porque meu primeiro é lá. Eu comungo, e apanho minha pasta e saio pra rua pra ver o meu trabalho, que eu tenho a comunidade em mim, eu tenho meu serviço, tô com a bolsa cheia de coisas pra ver aqui e lá na cidade inteira. Cada um pede uma coisa, pra ver.

P: Acha que os valores considerados religiosos podem ser levados para o cenário político? Hoje existe uma ligação importante entre religião e política, especialmente, mas não exclusivamente, vemos membros de igrejas sendo eleitos representantes em função, ligação que têm com determinada organização religiosa.

Inclusive se fala atualmente em “bancada evangélica” no Congresso Nacional. Como a senhora vê esse fenômeno?

Dona Penha: Oh! Vou falar com você sobre a minha religião, porque é a que eu conheço. Pode ser que têm outros que fazem diferente, a minha religião não faz política. Ela não pede voto pra ninguém, sabe e conhece a gente como política séria, mas não pede voto, não fala, não atribula nada sobre política, pode dar apoio. As pastorais dão apoio porque estão conhecendo a gente, porque esta ali dentro, conhece a gente como pessoa, como política, mas a nossa religião não faz política pra ninguém. Mas a Universal faz. Universal, se você se candidatar e chegar lá o pastor, assumir você. Você vai ser eleita porque se não elegerem você, Deus tira a cabeça, eles dizem na tribuna. E o pessoal tem medo, fizeram lavagem na cabeça do povo, não sei o que é. Agora a nossa não, a nossa não mistura religião com política. De maneira alguma.

P: Está sendo votado no parlamento brasileiro um projeto de Lei, a PL 122, sobre a criminalização da homofobia, e uma bancada cristã está revogando essa Lei por ir contra os princípios cristãos. A senhora acha que, nesses casos, os princípios do cristianismo devem ser envolvidos na política? A senhora acha isso certo?

Dona Penha: Acho certíssimo. Sou contra homossexualismo, isso não é coisa de Deus. A nossa bíblia é contra isso. Você nasceu mulher, tem que morrer mulher. Como que você nasceu mulher e vai morrer homem? Onde se viu isso? Isso não é coisa de Deus, então nós não podemos apoiar isso. Nem dentro da política eu apoio, e nem na minha religião eu apoio. Sou contra, mas contra mesmo. Eu acho que a gente convive com as pessoas, não pode excluir a pessoa, ninguém pode excluir. Não é? Mas a gente não vai dizer que por estar convivendo, tá aceitando aquilo. Achar bom não. Achar bom é bater palma é outra coisa. Muito diferente. E você tem que conviver, tem que conviver. E um ser humano, está ali convivendo dentro.... Nessa área, essa gente está nessas áreas todas, aí quase. Então você tem que conviver com essas pessoas, mas por você estar convivendo, você não está dando apoio e achando que é certo. Não é certo, é erradíssimo. Quando você nasce a primeira coisa... Hoje tem ultrassom, quando nasce já sabe se é homem ou mulher. Antigamente, na minha época, todo mundo ficava ansioso esperando nascer pra saber. Nasceu homem ou nasceu mulher? Nasceu mulher, que beleza. Uma menina. Nasceu homem. Então como é que vai nascer homem e com determinado tempo não é homem mais? Você quer ser mulher, não existe isso. Onde está isso meu Deus? Isso é coisa sem Deus. Essas pessoas são muitas sem Deus na vida,

pode crer. Isso é falta de Deus. Se a gente parasse um pouquinho pra seguir um pouco do mandamento de Deus, o que ele nos ensina nos dez mandamentos. Eu não queria que seguisse os dez não, pelo menos cinco. O mundo seria outro, mas não, ninguém se lembra da palavra de Deus, ninguém lembra. O homem comanda nisso aqui, que é Deus. Nós não somos nada, a ponto de querer virar sexo. Nascer homem e querer virar mulher. Que isso gente? Eu fico boba sabe com o quê? Dos juízes ainda dados por lei, dos juízes darem permissão a duas pessoas dessas adotar filhos. Vai dizer o que essas crianças quando tiverem com entendimento, quando estiverem no colégio. Quem é minha mãe? Quem é meu pai? O que essas crianças vão sentir no meio desses dois homens, que estão criando eles? Como pai e mãe. Você já parou pra analisar isso? Que a criança tem paixão pelo pai, pela mãe, não é? Quando o pai chega e abraça e beija, quando a mãe chega com aquele carinho todo. Criado por dois homens, um é pai e o outro é mãe? Como que pode? E o juiz faz uma burocracia para um casal adotar uma criança, um casal normal, e o homossexual estão abrindo mão aí pra adotar. É só ter situação financeira e o dinheiro agora está idolatrando o mundo agora, né? O bezerro de ouro voltou. É o dinheiro que está mandando. É errado, erradíssimo. Sou contra mesmo, a minha religião é contra, e na política eu sou contra. Contra aqueles deputados horrorosos, que estão fazendo aquilo a favor dessas coisas aí. Muito contra eles.

P: Algumas palavras a acrescentar?

Eu quero pedir a mãe de Deus, mãe de Jesus e nossa mãe, que nós estamos terminando o mês de maio, mês de Maria, para que ela nos dê sabedoria dela. Porque nós aqui não sabemos nada. Pra ela nos ensinar o caminho da verdade.

6.3 Entrevista com a senhora vereadora Ilsan Viana

P: Gostaria que a senhora contasse um pouco sobre como chegou a ser representante política. Teve algum incentivo especial para se candidatar, um partido com o qual se identificasse, apoio familiar ou da comunidade, uma ideologia, etc.?

Ilsan: Minha vida política começou na ocasião da campanha para vereador do Dr. Arnaldo Vianna, eleito no ano de 1993. Depois desse tempo veio a sua candidatura a vice-prefeito e posteriormente, quando o mesmo assumiu a prefeitura de Campos dos Goytacazes em 1998. Durante o mandato de Arnaldo, ocupei o cargo de diretora da

Fundação Municipal Trianon e também a Diretoria da Associação de Proteção a Infância de Campos (APIC). Em 2001 assumi a Secretaria de Planejamento e Controle até 2005. Sempre tive o apoio de minha família no incentivo à participação na vida política. Em 2007, atendendo a um chamado do partido (Partido Democrático Trabalhista – PDT), coloquei meu nome para candidata à vereadora, o que prontamente aceitei, pois tinha naquele momento a responsabilidade e o dever de ajudar à população de Campos. Fui eleita com 7.163 votos, o que me colocou na condição de terceira vereadora mais votada.

P: A senhora já participou de algum movimento/manifestação pública antes de se afiliar a um partido político? Em caso afirmativo, qual?

Ilsan: Não.

P: Dos projetos que a senhora apresentou, qual acredita ter maior relevância?

Ilsan: Dos projetos apresentados, o de maior relevância foi o de “Terceiro Degrau” que dispõe sobre a instalação de um degrau a mais nos meios de transporte coletivos , pois atenderá a uma parcela da população muito esquecida e com grande dificuldade de locomoção.

P: Quais desses projetos apresentados foram direcionados para as mulheres? Tem previsto novos projetos nesse sentido?

Ilsan: Nenhum dos projetos foi direcionado especificamente às mulheres , mas tenho a convicção de que os mesmos no seu objetivo procuram atender à população como um todo. Estou trabalhando na proposta de uma maior participação das mulheres no setor produtivo, fazendo com que as empresas abram mais as suas portas para a absorção do trabalho feminino.

P: Como a senhora se posiciona em relação às reivindicações feministas?

Ilsan: Vejo e apoio que estamos passando por um momento de mudança cultural em nossa sociedade, onde o papel da mulher já esta sendo reconhecido em todos os setores e precisamos, de uma maneira bem participativa, colocar nossos desafios e conquistas.

P: Qual é sua opinião sobre a Lei de Cotas (Lei 9504/95 art. 10, § 3º)?

Ilsan: [sem resposta].

P: A senhora enfrentou alguma dificuldade/ preconceito ao entrar na política por ser mulher?

Ilsan: Não , pelo contrário, só tive estímulo e apoio.

P: Acredita que as mulheres têm um bom espaço na sociedade, ou ainda há muito a ser feito? E no cenário político?

Ilsan: Tenho certeza de que muito há para fazer, apesar de muito já ter sido feito. No cenário político, acredito que nos próximos anos, as mulheres terão uma representação igualitária ao homem.

P: O que a senhora acha que uma mulher pode trazer de diferente para a política brasileira? Acredita que há diferenças entre a mulher representante e o homem representante?

Ilsan: A diferença está na sensibilidade da mulher conduzir os problemas. Veja como por exemplo a Presidente Dilma no lançamento do Programa Viver sem Limites para portadores de deficiências, onde sua manifestação foi externada com a emoção do choro. Vejo que a mulher tem uma capacidade de visualizar os problemas em sua essência, quer resultados nos focos dos problemas.

P: A senhora é praticante de alguma religião? Qual?

Ilsan: Sim. Católica Apostólica Romana.

P: Acha que os valores considerados religiosos podem ser levados para o cenário político?

Ilsan: Vejo que o ser humano não desassocia seu comportamento dos princípios e valores religiosos, assim ele levará em suas opiniões e posições esses valores. Mas também acho que não devemos associar a representação política a uma entidade.